SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 37 QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1993 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 2ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1993

1.1 — ABERTURA
1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — *Comunicação da Presidência*

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.2 — Fala da Presidência

— Finalidade da sessão destinada ao comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Resende, a fim de prestar esclarecimentos sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/93.

1.2.3 — Exposição do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Resende.

1.2.4 — Fase de Interpelações

— Senadores Eduardo Suplicy, Affonso Camargo, Garibaldi Alves Filho, Josaphat Marinho, Albano Franco, Almir Gabriel, Esperidião Amin, Alfredo Campos, Bello Parga, Lourival Baptista, Mauro Benevides, Ney Maranhão, Ronan Tito, Álvaro Pacheco, Ney Suassuna, Amir Lando, Levy Dias, José Paulo Bisol.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Cancelamento da sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas, e convocação de outra, solene, a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Benedito Valadares.

1.2.6 — Fase de interpelações (continuação)

— Senadores Gilberto Miranda, Cid Sabóia de Carvalho e Pedro Simon.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 12 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 22ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1993

2.1 — ABERTURA
2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimentos

Nº 218/93, de autoria do Senador César Dias, solicitando que seja enviado para deliberação em plenário, cujo o prazo se acha esgotado na Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 115/93, que dispõe sobre a comercialização e a distribuição de combustíveis automotivos e seus derivados e dá outras providências.

Nº 219/93, de autoria do Senador César Dias, solicitando que seja enviado para deliberação em plenário, cujo o prazo se acha esgotado na Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 134/92, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e dá outras providências.

Nº 220/93, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando que seja considerada como licença autorizada a sua ausência de Brasília, nos dias 10, 11 e 12 de março de 1993. **Aprovado.**

Nº 221/93, de urgência para o Ofício nº S/17/93, de autorização para que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possa emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro Municipal-LFT-Rio, para os fins que especifica.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Nº 222/93, de urgência para o Ofício nº S/20/93, de autorização para que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possa emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro Municipal-LFT-Rio, para os fins que especifica.

2.2.2 — Apreciação de matérias

— Requerimento nº 214/93, de autoria do Senador Raimundo Lira, lido em sessão anterior, solicitando licença, para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 12 do corrente mês. **Aprovado.**

— Requerimento nº 215/93, de autoria do Senador Pedro Teixeira, lido em sessão anterior, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 9 e 10 do corrente mês. **Aprovado.**

2.2.3 — Comunicação

Do Senador Pedro Teixeira, que se afastará dos trabalhos da Casa nos dias 9 e 10 do corrente mês, período em que se ausentará do País.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 313/93, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário para os fins que especifica e designação da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

2.2.5 — Designação das Comissões Permanentes do Senado Federal

2.3 — ORDEM DO DIA

- Requerimento nº 194/93, do Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do artigo "O brilho do Senado" de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no jornal **Correio Braziliense** edição de 24 de fevereiro de 1993. **Aprovado**

2.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimentos nºs 221 e 222, de 1993, lidos anteriormente. **Aprovados.**

2.3.2 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADORA JÚNIA MARISE — "Dia Internacional da Muller".

2.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATOS DO PRESIDENTE
Nºs 164 a 167, de 1993

4 — MESA DIRETORA
5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA 250ª SESSÃO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1992

RETIFICAÇÕES

Na publicação do Sumário, feita do DCN Seção II, de 26-11-92, na página nº 9451, 2ª coluna, no item 2.2.1 — **Ofícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados,** na ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 93/92,

Onde se lê:
... carta de finança...
Leia-se:
... carta de fiança...

Na página nº 9452, 1ª coluna, no mesmo item 2.2.1, na numeração do Projeto de Lei da Câmara nº 96/92,

Onde se lê:
... (nº 36/91, na Casa de origem)...
Leia-se:
... (nº 79/91, na Casa de origem)...

Na mesma página e coluna, no mesmo item 2.2.1, na numeração do Projeto de Lei da Câmara nº 97/92,

Onde se lê:
...(nº 79/91, na Casa de origem)...
Leia-se:
...(nº 36/91, na Casa de origem)...

Ata da 21ª Sessão, em 9 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluízio Bezerra – Álvaro Pacheco – Amir Lando – Bello Parga – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Eva Blay – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Marco Maciel – Mário Covas – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Ronaldo Aragão – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 312, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Encontra-se na Casa o Exmº Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Resende, convoca nos termos regimentais.

Para introduzir S. Exª em plenário, a Presidente designa Comissão formada pelos Srs. Líderes, especialmente os Líderes Mauro Benevides, Marco Maciel, Affonso Camargo, Elcio Alvares, Epitácio Cafeteira, Magno Bacelar, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. Enfim, os Líderes presentes em plenário. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a S. Exª reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Encontra-se no plenário o Exmº Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Eliseu Resende.

Nos termos regimentais, o Sr. Ministro disporá de meia hora para sua exposição. Para as interpelações a S. Exª, serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para a resposta. Para contraditar, os Srs. Senadores poderão usar dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para a tréplica.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro a fim de que inicie sua exposição, desejo esclarecer ao nosso convidado e aos Srs. Senadores que o Sr. Ministro da Fazenda foi convocado pelo Plenário do Senado para expor e debater a Proposta de Emenda Constitucional nº 2, que se relaciona com o Ajuste Fiscal.

Portanto, S. Exª deverá deter-se sobre essa matéria. Se por acaso qualquer indagação relacionada com outro tema diferente daquele que o trouxe ao plenário lhe for encaminhada, S. Exª, em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, não tem qualquer obrigação de se ater ao assunto. Ficará, entretanto, livre para acolher a pergunta e respondê-la durante a sua exposição, bem como poderá abordar outros temas a seu critério.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com muita honra que compareço perante o Plenário deste Senado, atendendo à convocação que me foi formulada no sentido de prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre o Ajuste Fiscal, sobre o projeto de emenda que foi encaminhado ao Congresso Nacional e profundamente debatido nas duas Casas.

Estou pronto para atender às perguntas de qualquer natureza que me forem feitas neste momento e respondê-las; mas gostaria, em primeiro lugar, de tecer algumas considerações aos ilustres Senadores a respeito da situação em que encontrei o diagnóstico da economia nacional no momento em que assumi o Ministério da Fazenda.

Este é um assunto de inteiro conhecimento dos Srs. Senadores e foi profundamente debatido aqui neste plenário, nesta Casa; mas considero importante apresentar, em poucas palavras, uma fotografia da situação econômica do País, que vive uma elevada taxa de inflação e um momento de estagnação nas suas atividades econômicas.

A inflação tornou-se crônica no Brasil e, desde outubro de 1991, encontra-se num patamar próximo dos 25%. Em termos da dimensão da economia, o Brasil tem, hoje, praticamente o mesmo tamanho de 10 anos atrás, e a renda **per capita** está no mesmo nível do início da década de 80.

Essa situação é o resultado da crise fiscal do setor público que até hoje não foi equacionada. Essa crise, de maneira geral, resultou da diminuição das receitas tributárias, do aumento das despesas governamentais e do esgotamento das fontes de financiamento não-inflacionárias. A crise da dívida externa, em setembro de 1982, agravou a situação fiscal do Estado, que deixou de contar com o aporte líquido de recursos do exterior.

Como sabe esta Casa, a Constituição de 1988, ao transferir recursos para outras esferas de Governo, o fez sem a transferência das obrigações e dos encargos correspondentes.

Os diversos planos de estabilização implementados nos últimos sete anos foram incapazes de debelar as verdadeiras causas da inflação. O Brasil assinou sete cartas de intenções e três acordos com o Fundo Monetário Internacional, sem que algum deles tenha sido cumprido. Tudo indica que a razão desse insucesso foi a incapacidade de solucionar a crise fiscal de maneira permanente e duradoura, de sorte que o Governo não mais dependa, para se financiar, do pior dos impostos, que é o imposto inflacionário.

Uma das conseqüências da crise brasileira, talvez a mais perversa, é o agravamento da distribuição de renda com o empobrecimento e a deterioração das condições de vida das classes mais desfavorecidas. A inflação, sendo imposto regressivo, certamente contribuiu para agravar esse quadro. A própria crise fiscal tem deixado o Estado sem os recursos necessários para implementar programas fundamentais para minorar a questão social do País.

Com exceção de 1990, 1991, princípio de 1992, o setor público não tem conseguido gerar recursos fiscais para cobrir suas despesas correntes, mais os pagamentos de juros. Em alguns anos, como em 1987 e 1989, a arrecadação não foi suficiente sequer para cobrir as despesas correntes.

A existência de déficits operacionais significa que as receitas fiscais são insuficientes para cobrir as despesas e o pagamento de juros, fazendo com que a dívida cresça em termos reais. A redução dessa dívida exige superávits primários maiores do que a conta de juros. E isso não temos alcançado.

A proposta orçamentária ora em exame no Congresso Nacional não contempla recursos para importantes itens de despesas: o pagamento da isonomia salarial aos funcionários públicos federais; o pagamento das parcelas restantes do reajuste de 147% para os aposentados; a revisão e o pagamento dos benefícios previdenciários represados; o aumento do pagamento de juros externos de 30 para 50% dos juros devidos, em decorrência da negociação da dívida externa.

Os superávits fiscais conseguidos pelo Tesouro têm sido obtidos através de violenta contenção de despesas, comprometendo a execução de programas de ação do Governo. Os programas de crédito educativo e merenda escolar sofrem constantes atrasos. Projetos de pesquisas, já aprovados por entidades federais, têm de ser cancelados. Atrasos de mais de dois anos em contribuições do Brasil a entidades internacionais e em despesas de manutenção de representações diplomáticas — como aluguéis, conta de luz e telefone — comprometem a imagem do Brasil no exterior. O pagamento mensal das despesas de saúde realizados pela rede hospitalar e ambulatorial passam por freqüentes retardos. E a manutenção de equipamentos e instalações da rede pública é precária. A malha rodoviária do País encontra-se em péssimo estado, gerando elevados custos para os diferentes setores da economia.

A dívida pública mobiliária federal soma US$132,1 bilhões, um terço do produto interno bruto. Ela se compõe em quase US$100 bilhões de responsabilidade do Tesouro, e cerca de US$30 a 33 bilhões de responsabilidade do Banco Central. Essa dívida de responsabilidade do Tesouro contém uma parte de US$15 bilhões em poder do público; a de responsabilidade do Banco Central contém cerca de US$33 bilhões, sejam custodiados pelo Banco Central, sejam também em poder do público.

A administração dessa dívida seria eficiente, na medida em que provêm meios inflacionários de financiamento público e procura a redução dos seus custos e a ampliação dos seus prazos de maturação sem quebra das relações contratuais.

Por outro lado, o passivo relacionado com estados e municípios soma cerca de US$50 bilhões, sendo US$18 bilhões decorrentes de dívidas contratuais, US$13 bilhões de dívida mobiliária, títulos emitidos pelos estados e municípios; US$11 bilhões relacionados com a dívida externa — que vem sendo negociada em conjunto com a negociação da dívida externa brasileira — e US$7 bilhões de rolagem da dívida anterior.

As dívidas do setor elétrico somam cerca de US$20 bilhões, e as dívidas relacionadas com a Caixa Econômica Federal cerca de US$22 bilhões.

A dívida externa do Brasil totaliza cerca de US$100 bilhões, sendo US$45 bilhões com bancos privados, US$35 bilhões junto a outros governos, via Clube de Paris, US$15 bilhões de dívidas a curto prazo e US$6 bilhões junto a bancos brasileiros no exterior.

Esse é o quadro encontrado pelo Presidente Itamar Franco ao assumir a Presidência da República. Esse é o diagnóstico da economia brasileira. Essa é a exposição dos nossos passivos, dos nossos problemas relacionados com o combate à inflação e à necessidade do esforço para o soerguimento da economia nacional e para a tentativa de solução dos nossos problemas sociais.

É importante registrar o quanto o Congresso Nacional ajudou o Presidente Itamar Franco nesses últimos três ou quatro meses na busca da solução desses problemas. Vale a pena o registro aqui. Talvez tenhamos assistido aos três ou quatro meses de maiores benefícios e os mais produtivos no que diz respeito ao inter-relacionamento do Executivo e do Legislativo, na procura das soluções adequadas para esses nossos problemas.

Gostaria de registrar o acordo aprovado pelo Senado Federal para a negociação da dívida externa, dado extremamente importante para a solução de um problema que se arrasta há mais de dez anos e que contribuirá para a normalização das relações financeiras com a comunidade internacional.

Ainda bem que o Brasil tem demonstrado capacidade de gerar saldos na balança comercial, o que tem contribuído para evitar o aumento do desemprego na economia.

O setor externo da economia é a área que, hoje, felizmente, não causa preocupações. O atual nível das reservas internacionais é bastante confortável, permitindo ao Banco Central ter uma atuação decisiva contra as especulações no mercado de câmbio.

Mas é de se registrar o fato de termos obtido a aprovação, pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1992, do acordo da dívida externa. Os compromissos serão mantidos, respeitados; as negociações se desenvolverão em respeito às decisões do Congresso Nacional e àquilo que foi aprovado, a fim de que possamos realmente nos inserir na economia, no contexto das relações internacionais, no sistema financeiro internacional, até chegarmos a um ponto em que o Brasil possa novamente contar, num livre intercâmbio com as outras nações, com o apoio de financiamentos para o sistema produtivo do País.

Outro ponto que enfatiza esse relacionamento do Executivo com o Legislativo é o fato de o Presidente da República ter enviado ao Congresso Nacional a lei da rolagem das dívidas dos estados.

O assunto, que tem o seu início de tramitação no Congresso, é fator da maior importância para a resolução de um passivo de cerca de US$18bilhões de contratos de financiamento de dívidas assinados entre os estados e o sistema federal.

configurado pelo Banco do Brasil, BNDES e a Caixa Econômica Federal e outras agências.

Entendemos que esse objetivo da resolução desse passivo é extremamemente importante. E sabemos que haverá também uma contribuição importante dos estados, no sentido de que, com a solução do problema do equacionamento desse passivo, também os estados procurarão desenvolver um esforço de colaboração no sentido do disciplinamento, da emissão dos títulos de dívida pública no limite exato do principal dessas dívidas no momento, para que não possamos ter contribuição adicional ou endividamento público.

Outro projeto importante aprovado aqui, que consideramos da maior relevância para a tentativa gradual de solução dos nossos problemas, foi o projeto da Lei do Portos, regulamentando as atividades portuárias. Creio que, sem dúvida nenhuma, esse dispositivo trará uma ponderável contribuição para a solução dos problemas da nossa balança comercial.

Não poderia deixar de destacar também um projeto que acompanhei aqui no Congresso durante um tempo curto, mas de um trabalho muito intensivo e profundo: a solução dos grandes passivos relacionados com o setor elétrico.

A mensagem do Executivo foi enviada aqui no final do ano passado e teve uma tramitação rápida, um apoio extraordinário das duas Casas do Congresso, e conseguimos sair daqui com um projeto de lei que resolve um passivo de cerca de US$22 bilhões de todas as empresas concessionárias de energia elétrica do País.

Devo destacar também a aprovação da nova lei do Imposto de Renda, que estende, para as pessoas jurídicas, a forma, a metodologia de tributação cabível às pessoas físicas, o que traz contribuição importante para a Receita Nacional.

Agora estamos debatendo a outra mensagem enviada pelo Presidente ao Congresso Nacional, que corresponde à Mensagem do Ajuste Fiscal, para a tentativa de solução dos nossos problemas de equilíbrio orçamentário, de déficit orçamentário e, particularmente, relacionado com a instituição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Eu gostaria de destacar isso para mostrar à Nação o quanto se conseguiu nesses três ou quatro últimos meses com uma relação íntima, construtiva, positiva, confluente para o bem do País, entre o Executivo e Legislativo para tentativa de solução dos grandes problemas que afetam a economia nacional.

Quanto ao Imposto sobre Movimentações Financeiras, devo dizer que foi exaustivamente discutido aqui nesta Casa, depois de ter sido submetido a uma primeira votação. Eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores para discutir especificamente o imposto. Ele faz parte de um projeto de uma mensagem bem mais ampla do ajuste fiscal. E, especificamente, trata-se de um imposto a que nos dedicamos com muita profundidade nessas poucas horas de trabalho, depois que assumimos o Ministério da Fazenda, ou seja, em uma semana de trabalho. Todos os aspectos desse imposto foram por nós meditados com toda profundidade. É, pela própria denominação que tem, um imposto provisório. Havia uma estimativa ou uma perspectiva de que esse imposto pudesse vir a ser aprovado e operacionalizado a partir do princípio desse exercício. Isso não ocorreu. Só agora o Senado irá examiná-lo na sua segunda votação. Já estamos trabalhando intensamente na elaboração da Mensagem para o Senado do Projeto de Lei Complementar que o regulamentará para que isto seja encaminhado ao Congresso Nacional, tão logo a última votação do Senado tenha lugar.

A estimativa da Receita Federal é de um imposto que poderia gerar cerca de US$600 milhões anuais e, à medida que esse exame da matéria e a aprovação da Lei Complementar se estender ao longo do tempo, a cada mês estaremos perdendo US$600 milhões, que são extremamente importantes para o equilíbrio das contas e eliminação dos déficits no nosso fluxo de caixa.

Quero dizer ao Senado que, no mês de fevereiro, tivemos um déficit de Cr$14 trilhões. Estamos desenvolvendo todo o esforço possível para equilibrar as contas no mês de março. Se me permitem a expressão, eu diria que o Imposto Sobre Movimentações Financeiras é um tapa-buraco da maior importância para que possamos resolver os problemas relacionados com o equilíbrio fiscal, o equilíbrio das nossas contas. Não podemos continuar suportando os encargos da dívida pública mobiliária; temos que produzir superávits de caixa que possam resgatar parte dessa dívida, e é preciso que todo esse processo se faça dando ao setor privado, ao mercado de capitais a maior segurança e tranqüilidade.

Afirmei, quando fui escolhido Ministro da Fazenda, que num ponto o Congresso Nacional pode ficar tranqüilo, assim como a opinião pública, a classe empresarial, os trabalhadores e o mercado de capitais: a mensagem do Ministro da Fazenda e a mensagem do Presidente da República serão uma só. Ambos serão uníssonos ao anunciar à Nação as diretrizes e as formulações da política econômica. Pelo menos isso, acreditamos, será feito no sentido de tranqüilizar e dar segurança ao mercado.

É preciso que tudo façamos para realmente produzir esse superávit fiscal e possamos com isso, através da possibilidade de resgate parcial da dívida pública, contribuir para o equilíbrio dessas contas, a contenção inflacionária e particularmente para a redução das taxas de juros.

Quero anunciar que o leilão de títulos públicos havidos hoje aconteceu ser um dos mais promissores e mais tranqüilos do País. Tivemos uma grande procura de títulos a taxas muito razoáveis. Eu diria que, nesses quatro meses do Governo Itamar Franco, de outubro de 1992 até agora, o patamar ou os níveis de juros reais, na movimentação dos títulos da dívida pública, caíram de 30% positivos para menos de 20% positivos. Esse é um dado importante, porque não apenas contribui para a contenção do processo inflacionário, mas para a redução das taxas de juros e, conseqüentemente, dos nossos déficits para os investimentos produtivos, seja do setor público, seja do setor privado.

Antes de colocar-me à disposição dos Srs. Senadores para o debate do imposto, gostaria de aproveitar a oportunidade da minha presença, honrosamente, na tribuna do Senado, para apresentar apenas uma questão relacionada com uma pergunta que é sempre formulada a todos os Ministros da Fazenda, por menor que seja o prazo de tempo que tenham tido para reflexão e os exames das questões relacionadas às suas graves responsabilidades: dois ou três dias depois que assumi a pasta da Fazenda, já era questionado a respeito de qual era o meu plano, o plano do novo Ministro da Fazenda, como se pudéssemos formular, para a solução de tantos problemas, tão grandes, um plano, ingenuamente, em dois ou três dias. Depois de haver discutido exaustivamente esse assunto com o Senhor Presidente da República, gostaria de trazer a esta Casa o anúncio dos princípios que vão regular e gerir a nossa atuação nas formulações das soluções dos problemas econômicos do País, e que eu gostaria de anunciar nesta Casa.

Quais serão as diretrizes econômicas deste Governo? Os principais pontos relacionados com a nossa filosofia de trabalho, os princípios da ação governamental, que não diferem dos princípios emanados pelo Presidente da República desde o primeiro dia que assumiu o comando do destino da Nação.

1º — O objetivo maior da política econômica será a retomada seletiva do crescimento em base sustentada, visando a geração de empregos e à melhoria da distribuição da renda nacional. Essa diretriz pressupõe a redução da taxa de inflação para níveis que sejam aceitáveis pela sociedade brasileira;

2º — em relação à política fiscal, o Tesouro gastará apenas o que arrecadar. Essa parece ser uma afirmação muito simples, mas extremamente difícil na sua consecução. *Repito:* o Tesouro gastará apenas o que arrecadar;

3º — na política de combate a inflação, não será adotada nenhuma medida que envolva quebra de relações contratuais, o que implica dizer que qualquer medida de contenção inflacionária não será compulsória;

4º — na política monetária, não se permitirá que as taxas de juros reais sejam negativas, para tranqüilidade do mercado; mas também não se admitirá que os erros do passado recente sejam repetidos, com taxas de juros reais desnecessariamente elevadas, impedindo os investimentos produtivos;

5º — na política cambial, será mantida a taxa de câmbio em níveis adequados para incentivar as exportações;

6º — na renegociação da dívida externa, o Governo manterá os compromissos aprovados pelo Senado Federal, dando continuidade ao processo de renegociação em curso com vistas à atual normalização da situação financeira internacional do País;

7º — a administração tributária será reestruturada e dotada de recursos necessários ao combate à evasão fiscal, melhoria do atendimento ao contribuinte e simplificação da legislação tributária.

Sabe-se que, no Brasil, a sonegação fiscal pode chegar a 50%. Quando discutimos o quantitativo de um novo imposto a ser introduzido na legislação tributária do País, é triste verificar que a comparação do montante a ser recolhido é inferior àquilo que poderia ser arrecadado no contexto da legislação tributária vigente. Compete ao Ministro da Fazenda, principalmente, melhorar a arrecadação dentro do sistema tributário existente;

8º — os gastos públicos — da administração direta e indireta, especialmente das empresas estatais — serão objeto de rígido controle e racionalização, evitando-se despesas supérfluas e investimentos não-prioritários. A este item se acrescenta o seguinte;

9º — a privatização será ampliada pela inclusão de novas empresas estatais e terá sua execução acelerada;

10º — a política de tarifas e preços públicos terá como objetivo preservar o valor real das tarifas, calculadas através de critérios que reflitam custos e levem em conta incentivos ao aumento de produtividade, com reajustes neutros com relação à inflação.

Esses três últimos itens dizem respeito às estatais.

Enquanto há graves problemas com o déficit público, um conjunto gigantesco de empresas estatais tem um patrimônio superior a US$100 bilhões, e a atuação delas, se adequadamente disciplinada e ordenada, poderá dar contribuição extremamente importante para o crescimento econômico do País e para a geração de novos empregos. É importante que cada empresa estatal realmente trabalhe como se empresa privada fosse, atenta aos interesses e às diretrizes do seu acionista, para que este aufira o retorno dos investimentos e das aplicações financeiras das subscrições de capital ali feitas.

Enquanto são de grande montante, em nível do Tesouro, os déficits orçamentários fiscais, temos imenso potencial de investimentos nas empresas estatais. Há necessidade de que esses investimentos sejam orientados, racionalizados e dirigidos para os interesses maiores do País.

No que concerne aos preços dos serviços públicos, as empresas estatais devem racionalizar seus custos, programar seus investimentos de maneira que as tarifas sejam decorrentes da fixação de valores que cubram estritamente esses custos, não onerando o consumidor final;

11º — as iniciativas de equacionamento dos grandes passivos do setor público — dívidas dos estados e municípios; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; o FCVS; a reestruturação da Caixa Econômica Federal; as dívidas do setor elétrico e outras pendências — devem ser levadas adiante. A solução para essas dívidas está em andamento e recebeu aprovação do Congresso Nacional;

12º — o processo de abertura comercial será mantido, visando a integração competitiva da economia brasileira no contexto regional e internacional — particularmente, o Mercosul;

13º — serão priorizados os recursos para implementação de programas sociais compensatórios dirigidos às camadas mais desfavorecidas da população;

14º — o Governo, em articulação com o Congresso Nacional, e tendo em vista a revisão constitucional de 1993, empreenderá estudos no sentido de viabilizar uma reforma fiscal abrangente, capaz de corrigir as distorções do sistema tributário, diminuir a excessiva rigidez do gasto público, redefinir os encargos da União, Estados e Municípios e promover a justiça fiscal.

Estaremos, a partir de outubro de 1993, vivendo um momento histórico da vida nacional, quando, ao reformular a Constituição, encontrarmos soluções definitivas. Queremos, provisoriamente, obter uma tributação que possa contribuir para o equilíbrio das contas do País;

15º — transparência fiscal no financiamento do Governo, através da consolidação das contas do Tesouro Nacional e do Banco Central.

Esses quinze itens, discutidos com o Presidente da República e anunciados, em primeira mão, a este Senado serão os nortes na formulação do programa econômico, depois de discutidos com as Lideranças partidárias.

Agradeço ao Sr. Presidente e coloco-me à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passamos, agora, à fase das interpelações.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Para interpelar Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena; Srs. Senadores; Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Eliseu Resende o IPMF é um imposto que contém inúmeras falhas: não atende ao propósito de justiça tributária; não visa maior eqüidade fiscal; não é como o Imposto de Renda ou os impostos que procuram taxar mais aqueles que têm maior contribuição a dar; tributa atos como o pagamento de despesas médico-hospitalares, taxas escolares, doações a entidades fi-

lantrópicas, pensões alimentícias e outros que não deveriam, em si, ser fatos geradores de pagamentos de impostos.

O país vizinho, a Argentina, teve uma experiência com o imposto sobre cheques, em que a alíquota, em dezembro de 1989, pela lei, foi da ordem de 0,3%; mas isso não trouxe suficiente eficácia arrecadadora, levando o Governo argentino a aumentar essa alíquota para algo em torno de 1%, 1,2%, o que resultou na desestruturação do sistema financeiro argentino.

O Ministro Marcílio Marques Moreira teve a oportunidade de perguntar ao Ministro Cavallo, da Argentina, sobre a experiência, e este lhe respondeu que a retração no uso do cheque, a utilização do dólar e a utilização de dinheiro em moeda para pagamentos, inclusive de contas como energia elétrica e outras, por parte das pessoas físicas e jurídicas, trouxeram dificuldades para os bancos, o que levou à desistência daquele tipo de imposto.

Qual é a previsão efetiva do Governo brasileiro sobre a arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras? Gostaria que V. Exª fizesse a demonstração financeira, com detalhamento, da arrecadação prevista. Parece-me que V. Exª citou um número como se fosse anual, mas, se não me engano, é a previsão mensal. V. Exª mencionou US$ 600 milhões de arrecadação. Se a arrecadação anual for de US$ 600 milhões, isto não atenderia a objetivos tais como o resgate do endividamento interno.

O IPMF é apenas uma parte do conjunto dos tributos. É muito importante que se diga não apenas como será tributado, mas principalmente o que será feito da arrecadação. Como V. Exª terá, efetivamente, a chave do cofre, gostaria que nos dissesse como serão aplicados os recursos do IPMF, bem como os outros recursos arrecadados pelo Governo.

Gostaria de ressaltar que, no ano passado, o ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, realizou contingenciamentos, programações trimestrais. Para os primeiros meses, por exemplo, liberava algumas verbas do Orçamento. E, obviamente, liberar verbas em cruzeiros nominais em janeiro e fevereiro é muito diferente de liberar verbas, com uma inflação de mais de 1.000% ao ano, em novembro e dezembro.

Qual será a destinação dos recursos do povo brasileiro ao longo deste ano, levando-se em conta o que está definido no Orçamento da União? V. Exª mencionou os objetivos do Governo: combate à inflação, retomada do crescimento e melhoria da distribuição da renda. O Presidente Itamar Franco tem ressaltado a importância da erradicação, no curto prazo, da miséria e da fome. No conjunto de medidas que V. Exª planeja colocar em prática, e mencionou políticas sociais compensatórias, qual é, efetivamente, seu pensamento? Qual é a forma de se atacar o problema da pobreza com maior eficiência?

Compreendo, como V. Exª salientou, que a inflação constitui, possivelmente, o pior dos impostos pela sua característica perversa de ser concentradora de renda e de impedir os mais pobres de exercerem o seu direito à cidadania. É claro que a estabilidade de preços é objetivo fundamental, mas, ao lado disso, qual é o instrumento efetivo, de maior prioridade, que, na sua concepção, deverá ser utilizado?

Relativamente à questão das reservas, considera V. Exª que as reservas brasileiras poderiam ser utilizadas para lastrear a emissão de títulos de longo prazo? Seria o caso de se promover a estabilização dos preços com a utilização de reservas como âncora cambial?

Consideraria V. Exª adequada a proposta feita, recentemente, pelo ex-Ministro Antonio Delfim Netto ao Senhor Presidente da República, no sentido de utilizar as reservas em área que V. Exª conhece muito bem, ou seja, na manutenção, preservação e melhoria do sistema rodoviário brasileiro? Ou veria V. Exª impossibilidades práticas e de natureza inclusive legal para isto, uma vez que, para se utilizar recursos em investimentos dessa ordem, seria necessária a aprovação do Congresso Nacional para a realização de tais despesas?

São essas as perguntas iniciais que eu gostaria de formular.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — São perguntas feitas com muita propriedade, Senador Eduardo Suplicy. Tivemos oportunidade de mergulhar profundamente na análise, na avaliação da natureza do tributo que se coloca, hoje, em discussão nesta Casa. Este assunto já foi exaustivamente debatido na Câmara dos Deputados e aqui, no Senado. Pudemos, inclusive, reler os transcritos da última apresentação, aqui, do ex-Ministro da Fazenda, a respeito da natureza do imposto.

Todos sabemos — não há necessidade de debater — quais são os aspectos positivos e quais são os aspectos negativos do IPMF. Na verdade, ficamos mais tranqüilos na defesa deste imposto dado o seu caráter de transitoriedade. Trata-se de um imposto provisório, de um "tapa-buraco" — expressão minha — para socorrer as finanças públicas neste momento de crise deficitária. Acredito que a grande solução virá na discussão da reforma fiscal, a partir de outubro de 1993, na oportunidade da reformulação constitucional.

Com relação à estimativa que citei, deixo consignado que são 600 milhões de dólares mensais; a estimativa anual é de cerca de 7,5 bilhões de dólares.

Esse aspecto preocupou-me e impressionou-me muito, nessas poucas horas de trabalho que pude desenvolver na Pasta da Fazenda. Temos de fazer aqui um raciocínio muito pragmático, muito gerencial. O primeiro ponto que nos chega é que, para tirar os proveitos, os benefícios, os resultados práticos desse imposto, precisaríamos ter a sua aprovação no menor prazo possível. Por quê? A idéia era ter esse imposto começando a ser arrecadado no princípio do exercício. A última estimativa, feita quando o ex-Ministro da Fazenda esteve aqui no princípio de fevereiro, era de que começaríamos a arrecadar em abril. Os Srs. Senadores têm melhor noção do que eu a respeito do prazo que teremos para conseguir a aprovação da lei complementar de regulamentação no âmbito do Congresso Nacional; mas, levando-se em conta o prazo de operacionalização desse imposto no sistema bancário, há uma hipótese de que poderíamos ter essa arrecadação a partir do mês de junho. Se isto realmente ocorrer, a nossa previsão de arrecadação neste exercício é de US$ 4,2 bilhões. Mas é de se notar que cada mês de atraso na sua implementação representa US$ 600 milhões a menos.

Esse é um ponto que eu gostaria de deixar claro aqui. As necessidades de "tapar o buraco" das finanças públicas são enormes, mas isso dá uma idéia do cálculo e das estimativas da nossa Receita Federal a respeito do que se poderia arrecadar.

É preciso levar em conta, também, o que foi discutido nesta Casa a respeito das isenções, ou a respeito das compensações. Parece ter ficado entendido aqui que haveria compen-

sações para os assalariados que ganham menos de dez salários mínimos; haveria compensações para os aposentados, que queriam uma certa compensação nas suas contribuições previdenciárias; e haveria compensação, também, para as cadernetas de poupança com prazo menor de três meses.

O somatório de todas essas isenções, e daquelas que serão exaustivamente discutidas aqui por ocasião da apreciação da lei complementar de regulamentação, é que nos vai dar uma idéia exata do montante a ser arrecadado. Poderemos ter, então, variações na quantificação do imposto, como também variações na arrecadação, dependendo do prazo de início da operacionalização desse imposto.

A pergunta seguinte de V. Exª é sobre o que será feito com a arrecadação. Acho que isto também já foi exaustivamente debatido aqui. A mensagem do Executivo vinculava 50% da receita ao resgate da dívida pública. Essa mensagem foi modificada aqui. Houve uma vinculação de 18% para o setor do desenvolvimento e manutenção do ensino; uma vinculação de 20% para o setor habitacional; e os 62% restantes ficariam para a livre aplicação do Executivo.

Quais são as nossas intenções? Pretendemos que a aplicação desses recursos fique dentro das necessidades; mas, particularmente, gostaríamos mesmo que fossem dirigidos prioritariamente, ou predominanteme nte, para o resgate da dívida interna. A meu ver, estaríamos, assim, dando uma contribuição importante para o equilíbrio das nossas contas, para a redução do item encargos no Orçamento do Tesouro, para podermos, então, destinar esses recursos aos investimentos sociais. Essa é a nossa primeira intenção, mas, evidentemente, vai depender muito de uma análise da Lei Orçamentária que nascerá aqui no Congresso — acredito que seja aprovada na próxima semana também de uma análise das projeções da receita que possamos auferir ao longo do exercício. Essa é a nossa resposta com relação às nossas intenções quanto à aplicação dos recursos.

Quanto ao contingenciamento, V. Exª tem razão: o ideal seria que tivéssemos um orçamento preciso, que não tivéssemos inflação e que, se a tivéssemos, pudéssemos projetar os índices inflacionários na medida exata do que viesse a ocorrer, evitando, assim, o descompasso, a falta de compatibilização entre a receita e os gastos estabelecidos na Lei Orçamentária. De qualquer maneira, este assunto e também o relacionado com a natureza dos nossos investimentos sociais vão depender muito da Lei Orçamentária, que esperamos seja aprovada no Congresso Nacional nos próximos 15 dias.

Quanto às políticas sociais compensatórias, todos sabem que o Presidente Itamar Franco assumiu o governo com enorme sensibilidade política, um homem voltado para a angústia, para o sofrimento do povo, atento à população de baixa renda, atento à miséria. Tudo que se fala a respeito do Presidente Itamar Franco talvez esteja mais voltado para essa sua preocupação sistemática com a população de baixa renda, com o povo sofrido. Sua Excelência tem discutido isto com todos os seus auxiliares.

Pessoalmente, vivi isso quando discuti com Sua Excelência as tarifas do setor elétrico. Ao aprovar um reajustamento tarifário, o Presidente fazia questão de saber quanto iria pagar o cidadão que consumisse até 30 quilowatts-hora-mês. Quando vai se procurar a tarifa do gás ou dos derivados de petróleo, a primeira preocupação do Presidente é saber qual a tarifa do gás de cozinha, crucial para a alimentação do povo de baixa renda.

Então, este é o nosso grande esforço e está inserido aqui nas nossas diretrizes: fazer tudo para vencer as nossas dificuldades maiores na área econômica, mas voltando as nossas vistas, também, para essa preocupação do Presidente da República, quanto às compensações que atendam às camadas de baixa renda na sociedade.

Quanto à utilização das reservas cambiais, as perguntas colocadas aqui pelo Senador são da maior propriedade; mas, repito, o alto nível de reservas que temos é extremamente importante, pois nos permite intervir, a qualquer momento, para eliminar a especulação no mercado de câmbio. É importante termos reservas cambiais, pois elas dão ao Brasil confiança e segurança dentro do mercado internacional, no contexto do comércio exterior. Poderemos usar essas reservas, mas, evidentemente, nobre Senador, com a maior reflexão e consciência.

É um assunto de extrema delicadeza a utilização das reservas para emissão de títulos colaterais, no que se chama de âncora cambial. Particularmente, quando se fala na substituição das reservas para os investimentos sociais, sabe V. Exª, que entende profundamente do assunto, que isto geraria o fator da monetização: a transformação das reservas cambiais em cruzeiros, o que poderia trazer impactos inflacionários.

Sobre esse ponto, permito-me pedir ao ilustre Senador que me dê tempo para reflexões adicionais, para poder traçar uma política de governo adequada para a solução desses itens.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador, se quiser contraditar, V. Exª disporá de dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro Eliseu Resende, V. Exª mencionou que, até outubro, poderemos em conjunto, Congresso Nacional e Executivo, formular uma política mais definida a respeito do que fazer na área da reforma tributária e com a reforma da Constituição.

Sabe V. Exª que o Presidente Itamar Franco não é pessoa de muita paciência, particularmente com seus ministros da Fazenda. No sexto mês de governo, V. Exª é o terceiro a ocupar essa Pasta. Isto me faz lembrar a famosa fábula do escorpião e da rã. Nela, o escorpião pede à rã que lhe ajude a atravessar o rio. A rã, então, responde-lhe: "Mas poderá acontecer de você usar o seu ferrão e me dar uma ferroada no meio da travessia". E o escorpião lhe diz: "Eu não faria isso, porque sei que, se eu lhe dar uma picada com o ferrão, nós dois nos afogaremos". A rã, então, resolve fazer a travessia. Eis que, em meio à travessia, o escorpião colocou o seu ferrão. A rã, sentindo a picada, disse: "Mas como? Você não havia dito que não faria isso?" E o escorpião disse: "Mas isso é inevitável, porque é da minha natureza".

Ora, Ministro Liseu Resende, o problema que V. Exª enfrenta é muito da natureza do sistema que estamos vivendo. V. Exª diz que irá manter os compromissos com os credores internacionais, conforme o Senado aprovou, apesar da advertência aqui feita de que, se fôssemos pagar todos os compromissos assumidos, dificilmente seria cumprido um outro objetivo, que seria o de só gastar aquilo que o Tesouro arrecada. Em verdade, estamos gastando mais com o serviço da dívida pública internacional, e mais com o serviço da dívida pública interna do que seria permitido com a capacidade financeira de arrecadação que o Governo tem sobre o povo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador, a Presidência lembra que o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Em especial, Sr. Ministro, o objetivo de erradicar a pobreza vai conflitar com os outros objetivos que V. Exª traçou aqui, porque, se efetivamente arrecadarmos recursos do IPMF e, principalmente, se garantirmos aos credores internacionais — que estão entre os mais ricos do mundo — e àqueles que têm títulos no mercado doméstico, no mercado interno — que estão entre os mais ricos do Brasil — que esses compromissos serão saldados da maneira mais eficaz possível, dificilmente teremos recursos para qualquer tipo de política social compensatória.

Assim, Sr. Ministro, temo que V. Exª possa não conseguir alcançar os objetivos corretos colocados em termos de objetivos maiores pelo Presidente, em conjunto com V. Exª, porque é da natureza do sistema dificultar isto, a não ser que tenhamos modificações profundas que levem em conta a necessidade de se atender a outros fins que não sejam principalmente os reclamos dos que mais têm internacional e domesticamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sr. Ministro, se desejar fazer a tréplica, V. Exª disporá de dois minutos.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Ouvi, atentamente, as palavras do Senador. Espero contar com a paciência do Presidente da República, pois, como eu disse aqui, essas reflexões nossas serão ponderadas com Sua Excelência. Quero repetir que a mensagem será uníssona. Ninguém melhor do que V. Exª para trazer à Casa a sua expressão, a sua manifestação a respeito dos grandes desafios e das grandes dificuldades. Eu próprio não gostaria de estar na minha pele, Sr. Senador. São realmente extremamente grandes os problemas. São problemas que não estão aí há dois dias, há uma semana, há um mês, ou há quatro meses do Governo Itamar Franco: estão aí há dez anos ou mais. Pela Pasta que hoje ocupo, pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional, já passaram tantos homens, tantos talentos tentando superar esses desafios, e eles, no entanto, ainda estão aí, perturbando e intranqüilizando a vida econômica do País.

De forma que não cabe a uma só pessoa a solução de todos os problemas aqui citados por V. Exª Para isso deve haver a congregação de esforços e de reflexões da sociedade inteira. Não é só o Governo que combate a inflação. Há quem diga que inflação é um clima; inflação é uma filosofia; inflação é um costume. É preciso termos condições de dar segurança e tranqüilidade ao povo brasileiro e, particularmente, ao mercado, aos empresários, aos trabalhadores e, por que não dizer também, ao mundo exterior. Temos que trazer uma mensagem de credibilidade, de confiança, de segurança para todos, porque todos esses problemas imensos que V. Exª citou só terão solução com a congregação de esforços e boas intenções do povo todo.

Espero que, no nosso caso, a rã e o escorpião não se afundem simultaneamente.*

O SR. EDUARDO SUPLCY — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, são apenas cinco minutos, e o Sr. Presidente deu a todos a oportunidade de falar sobre o imposto ou sobre o plano. Fiz a opção de falar sobre o plano.

Com relação ao Imposto sobre Movimentações Financeiras, contra o qual tenho me colocado nas discussões e na votação aqui no Senado, tenho dúvida quanto à sua eficácia em matéria de arrecadação. Não vou me alongar sobre este problema. V. Exª, hoje, é a pessoa que catalisa, novamente, todas as expectativas do povo brasileiro, pois, quando é escolhido um novo ministro da Fazenda, todas as esperanças se colocam naquele que vai conduzir a economia do País. A título de colaboração, vou passar para a sua assessoria uma análise da evolução da receita do Governo Federal nos últimos quinze anos, onde fica bem claro que a sociedade já definiu aquilo que ela está disposta a pagar para o Governo Federal, que é da ordem de 9,5% do PIB, fora as contribuições de folha.

Em 1989 e 1991, quando se aumentou, via Finsocial e contribuição social, a receita da seguridade social, caiu automaticamente a receita fiscal. Então, o meu receio é que se crie mais um imposto, e V. Exª não vá receber mais dinheiro. Mas, como colaboração, vou passar para sua assessoria esta série de dados tirada dos balanços da União.

Com relação ao plano, Sr. Ministro, fiquei satisfeito porque vi incluído, nos princípios, aquilo que considero fundamental para se resolver qualquer problema social: a geração de emprego, sem o que não se resolve qualquer problema social. V.Exª, pela sua experiência e personalidade, tem condições de corrigir alguns erros que se vinha cometendo até agora.

V. Exª, por formação, é engenheiro — e isto não é uma declaração classista de um para outro; mas, além disso, é matemático e, portanto, é racional, prático e sabe fazer contas — certamente, sabe fazer contas.

V. Exª traz uma outra vantagem. No primeiro dia, V. Exª se referiu — e agora diz que é uma opinião uníssona — à criação de uma outra figura: a "santíssima dualidade". Creio que, no caso, deve-se falar realmente é em "santíssima trindade", porque, dessa comunicação, deve participar também a Ministra da Economia. A cidade não consegue conviver com notícias desencontradas — V. Exª sabe disso; e eu me lembrava de que a Santíssima Trindade, fundamento não só filosófico, como também teológico do Cristianismo, significa três pessoas em uma só, mas apenas uma falava. Por isso, o Cristianismo foi tão forte. Saúdo a idéia de que só uma pessoa fale ao País em matéria de economia.

Volto ao problema fundamental, que vai gerar a pergunta que pretendo lhe fazer: se partirmos do princípio de que nascem aproximadamente três milhões de brasileiros a cada ano, e de que quem tem renda não vai querer dividi-la com aqueles que estão nascendo, na medida em que não houver crescimento econômico, não haverá como evitar o aumento dos miseráveis no País. Trata-se, portanto, de um problema matemático dirigido a um matemático.

Parece, Sr. Ministro, que nos acostumamos tanto com a indexação que ninguém mais tem a ousadia de querer mexer nesse problema. A informação que tenho é que, das vinte maiores economias do mundo — das quais participa o Brasil — dezenove não têm economia indexada; somente nós a temos, além da maior inflação entre as vinte. Isso cria uma lógica: será que não somos o único país que está com o passo errado, mas pensa estar com o passo certo?

Minha pergunta é a seguinte: em algum momento cogitou-se ou cogita-se — e o que V. Exª pensa sobre o assunto — termos a ousadia de fundamentar a chamada economia social de mercado, que é baseada na liberdade de desindexarmos o câmbio e os juros; de fazermos com que o poder público cuide das contas públicas e dos serviços públicos e deixe que a empresa privada e a sociedade cuidem das suas contas e dos seus serviços?

V. Exª falou também — e isto é importante! — que vão se praticar juros reais, mas não desnecessariamente elevados. V. Exª trouxe uma informação que me deixou um pouco em dúvida: que, nesse período do Governo Itamar Franco, os juros, se chegaram a 30%, hoje estariam em menos de 20%. Posso dizer a V. Exª que, no dia 20 de janeiro, o mercado praticou, para um investidor de CDB, uma taxa de 34,6%. Para uma inflação média nesse período, do dia 20/1 até o dia 20/2, vamos dizer, de 28%, seria um juro real de mais de 6%. Esta é uma prática que não se pode conceber. Só o governo acaba pagando esse juro, e no fundo governo é povo.

A minha pergunta fundamental é esta: como V. Exª vê a possibilidade de, definitivamente, partimos para a organização financeira das grandes economias nacionais, liberando a economia e desindexando-a?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Sr. Senador, muito obrigado pelas suas referências e pelas suas palavras. O Senador é engenheiro e matemático também; ex-Ministro dos Transportes, vivemos juntos os problemas relacionados com a implantação da infra-estrutura no País.

Respondendo à sua pergunta: V. Exª fez, primeiro, uma afirmação a respeito do plano. Gostaria de deixar registrado aqui, Senador, que ainda não temos plano — é importante deixar isto ressaltado. Seria ingênuo de minha parte dizer que, nesses cinco dias em que estou no governo, fiz um plano milagroso para resolver todos os problemas da economia nacional que foram aqui expostos neste diagnóstico apresentado ao Senado. O que trouxemos foi um elenco de princípios que vão nortear nossas ações, o programa de Governo e a elaboração dos planos para a solução dos problemas econômicos do País.

Gostaria de abordar ainda o problema da geração de empregos. Seria realmente muito importante se pudéssemos introduzir neste País uma política de pleno emprego; é o sonho nacional. Com isso, estaríamos evidentemente resolvendo os grandes problemas do Brasil. Os estudos econométricos — os matemáticos gostam muito de olhar a economia sob a configuração de modelos matemáticos — mostram que, para termos uma política de pleno emprego, deveria haver um crescimento da economia de 5,5% ao ano, no mínimo.

É claro que o Brasil já atingiu essa taxa de crescimento no passado, mas, há muitos anos, estamos praticamente, como eu disse, com um Brasil do mesmo tamanho. Quem sabe pudéssemos iniciar um grande esforço de estabilização da economia para, num determinado momento, atingirmos um crescimento econômico estável de 5,5% ao ano e podermos, assim, ver definitivamente implantada no Brasil uma política de pleno emprego. Este seria, realmente, um objetivo importante; valeria a pena persegui-lo.

A respeito da questão da indexação, Senador: ela apareceu no Brasil em meados da década de 60, e com ela a economia tem convivido até hoje. A desindexação a taxas elevadas de juros poderia trazer conseqüências bastante impactantes na economia, deixando-a fora do nosso controle. Também é um sonho nosso fazer com que a inflação caia a índices bastante reduzidos, assim como as taxas de juros. Nesse momento, sim, ao desindexarmos a economia, não estaríamos perturbando o equilíbrio dos vetores que atuam no sistema econômico; mas, no momento atual, sem fazer, contudo, maiores reflexões sobre o assunto, pelo pouco tempo que dediquei ao Ministério da Fazenda, eu diria que as condições não são propícias para a desindexação, à vista das elevadas taxas de inflação e de juros. É a resposta que dou a V. Exª, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador, V. Exª dispõe de dois minutos para contraditar.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, gostaria de fazer pequenas observações. Realmente, falei em plano, e V. Exª, não. Isso é um vezo dos parlamentaristas: sempre imaginamos que, quando alguém assume um cargo, está comprometido com um plano. Mas são diretrizes de um plano; de qualquer forma, são pontos que serão amparados por um plano que vier a ser consolidado — segundo os jornais, até o dia do plebiscito. Espero que ele venha o quanto antes.

Não cheguei a falar em pleno emprego; apenas demonstrei uma preocupação no sentido de que não se aumente o desemprego. E que possamos crescer mais do que o aumento da densidade demográfica, porque esta também é uma matemática fácil de fazer.

Com relação ao fundamental, que é o problema da desindexação, não vou aqui afirmar que, enquanto não se desindexar, os problemas não serão resolvidos, até porque desejo que V. Exª tenha sucesso. Mas realmente, hoje, sou um cético com relação a baixar inflação enquanto a economia estiver indexada. Espero que eu esteja errado; o tempo dirá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Exª vai responder, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Gostaria apenas de dizer que, realmente, temos esse constrangimento — constrangimento no sentido de limitação, de condicionamento — porque a indexação é um fator inercial de inflação. Na verdade, se não houvesse indexação no Brasil, não teríamos mais condições de conviver com a inflação; estaríamos, hoje, numa posição de verdadeiro caos. No momento em que se instituiu a indexação, o País passou a conviver com essa inércia de movimento; e para controlá-la, para apagar ou acabar com esse fator inercial produzido pela indexação, temos de criar condições, que, na minha opinião, viriam com a redução das taxas de juros e dos índices inflacionários.

Evidentemente, concordo com V. Exª, Senador; as perspectivas de se reduzir a inflação com esse nível de indexação não são boas, mesmo porque, se isto fosse fácil, todos aqueles que já tentaram, nos últimos 10 ou 15 anos, teriam alcançado um resultado positivo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, no início de sua exposição, V. Exª traçou um quadro sombrio da economia nacional,

o que não foi surpresa para nós; evidentemente, no dia-a-dia do Congresso estamos sempre tomando conhecimento dessas questões. O próprio Presidente Itamar Franco não escondeu a herança que recebeu ao assumir a Presidência da República. Inclusive — permita-me esta observação — soube-se que V. Exª teria chegado mesmo a vacilar, na madrugada em que foi convidado pelo Presidente da República, diante do pesadelo que V. Exª anteviu em face dessa realidade.

Diante disso, não iríamos exigir agora de V. Exª que, em apenas uma semana, chegasse ao Senado Federal com um plano de estabilização econômica pronto e acabado — ninguém aqui lhe está cobrando um; mas a imprensa noticiou que V. Exª encontrou um plano já elaborado, ou pelo menos esboçado nas suas grandes linhas pelo ex-Ministro da Fazenda, Paulo Haddad.

Eu perguntaria em primeiro lugar: V. Exª realmente encontrou esse plano, divulgado, inclusive, pela grande imprensa nacional? Quais seriam as suas linhas? V. Exª concorda com esse plano de governo e vai tocá-lo para a frente? Ou V. Exª fará uma revisão nesse plano, caso realmente ele tenha sido encontrado?

Uma outra pergunta, Sr. Ministro: tem havido reação contra a cobrança do IPMF, sobretudo porque se diz que é um imposto em cascata, que vai atingir a produção nacional em vários níveis e que terminaria por recair, de uma forma brutal, no bolso do consumidor brasileiro.

Ora, parece-me que existe aí uma grande contradição — V. Exª poderia esclarecer — em relação aos objetivos do Governo Itamar Franco. Confesso a V. Exª que votei a favor do IPMF na primeira votação. Entretanto, indago: como um governo que se diz voltado para as classes mais sofridas da população pode criar um imposto — que V. Exª chama de "tapa-buraco" — que vai fazer, sobretudo, um buraco no bolso da camada mais pobre da população brasileira?

Gostaria que V. Exª dissecasse isso, porque essa é a interrogação que recebemos a cada instante — principalmente nós que votamos a favor do IPMF — de empresários, de sindicalistas e trabalhadores. Gostaria que V. Exª exaurisse essa questão, de forma a estarmos seguros de que não estamos vivendo uma verdadeira contradição com relação aos objetivos e intenções do Presidente Itamar Franco, que sei que são aquelas exaltadas por V. Exª na sua exposição inicial.

Por último, Sr. Ministro, queria fazer uma outra pergunta, valendo-me de observações que ouço, a todo instante, aqui no Congresso Nacional. É a questão da sonegação. Será que ela só pode ser enfrentada com um trabalho a longo prazo, ou será que o Governo Federal tem condições de desencadear uma operação, a curto prazo, que pudesse, aí sim, tapar o buraco com o dinheiro pago pelos sonegadores?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª afirmou que foi noticiado que o Ministro convidado chegou a vacilar de madrugada. Quero confirmar isto; aconteceu.

Estamos discutindo aqui os desafios que esperam o Ministro da Fazenda. Todos os problemas que aí estão arrastam-se há muitos anos, apesar dos grandes talentos que estiveram à frente a vacilar, porque eu tinha uma noção da responsabilidade esmagadora que eu teria sobre os meus ombros. Mas tenho uma história de trabalho e sacrifícios dedicados a este País; somente isto me animou a aceitar o convite peremptório do Presidente da República. Além disso, alguém teria que ocupar essa posição, e estou aqui para tentar dar a minha contribuição no sentido de solucionar os problemas.

Pergunta V. Exª se encontrei um plano. É claro que, quando cheguei ao Ministério, como faço em todas as organizações cuja direção assumo, procurei imediatamente saber o que estava acontecendo ali, que estudos tinham sido elaborados, e tomei conhecimento de todos eles.

Tenho que dizer a V. Exª que aquilo não era um plano de governo. Um plano só é de governo quando é discutido com a sociedade e com as autoridades superiores do País; quando é apresentado e aprovado pelo Presidente da República e discutido no âmbito do Congresso Nacional. Só aí temos um plano. Fora disso, podemos ter estudos formulados por esse ou aquele economista, por esse ou aquele assessor, mas não consideramos isso como plano.

Tomamos conhecimento de todos os estudos que tinham sido elaborados e, no dizer dos economistas, de todos os cenários que se apresentam. Mas nunca consideramos aquilo como um plano. Tive até oportunidade de saber — não tive muito tempo de acompanhar as notícias — que o ex-Ministro da Fazenda foi à imprensa dizer que aquele plano não existia e que não era dele. Na minha opinião, não havia um plano, porque não caracterizo desta forma um plano de governo.

É claro que estarei no Ministério da Fazenda para analisar todas as contribuições que me venham às mãos. Estarei pronto para receber todos os economistas, sejam aqueles que formam a estrutura de recursos humanos do meu Ministério, sejam aqueles que estão nas atividades privadas. Estarei aberto para a análise de todas as sugestões e estudos que me trouxerem.

Com relação às observações de V. Exª a respeito das impropriedades, do lado negativo do novo imposto: concordo com V. Exª quando diz que seria um imposto em cascata. Quando analisado profundamente, vê-se que ele apresenta fatores positivos e negativos, e essa característica de ser um imposto em cascata é um deles. É um imposto que não diferencia: paga tanto o pobre quanto o rico. Mas é claro que ele tem também um lado positivo, e talvez eu pudesse citar um, que é o fato de ele inserir a economia informal na renda tributária. Mas ele tem realmente aspectos negativos.

Quanto aos demais aspectos negativos que V. Exª citou, e mais aqueles que estariam conflitando com a sensibilidade do Presidente da República e com a sua obstinada preocupação com as camadas sociais de baixa renda, parece que isto já está sendo contornado mediante medidas colaterais que procuram amenizar essa dificuldade.

É o caso dos aposentados, por exemplo, quando compensatoriamente se procura reduzir a contribuição previdenciária do aposentado de baixa renda, para que ele não sofra as conseqüências desse imposto. É o caso dos poupadores, quando também amplia-se o rendimento da caderneta de poupança em 0,25% dos rendimentos normalmente estabelecidos, para quem mantém a poupança por mais de três meses. Todas essas medidas, e outras que poderão ser trazidas quando da discussão da lei complementar de regulamentação, procuram conciliar as conveniências e necessidades desse imposto "tapa-buraco"" e provisório, do ponto de vista de produzir o equilíbrio do nosso fluxo de caixa, com esses problemas sociais que V. Exª citou.

É um esforço grande que estaremos desenvolvendo de uma forma compartilhada com o Congresso Nacional, no sentido de ver se se cria uma solução que possa, de um lado, ter o imposto para resolver os problemas de nossas contas

e, de outro, olhar esses aspectos sociais de tentativa de proteção às camadas sociais de mais baixa renda.

Quanto à questão relacionada à sonegação, V. Exª tem toda razão. A meu ver, é absurdo dizerem em manifestações comuns que a sonegação no Brasil chega a 50%. Sr. Senador, tenho aqui uma projeção do nosso fluxo de caixa e da arrecadação prevista na execução financeira do Tesouro Nacional. Temos um recolhimento bruto de 38 bilhões de dólares. Imagine V. Exª se admitirmos que esse número, 38 bilhões de dólares, está sendo atingido por uma hipótese de sonegação que chega a 40%. Isso poderia trazer resultados adicionais na arrecadação do País extremamente relevantes, muito superiores, multiplicadamente superiores, ao que se procura agora arrecadar com o Imposto Provisórios de Movimentação Financeira. Temos que nos curvar a essa realidade.

Talvez esta seja a principal tarefa, obrigação e dever do Ministro da Fazenda: procurar ver se há condições de dar à máquina arrecadadora uma atuação muito agressiva no sentido de que com justiça social e obediência às leis, possamos aumentar a nossa renda tributária.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª deseja contraditar o Sr. Ministro?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, é apenas para fazer uma observação. Com relação ao Plano do Ministro Haddad, S. Exª chegou a declarar que saía triste do Ministério porque tinha aquela impressão de deixar uma obra inacabada. Assim sendo, deu a todos nós a impressão de que se tratava mesmo de um plano.

Pergunto: não entregou S. Exª nenhum documento nesse sentido, ou V. Exª encontrou estudos dispersos no Ministério? Porque, diante da amargura do Ministro, como S. Exª colocou a questão, deu a impressão de que realmente se tratava de um plano.

A outra observação que eu gostaria de fazer a V. Exª é a seguinte: o IPMF foi cogitado para ser o imposto único, sobre transações financeiras, substituindo, inclusive, 58 impostos, taxas e contribuições existentes hoje no País. Na medida em que ele é tratado por V. Exª como um imposto "tapa-buraco", o imposto único também iria para o buraco?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Quanto à primeira parte, Senador, realmente não recebi das mãos do ex-Ministro nenhum trabalho, nem houve condições para tanto. Assumimos o Ministério, tivemos o ato de transmissão logo a seguir; o meu relacionamento pessoal com o ex-Ministro Paulo Haddad é o melhor possível; por sinal nascemos na pequena cidade de Oliveira, no interior do Estado de Minas Gerais; S. Exª é muito mais jovem do que eu; foi meu aluno de álgebra linear; as nossas famílias são correligionárias nas disputas políticas na minha cidade. Portanto, tenho com o Ministro Paulo Haddad o melhor relacionamento pessoal. Ele poderia ter-me passado um plano e não o fez, o que me dá a entender que, realmente, não o possuía. Evidentemente, todos ficamos tristes quando temos de, nesta vida, pular de galho em galho, ser substituídos; todos ficamos tristes por não podermos concluir as nossas obras. O ideal seria que pudéssemos continuar a dar seqüência ao nosso trabalho. Já assumimos cargos, já fomos substituídos muitas vezes e muitas vezes já ficamos tristes, porque todo aquele programa de trabalho que estávamos desenvolvendo não pudemos levar a cabo. Mas isso é normal. Estamos aqui para receber todos esses estudos, analisá-los; praticá-los ou não.

É muito importante eu destacar isto aqui: diz-se que, na verdade, deveríamos ter à frente da Pasta da Fazenda um economista — já tivemos tantos e devemos continuar nesse rumo — mas tenho a impressão de que os economistas ficam muito mais felizes quando conversam e assessoram os executivos. Creio que talvez esteja na hora de pensarmos que, ao invés de ficar ouvindo muito economês, o povo passe a fiscalizar o trabalho de um gerente. Precisamos é de gerência, é de execução, é de consecução de objetivos, é de acompanhamento, de administração, de empenho, de dedicação e de esforço. Ainda que seja limitada a nossa inteligência, somos capazes de superar tudo se dedicados formos. Já trabalhei a minha vida inteira com economistas; eles gostam de apresentar a um executivo um cenário, um projeto, um plano, um estudo. Às vezes, ficam muito mais felizes em entregarem a um executivo e a um engenheiro um estudo de assessoramento de uma formulação do que a um outro economista. O que queremos, no desempenho das nossas tarefas e funções no Ministério da Fazenda, é ouvir os economistas, analisar as diferentes hipóteses e, na expressão deles, os diferentes cenários que nos colocarem para que nós, numa avaliação voltada para o interesse do País e para a gerência prática e executiva e a persecução das metas, possamos implantá-las e praticá-las sempre, como foi dito aqui — quero repetir as palavras do Sr. Senador Affonso Camargo — em total sintonia com o Presidente da República. O primeiro dado importante para a tranqüilidade da Nação, do povo, do mercado, dos empresários e dos trabalhadores é saber que o Presidente da República traça as diretrizes do seu Governo e elas são executadas de uma forma sintonizada pelos seus Ministros da Fazenda e do Planejamento. Esta é a nossa idéia: obtermos as contribuições e as formulações dos economistas, colocá-las em prática depois da aprovação do Presidente da República.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — E o Imposto Único?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — O Imposto Provisório de Movimentação Financeira não tem a configuração do Imposto Único. Como V. Exª disse, a idéia — temos 58 impostos, taxas e contribuições sociais — é que esse aspecto tem que ser totalmente revisto. Temos uma extraordinária oportunidade à nossa frente quando, em outubro, o Congresso Nacional começará a reavaliar a reformulação do Sistema Tributário do Brasil — temos uma rara oportunidade a nossa frente — e, aí sim, vamos meditar profundamente e ver se encontramos alternativas de situações tributárias a esta vigente no País. Mas o Imposto Provisório não tem a característica do imposto único e é realmente — desculpe a expressão grosseira, que mais uma vez repito — um tapa-buraco que foi instituído para vigorar até dezembro de 1994. O Ministro Paulo Haddad, quando esteve aqui na última vez, disse até, numa resposta ao Senador Eduardo Suplicy, que, ao invés de flutuarem taxas a um percentual de 0,25%, como ocorreu na Argentina, poder-se-ia, em decorrência do resultado da mudança da tributação na reforma constitucional, antecipar o prazo de extinção desse imposto; ou seja, antes

de dezembro de 1994 ele poderia ser extinto, o que caracteriza, mais uma vez, de forma muito nítida, um imposto provisório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho por cinco minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, começo por declarar que lhe tenho apreço pessoal — V. Exª o sabe. A divergência de natureza política e de orientação econômica em relação ao Governo em nada alterará esse tratamento. Louvo-lhe a franqueza, revestida de clareza, com que expôs seu pensamento a esta Casa. Se não o aceito integralmente, saliento que V. Exª falou com a responsabilidade de quem quer esclarecer, e não propriamente convencer.

Para isso, V. Exª expôs as deficiências que encontrou na Administração. Não cuidou de apontar responsabilidades, mas definiu os fatos, deixando claro ao Senado que não encontrou plano de ação no Governo, fixou os dados que deixam o Estado brasileiro em dificuldades e enunciou os princípios diretores do que poderá ser o plano de ação que pretende elaborar. No que concerne ao Imposto sobre Movimentação Financeira, V. Exª, com muita simplicidade, disse a verdade: é um "tapa buraco" da maior importância".

Como V. Exª já foi Ministro dos Transportes, sabe muito bem como "tapar buracos". Pena é, Sr. Ministro, que sua competência seja posta em ação para que o buraco seja tapado com interesse do povo. Lamento seu destino nessa emergência; lamento, sobretudo, que o Governo, há quatro meses em exercício, tendo necessidade de ampliar a arrecadação, haja optado exatamente por esse imposto. Ninguém negou — nem pôde negar — desde o seu ilustre antecessor até V. Exª, os inconvenientes do tributo.

A minha pergunta é exatamente em outro sentido. Por que o Governo, precisando aumentar a receita e tendo prevista na Constituição uma taxação sobre grandes fortunas, preferiu a criação de um imposto que atinge mais os economicamente fracos? Se o Presidente Itamar Franco revela preocupação com o destino, com a sorte do povo, com a melhoria de sua situação, por que não enfrentou o poder dos que têm a fortuna e preferiu agravar a situação dos que já vivem dolorosamente?

Essa é a minha primeira indagação.

A segunda — há de ser rapidamente, pela estreiteza do tempo — é sobre a direção do plano em elaboração. Qual é a linha filosófica? V. Exª falou sobre certas direções do plano, mas de nenhuma delas extraí a conseqüência que intrinsecamente a mim interessa: qual será a posição do Estado na economia brasileira no plano em perspectiva de elaboração? Vai reduzir-se o Estado ao mínimo, que tanto interessa aos titulares do poder econômico? Vai manter-se o Estado controlador da economia, gerador de caminhos e diretrizes? No particular, cabe indagar: como pode o Governo estreitar a ação do Estado se a Constituição assegura-lhe — exige mesmo — presença como agente econômico?

Em terceiro lugar, como se conciliará a posição do Estado na correção dos desvios econômicos com a ampliação do processo de privatização? Como anunciou V. Exª, a privatização não só será acelerada, como será ampliada, o que significa dizer que será reduzida a presença do Estado no processo econômico. Como conciliar essa tendência com a Constituição, que faz do Estado um agente econômico e o exige pleno para o desenvolvimento econômico? Como se realizará esse processo de desdobramento da privatização? Será mediante a ação do Poder Executivo isoladamente ou através de um projeto apresentado ao Poder Legislativo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Para responder, concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Senador Josaphat Marinho, é um prazer muito grande ouvir suas observações. Tenho por V. Exª, de longa data, respeito e admiração.

V. Exª teceu considerações sobre o IPMF. Como eu já havia dito, há vantagens na criação desse imposto: afetará, proporcionalmente, as classes de renda mais alta, alcançará a economia informal e, sobretudo, valores sonegados. Não obstante, ele tem suas deficiências.

V. Exª citou o imposto sobre grandes fortunas. Essa questão, Sr. Senador, poderá vir a ser considerada na análise das medidas ou das soluções buscadas na reforma fiscal, em outubro de 1993.

Quero ater-me às observações de V. Exª sobre as últimas questões abordadas: o tamanho do Estado, as normas para nortear as atividades econômicas, o programa de privatização. Dissemos, na nossa primeira diretriz que o objetivo maior da política econômica será a retomada seletiva do crescimento em base sustentada, visando à geração de empregos e à melhoria da distribuição da renda nacional. Essa diretriz pressupõe a redução da taxa de inflação em níveis aceitáveis pela sociedade brasileira.

Eu gostaria de repetir as três primeiras frases, porque definem, com clareza e precisão, o que o Governo quer: a retomada seletiva do crescimento em base sustentada, visando à geração de empregos e à melhoria da distribuição de renda nacional, ao ataque aos problemas sociais e à eliminação da pobreza e da miséria.

É importante verificarmos o aspecto gerencial do Governo no que se refere às nossas empresas estatais, empresas de propriedade do Governo. V. Exª menciona, de acordo com o que define um item das diretrizes — que a privatização será ampliada pela inclusão de novas empresas estatais e terá sua execução acelerada.

Numa análise menos ideológica e filosófica de uma máquina governamental mais gerencial, mais administrativa, impressiona-nos perbecer que temos um acionista — permita-me usar a expressão — praticamente falido, mas que é proprietário de um patrimônio enorme que não lhe está trazendo quaisquer rendimentos, qualquer retorno do capital ali aplicado. Ora, se fizermos essa análise gerencial, empresarial — isso depende muito do ponto de vista do empresário, do administrador, do gerente — qual seria a solução ?

Se sou acionista, se sou o dono de uma propriedade, se estou com problemas sérios de déficit de caixa e não tenho nenhum retorno de um enorme patrimônio onde investi, qual é a minha solução?

Essa é uma análise muito pura, sob um aspecto muito simples — permita-me dizer, ilustre Senador. É claro que isso está ainda coberto por uma série de outros aspectos, filosóficos, estratégicos, de segurança nacional, mas se analisarmos o problema apenas sob esse aspecto puramente administrativo, gerencial, empresarial, a coisa assusta. Será que tínhamos de buscar novos impostos e tributos e os lançarmos sobre o povo para resolver nossos problemas de déficit de

caixa e continuar deixando aquele patrimônio intocado, muitas vezes requerendo de nós novos aportes de capital?

Essa é uma coisa impressionante sobre a qual realmente temos que meditar, mas, claro, numa análise conjunta com outros aspectos filosóficos, ideológicos, estratégicos e de segurança nacional.

Isso nos dá a impressão de que caminhar no sentido de privatizar o que é privatizável é o correto. Daí por que estão aqui essas diretrizes com esse objetivo, acelerando o processo, dentro de um contexto, de forma que essa iniciativa resulte em fatores que realmente venham socorrer o Tesouro Nacional.

As regras de privatização, até então estabelecidas, já revistas pelo Presidente Itamar Franco, terão de ser novamente examinadas e mais uma vez reformuladas no sentido de que haja, efetivamente, a obtenção de caixa vivo que possa socorrer o Tesouro nas suas deficiências.

Essa é a nossa intenção primordial: desejamos fazer uma análise profunda de novas empresas que podem ser privatizadas, que desenvolvem atividades econômicas que, de forma alguma, deveriam ser exercidas pelo Estado, para que possamos ter uma operação de socorro à deficiência das nossas contas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Senador Josaphat Marinho, se V. Exª desejar contraditar, dispõe de dois minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Quero apenas solicitar mais um esclarecimento, Sr. Presidente.

Primeiro, desejo acentuar, Sr. Ministro, que ouvi com muita satisfação que o Governo poderá cuidar da criação do imposto sobre grande fortuna. Essa é uma forma de demonstrar que, efetivamente, estará ao lado dos economicamente fracos e, não, dos poderosos.

Em segundo lugar, gostaria que V. Exª pudesse elucidar mais concretamente como o Governo pretende efetuar a retomada seletiva do desenvolvimento? Qual o caminho que o Governo pretende seguir?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Evidentemente, temos de fazer o ajuste de nossas contas, temos de obter soluções que produzam equilíbrio orçamentário para que possamos ter uma participação melhor do item "investimentos" no nosso orçamento.

Tivemos oportunidade de, numa reunião, ontem cedo, com o Senador Mansueto de Lavor, verificar o detalhamento da proposta orçamentária que tramita no Congresso. É realmente preocupante saber que o percentual para investimentos na nossa proposta orçamentária é inexpressivo. É preciso que possamos produzir o equilíbrio das nossas contas, deixemos de gastar dinheiro com os encargos da dívida externa, mediante uma política adequada, para que tenhamos mais recursos para investimentos e possamos aplicá-los naquelas áreas mais carentes. No caso dos investimentos fiscais, particularmente na área social.

Com relação à análise que estamos fazendo das estatais, vale a pena também uma nova reflexão. É preciso que os investimentos das estatais — e esses, Srs. Senadores, são muito maiores do que os investimentos do Tesouro — sejam realmente reordenados, disciplinados, no sentido dos objetivos maiores e dos interesses maiores do País.

É preciso que o Governo tenha condições, de uma forma normativa e orientadora, segura, orientar os investimentos de cada empresa estatal. Temos investimentos enormes em empresas estatais nos campos do petróleo, da eletricidade, das telecomunicações, da infra-estrutura, da siderurgia, da mineração, que, se bem orientados, seletivamente, poderiam conduzir, de forma mais rápida, para o atendimento das prioridades do País em termos de retorno do investimento e também de atendimento às questões sociais.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, não sei se V. Exª me permitiria solicitar que o Ministro esclarecesse um ponto que restou. (Assentimento da Presidência.)

Indaguei de V. Exª, Senhor Ministro Eliseu Resende, se a ampliação do processo de privatização será exclusivo do Governo ou com o conhecimento prévio do Congresso Nacional.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — É nosso propósito, é nossa intenção, Sr. Senador — aliás, foi a principal orientação do Presidente da República que recebi antes de vir para esta exposição perante o Senado Federal — de que tudo que fizermos será discutido com as lideranças políticas, com os Líderes, será compartilhado e debatido com o Congresso Nacional, particularmente esse programa voltado para a privatização.

O raciocínio que desenvolvi aqui, Sr. Senador, foi puramente empresarial, foi um raciocínio gerencial. Mas, segundo disse, ele está vinculado a aspectos filosóficos, ideológicos, estratégicos, que terão de ser discutidos com o Congresso Nacional.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço a V. Exª a gentileza das informações que prestou. Espero que lhe sobre tempo para projetar o plano e executá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Senador Albano Franco, por cinco minutos.

O SR. ALBANO FRANCO (PRN — SE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, após ouvirmos as palavras serenas de V. Exª, principalmente no que toca ao objetivo fundamental da sua presença na pasta da Fazenda, quando afirmou a retomada seletiva do crescimento, com ênfase na geração de emprego, aumento da renda e sua distribuição, aproveito a oportunidade para fazer a V. Exª quatro perguntas que servirão para esclarecer a este que as formula e a todos os demais Colegas aqui presentes.

Sr. Ministro Eliseu Resende, o ex-Ministro Paulo Haddad, logo que assumiu, disse o seguinte: "Não haverá confisco de poupança, não haverá congelamento de preços, não haverá pré-fixação, não haverá maxidesvalorização". V. Exª repetiria esses quatro "não"?

Os dados disponíveis dão conta de que a produção da indústria manufatureira em 1992 foi inferior à de 1980. Esse quadro é entristecedor. Isso não é novidade para o nobre Ministro Eliseu Resende que, como estudioso da realidade nacional, sempre se manteve atento à sua evolução. Os diagnósticos da nossa crise são praticamente unânimes: o endividamento excessivo dos três níveis de Governo tem induzido taxas de juros estratosféricas, o que gera inflação e desestimula a produção.

Sei que a reversão desse quadro demanda tempo. Mas, de que maneira V. Exª pensa atacar tal problema ao longo de 1993? Como ficarão os juros?

Qual a sua visão sobre a independência do Banco Central? Como avalia a sua relação com os bancos estaduais?

E a última pergunta, Sr. Ministro Eliseu Resende, refere-se ao IPMF. Conforme V. Exª é sabedor apresentamos, através de emendas, sugestões importantes no sentido do aperfeiçoamento do IPMF. A primeira delas trata da vigência do IPMF, que deveria ser, no máximo, de 12 meses. A segunda, inclusive copiando o texto original da proposta do Executivo que chegou ao Congresso Nacional, destina 50% dos recursos arrecadados com a cobrança do IPMF ao pagamento da nossa dívida interna e dos títulos mobiliários, que representam a causa principal das elevadíssimas taxas de juros cobradas no mercado financeiro.

Eram essas as perguntas, Sr. Ministro.

Durante a interpelação do Sr. Albano Franco, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de cinco minutos para responder.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Albano Franco, recebo com muito prazer as suas indagações, que foram elaboradas com muita propriedade. Devo repetir as quatro negativas — se é que foram proferidas anteriormente — o que está de acordo, inclusive, com os princípios que foram aqui formulados, com os 15 pontos que foram aqui abordados: não haverá choques; não haverá congelamento; não haverá prefixação; não haverá perturbação do mercado. Isso está, de uma forma muito sucinta, expresso nas nossas diretrizes: "Na política de combate à inflação não será adotada qualquer medida que envolva quebra de relações contratuais". Acho que isso diz tudo.

O SR. ALBANO FRANCO — Perfeitamente.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Tenho a impressão de que já vivemos, Sr. Senador, durante um longo período, choques demais; todos resultaram infrutíferos, com danos maiores **a posteriori.** Claro que podemos analisar isso sob vários pontos: quanto a sua operacionalização, seus efeitos. Mas o certo é que estamos precisando agora tratar a economia como sendo um sistema delicadamente em equilíbrio, com uma série de vetores, muitos deles antagônicos, atuando sobre ele. E quando mexemos num vetor perturbamos o equilíbrio do sistema; esse equilíbrio é tão delicado que qualquer perturbação pode ser fatal.

Acho que esse é o momento de meditarmos muito sobre esse aspecto e controlarmos a economia de uma forma extremamente cautelosa e competente. Não sei se competência temos, mas pelo menos cautela teremos, Senador.

V. Exª indagou também sobre o problema relacionado com as taxas de juros, como ficarão, quais as soluções. Penso que é fato conhecido dos Srs. Parlamentares e da opinião pública a preocupação do Presidente da República com relação ao problema da taxa de juros. Quantos foram já os interlocutores que receberam de Sua Excelência indagações sobre como é possível baixar a taxa de juros. Essa é uma questão que preocupa profundamente, dia e noite, o Presidente da República. E Sua Excelência teve êxito, no que diz respeito aos rendimentos dos Títulos de Dívida Pública; houve realmente uma redução ponderável do patamar de juros nesses quatro meses do Governo Itamar Franco.

Queremos ver se se pode caminhar dentro desse princípio já citado: "Na política monetária não se permitirá que as taxas de juros reais sejam negativas, mas também não se admitirá que os erros do passado recente sejam repetidos com taxas de juros reais desnecessariamente elevadas". São as taxas que regularão os investimentos da atividade econômica para a geração de empregos e para o soerguimento da economia nacional, para seu crescimento econômico. Mas não sabemos quais serão as medidas. Quem dera pudéssemos passar a ter superávits primários em nossas contas para podermos iniciar o resgate de Títulos da Dívida Interna.

Todos sabemos que a Dívida Pública Mobiliária federal não é relativamente grande quando comparada com o PIB. Há países que possuem um percentual de dívida pública interna muito superior a nós — estamos com 33% do PIB; há países que têm 100% de dívida interna, outros, 200%; e são países industrializados, avançados, como bem sabe V. Exª

Não é o problema da relatividade da nossa dívida interna com o nosso Produto Interno Bruto. O problema é que os encargos dessa dívida relativamente pequena são muito altos. Aí vem o problema da taxa de juros. Esse é o problema crucial que precisamos resolver. Temos que reduzir esses encargos para que sobre dinheiro para os investimentos sociais e de retorno econômico.

V. Exª, inclusive, citou com relação ao IPMF que seria o caso de não apenas mantermos a transitoriedade, com um tempo mais curto de vigência do IPMF, mas também reproduzirmos aquela condição inicialmente colocada na mensagem do Poder Executivo de destinarmos 50% dos recursos do IPMF ao resgate da dívida pública. Quem dera pudéssemos alcançar esse objetivo porque, realmente, ao resgatar parcialmente a nossa dívida pública, não apenas desviaríamos a aplicação dos recursos orçamentários para os investimentos sociais, como também daríamos, sem dúvida alguma, uma contribuição muito importante para a redução das taxas de juros.

Finalmente, respondo à última pergunta de V. Exª no que diz respeito à independência do Banco Central. Este deve ser, realmente, o objetivo da estrutura econômico-financeira e governamental do País. E, a respeito, quero lembrar ao Senado que o Presidente Itamar Franco me fez uma referência muito interessante há poucos dias: há um projeto de lei de autoria do Senador Itamar Franco aqui no Congresso Nacional com o qual ele procura declarar a independência do Banco Central em relação às contas do Tesouro.

Penso ser este um objetivo importante. Não sei se poderemos, em decorrência da situação atual das relações entre o Tesouro e o Banco Central — o inter-relacionamento — mas queremos ter um Banco Central profissional. Estamos agora — inclusive os Srs. Senadores sabem — na pesquisa de nomes que serão submetidos à apreciação do Senado Federal — nomes do Presidente e dos Diretores do Banco Central — onde será feita a observação desses princípios. Queremos ter no Banco Central profissionais competentes para a orientação das atividades do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senador Albano Franco, V. Exª, se desejar, dispõe de dois minutos para contraditar o Sr. Ministro Eliseu Resende.

O SR. ALBANO FRANCO (PRN — SE. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Agradeço as palavras tranqüilizadoras do Ministro Eliseu Resende para toda a Nação a respeito dos problemas cruciais questionados, como também aproveito a oportunidade para confirmar o que S. Exª disse

a respeito da preocupação constante e permanente do Presidente Itamar Franco acerca das insuportáveis taxas de juros.

Em todas as audiências que tivemos com o Presidente, Sua Excelência mostrou, realmente, a sua angústia com relação a esse problema que tanto aflige, hoje, o nosso País.

Quero dizer também a V. Exª, Sr. Ministro Eliseu Resende, que tenho certeza, porque é a melhor solução para o País, que na regulamentação dessa lei complementar a questão da vigência e a questão dos recursos para o pagamento da dívida interna serão integralmente aproveitados pelo Governo.

Além disso, digo que saímos desta tribuna confiantes no trabalho de V. Exª, pela competência e capacidade laborativa de que V. Exª é possuidor. Peço a Deus que o ilumine e lhe dê força suficiente para enfrentar esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro Eliseu Resende, V. Exª dispõe de dois minutos para a tréplica.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Apenas quero agradecer à manifestação do nobre Senador Albano Franco. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel para proceder à interpelação.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, primeiramente, quero me referir ao fato de que, em outubro de 1991, apresentei o Projeto de Lei nº 346 e o Projeto de Lei nº 347, mediante o qual, pelo primeiro, altera o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativos a títulos ou valores mobiliários, e dá outras providências; e o segundo, que cria o Fundo Nacional para a Amortização da Dívida Federal do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e dá outras providências.

Com isso, de forma clara e direta, quero dizer a V. Exª que me posiciono a favor do IPMF, especialmente com o objetivo de amortizar as dívidas públicas brasileiras.

O segundo ponto que quero abordar, Sr. Ministro, é que, quer na imprensa, quer aqui no Senado, ouvi referências à questão do matemático e do economista. Temo muito que a idéia do matemático ou do economista acabe influenciando as diretrizes da política econômica nacional. A menos que — e tenho certeza de que V. Exª tem competência para isso — dentro da cabeça do matemático esteja a visão do milionesimamente pequeno ou do infinitamente grande. Só dentro dessa concepção é que podemos ter a idéia de que a economia não é uma ciência exata e, como tal, toda econometria feita fica vulnerável diante das condições políticas existentes dentro da própria sociedade.

Costumo dizer, numa referência, sobretudo discutindo com os sindicatos, que mais importante do que os indicadores que vejo ditos pelos jornais e transmitidos pelos economistas é o funcionamento das gares, das rodoviárias ou dos aeroportos. Eles me indicam como os excedentes das classes mais pobres ou das classes com maior poder aquisitivo estão acontecendo a cada mês e, por isso mesmo, me indicam melhor do que todas as outras fórmulas que os economistas, em geral, apresentam e que são muito divulgadas. Especialmente em função do fato de que, ainda hoje de manhã, ouvi referência de que esse IPMF seria capaz de aumentar entre 10 e 30% o valor ou o preço das mercadorias. Eu não consegui entender como esse imposto, em cascata, poderia chegar a tanto. Em todo caso, esses são apenas comentários.

Gostaria de apresentar a V. Exª, antes das duas perguntas essenciais, alguns aspectos que me parecem também importantes: V. Exª sabe que os orçamentos no Brasil, quer no plano nacional, quer estadual, quer municipal, são uma verdadeira farsa.

No período de 1987 a 1990, com preços constantes de 1990, a proposta orçamentária foi de 1.731 bilhões de cruzeiros e a execução, 5.239 bilhões; em 1988, a proposta foi de 1.831 bilhões de cruzeiros e a execução, 6.747 bilhões; em 1989, a proposta foi de 2.005 bilhões de cruzeiros e a execução, 15.576 bilhões de cruzeiros. Em 1990, a proposta foi de 3.041 bilhões de cruzeiros e a execução, 21.971. Isto é, entre a proposta e o executado houve uma diferença sete vezes a maior, em valores constantes.

De outro lado, o que se verifica é que, em termos de receita real de arrecadação, praticamente ela se manteve em torno de dois mil e poucos até três mil e quatrocentos bilhões de cruzeiros, ou trilhões de cruzeiros.

Complementando, quando nós somamos o Imposto sobre Operações Financeiras ao IPI, nesse período, isso corresponde a 3.799 trilhões, enquanto que as despesas com encargos da dívida somaram 4 trilhões, 451 bilhões. Em termos claros, somando o IOF com o IPI, eles dão uma arrecadação bastante inferior ao que se paga só em juros da dívida interna brasileira.

Creio que esse dado é suficiente para que a sociedade brasileira reflita se é ou não indispensável buscar-se resolver esse problema da dívida mobiliária interna, sobretudo, tomando-se em conta alguns aspectos importantes desses últimos anos. A proposta de emenda constitucional do Governo, no art. 40, § 6º diz:

> "As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores ativos, na forma da lei."

Ora, Sr. Ministro, essa redação permite que o Governo continue a utilizar recursos da seguridade social para pagamento de outras despesas que não aquelas da seguridade social. Quero citar aqui uma série de dados importantes. Em 1991, o Ministério do Exército levou, de recursos da seguridade social, 324 bilhões de cruzeiros; a Marinha, 173 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Economia, 106 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Infra-Estrutura, 54 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Aeronáutica, 69 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Agricultura, 43 bilhões de cruzeiros; o Ministério da Justiça, 33 bilhões de cruzeiros; o Ministério Público, 8 bilhões de cruzeiros; o Ministério das Relações Exteriores, 5,2 bilhões, e outros receberam 1,8 bilhões de cruzeiros.

Além disso, vimos que, dos encargos previdenciários da União, a contribuição do servidor foi de apenas 15,2%. A contribuição do Orçamento Fiscal, com recursos da União, foi de 26,3% e o restante foi custeado com recursos da contribuição do trabalhador. Ainda mais, segundo dados mais amplos de 1992, de 123 trilhões, que eram os recursos da seguridade social, 14,5 trilhões foram atividades custeadas com recursos da seguridade, indevidamente. Isto é, 11,75% dos recursos da seguridade social foram gastos em outras áreas que não aquelas da própria seguridade social, que no ano de 1992

A minha pergunta será a seguinte: diante de todo esse quadro, o Governo pode assumir o compromisso de não des-

viar recursos da seguridade para outros fins, implantando o IPMF?

Um outro ponto que gostaria de referir, e que se junta a esse, é que, ao longo dos anos de 1967 até 1990, o Governo Federal deixou de transferir para a Previdência Social recursos previstos em lei, no montante de 23,9 bilhões de dólares, o equivalente ao orçamento de uma ano da própria seguridade social. No período de 1988 a 1991, os gastos do Governo Federal com saúde foram 10,1; 11,4; 9,5 e 7,9 bilhões de dólares.

O que é posto, Sr. Ministro, é que, entre os países antigamente chamados socialistas, os gastos com a área da saúde ficam na faixa de 12% a 15% do seu Produto Interno Bruto. Os países capitalistas gastam algo em torno de 6% a 10% do seu Produto Interno Bruto. Em 1977, o Brasil gastava 3,6% e, atualmente, gasta menos de 2% do seu Produto Interno Bruto com saúde. Para se ter uma idéia, o que foi gasto nos anos de 1991 e 1992, correspondente a 7,9 bilhões de dólares, é menor do que o que foi pago com juros da dívida interna, que no ano de 1992 foi de 8 bilhões de dólares e, da dívida externa, 1,6 bilhões de dólares, isto é, para 150 milhões de habitantes disporem de acesso à saúde, tem-se uma quantidade de recursos inferiores a que se dá aos banqueiros.

Fico extremamente preocupado, porque, hoje, da arrecadação total da seguridade social, apenas 3% das empresas correspondem a 83% dessa arrecadação. Mais ainda, cerca de 5.000 empresas dão o correspondente a 25% do Produto Interno Bruto Nacional. Isso reflete a extraordinária concentração da economia nacional, espelhando-se num outro dado. O setor bancário, no Brasil, no ano passado, teve uma rentabilidade superior a 12%, superior, inclusive, à alcançada em tantos outros países.

A pergunta, portanto, é feita no seguinte sentido: o Governo pode garantir que dos recursos arrecadados com o IPMF uma parte seja destinada ao resgate da dívida interna, uma parte à habitação, a outra à educação como constitucionalmente se estabelece? Logicamente, isso criará economias em outras áreas. Essas economias permitirão dar ao setor saúde, ao setor previdência e à seguridade social aquilo que a Constituição assegura e os valores mínimos indispensáveis para que essa área social realmente seja contemplada?

Em outras palavras, Sr. Ministro, a série de princípios enunciada por V. Exª não altera, substantivamente, aquilo que vinha sendo enunciado pelo Ministro Paulo Haddad.

Esse é um fato favorável a favor do Governo. Ninguém pode, de maneira alguma, deixar de levar em conta o extraordinário poder dos oligopólios e do sistema bancário brasileiro que impõe, sobretudo, à imprensa, a divulgação de determinadas coisas que lhes dão grandes vantagens em negócios feitos em final de semana. Ao final, o que assistimos é que, enquanto o sistema bancário pôde acumular bilhões de dólares de lucro num determinado ano, o que vimos na área da saúde e da seguridade social foi uma redução substantiva dos valores destinados à própria população.

O Governo terá condições, através disso, de atingir esses oligopólios, o sistema bancário, para que eles participem, de maneira mais efetiva, nos impostos e contribuições que o Brasil necessita, para regularizar a sua situação?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de cinco minutos para responder.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Almir Gabriel, pelas suas considerações.

Gostaria de, no elenco das ponderações que V. Exª produziu, citar a questão relacionada com a referência de que o Imposto sobre Movimentações Financeiras iria produzir um aumento de preços na estimativa de 10 a 30%. Temos as avaliações, os cálculos feitos que, dentro de uma estimativa de uma média de cinco movimentações financeiras para cada ciclo de produção e de comercialização, daria um aumento de preço que seria 1,0025 elevado à quinta potência, isso daria um valor de 1,25%. Na verdade, os cálculos indicam o reflexo do IPMF nos preços neste nível apenas: 1,25%. Desculpem-me a palavra "apenas". O ideal é que não houvesse o reflexo. Não deixa de ser uma contribuição, mas a variação do preço não é entre 10 e 30%; é uma variação de 1,25%.

É claro que devemos considerar que esse reflexo de 1,25% sobre os preços, que vai impactar a economia num determinado momento, poderá ser compensado, porque no momento em que o imposto vem para o Governo e ele o retorna à economia, seja sob forma de investimentos sociais, seja sob forma de resgate da dívida pública para redução da taxa de juros, teremos um objetivo do imposto, também de redução da taxa inflacionária.

Por conseguinte, esse impacto nos preços, a princípio de 1,25%, será largamente compensado com a aplicação adequada dos recursos auferidos com a cobrança do imposto; particularmente, se ela for dirigida para a redução da dívida externa e redução da taxa de juros. Por conseqüência, liberação de recursos orçamentários para aplicação nas áreas sociais.

V. Exª fez referência ao IOF e ao IPI, que produzem um somatório menor do que os encargos da dívida interna. A avaliação que realmente temos é que o IOF gera uma receita de US$2,5 bilhões anuais e o IPI uma receita de US$8,6 bilhões anuais. Isso, realmente, corresponde a valores aproximados e próximos dos encargos da dívida interna. Essa reflexão de V. Exª indica, mais uma vez, que o nosso grande esforço tem de ser orientado no sentido de que possamos dar uma solução aos encargos da dívida interna, seja através de sua amortização parcial, de uma nova moldura do perfil dessa dívida, seja através de um superávit fiscal que possa, realmente, contribuir para alívio desses encargos e geração de caixa decorrente da receita tributária e dos investimentos sociais.

V. Exª fez uma afirmação interessante com relação ao problema orçamentário. É algo curioso. Se temos uma inflação maior, temos melhores condições de produzir o equilíbrio orçamentário; se a inflação cai, o déficit orçamentário pode crescer, o que indica o aspecto extremamente danoso da inflação, que premia a renda e castiga o salário. Logo, é um mal que temos de evitar. Isso provoca toda essa distorção entre a formulação orçamentária, sua aplicação prática e a compatibilização adequada entre a execução orçamentária, entre a formulação orçamentária e a disponibilidade real de recursos de caixa do Tesouro Nacional.

Penso que se a aplicação do imposto — que não produz um resultado elevado —, conforme dito aqui — é um valor relativamente pequeno, US$600 milhões mensais —, for bem orientada, poderá gerar recursos para aplicação na área previdenciária, na área social, particularmente, na área da saúde.

Citei anteriormente as grandes preocupações em decorrência dos pequenos investimentos na área social. Tenho,

aqui, para dar a V. Exª, o quadro do recolhimento da arrecadação federal no exercício de 1992 e as aplicações dessa receita: 25% destinam-se à transferência para os estados e municípios; 14% para as liberações vinculadas; 33% para pessoal e encargos sociais; 4,7% para o serviço da dívida interna e externa; 7,9% (8%) para os encargos da dívida mobiliária federal e apenas 16% para custeio e investimentos. É, realmente, uma parcela muito pequena. Dentro desse contexto, o que é destinado à saúde é considerado pouco.

De qualquer maneira, Senador Almir Gabriel, todo esforço terá que ser desenvolvido no sentido de que possamos melhorar as condições da receita, racionalizar as nossas despesas, para aplicação do que for possível nos aspectos sociais, particularmente na área da saúde.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Senador, V. Exª dispõe de dois minutos para contraditar.

O SR. ALMIR GABRIEL (Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, não se trata propriamente de contraditar. Gostaria de obter de V. Exª uma palavra de garantia de que os recursos da seguridade social não serão aplicados em pagamentos de encargos previdenciários da União nem terão outras destinações que acabam estrangulando e sufocando a área da seguridade social. Confio que a área econômica trate de resolver os problemas que ela própria criou ou inventou à custa de outras arrecadações. Mas os recursos da contribuição do trabalhador, que constituem a base para que mais tarde ele possa dispor da sua aposentadoria e de benefícios a que faz jus, não devem ter outras destinações, como a construção de pontes ou estradas. Em outras palavras, não podem ser empregados para outras atividades que não aquelas que assegurem ao trabalhador a garantia de depositar nas contas do Governo um recurso que ele retira do seu próprio salário, ou que a própria sociedade transfere para o Governo, dando continuidade às políticas de seguridade social, que, no fundo, visam à redução dos riscos do trabalhador diante de uma situação de perda da sua capacidade laborativa. Essa tem sido a tradição do nosso próprio País.

Com o Presidente Itamar e com a presença de V. Exª no Ministério da Fazenda, o nosso entendimento é que poderá ser dado o passo inicial no sentido do respeito da destinação efetiva das contribuições sociais.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Entendo que não há, realmente, propósito do Governo — e não havia — de aplicar os recursos da seguridade para outros fins. De qualquer maneira, estarei atento à observação de V. Exª para a concepção dessa diretriz. Muito obrigado, Senador.

O SR. ALMIR GABRIEL — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para interpelar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, inicialmente desejo fazer um breve comentário de natureza política.

Setores da imprensa, hoje, com base em informação credenciada, situam o partido cuja bancada tenho a honra de liderar aqui, no Senado, como um partido que faz oposição sistemática ao Governo do Presidente Itamar Franco. Tal não é verdade. E quero inicialmente traduzir-lhe a expressão de expectativa e de desejo sincero de que consiga concretizar, senão no todo, pelo menos em boa parte, os quinze postulados aqui abordados por V. Exª, para que o nosso País consiga superar as dificuldades reais que enfrenta.

As minhas indagações, portanto, não são movidas por nenhum desejo sistemático de criar problemas; pelo contrário, espero ir ao encontro dos objetivos aqui enunciados por V. Exª

V. Exª fez referência aos projetos, de autoria do então Senador Itamar Franco, hoje Presidente da República, de nºs 197 e 198/89, que estabeleciam critérios para o preenchimento dos cargos nas diretorias do Banco Central e do Banco do Brasil. Todavia, em virtude de fatos que foram amplamente veiculados e por entender, como V. Exª também aqui afirmou, que devemos procurar uma autonomia tão grande quanto possível, até chegarmos à independência virtual do Banco Central — objetivo este que não se poderia pensar em alcançar imediatamente —, eu me permito solicitar informações sobre os critérios e requisitos práticos, reais e atuais que V. Exª está a estabelecer para o preenchimento desses cargos, reconhecendo que no caso do Banco do Brasil ainda não é ouvido o Congresso Nacional e, no caso do Banco Central, o Senado tem a incumbência de avalizar tais nomeações, desde a promulgação da Constituição de 1988.

A segunda indagação tem a ver com um dos pontos dos quinze mandamentos aqui proclamados por V. Exª, ponto este que não foi, a meu ver, abordado de maneira explícita. Refiro-me às renúncias de receita.

Votei a favor. Pretendo votar de novo a favor do projeto de emenda constitucional, inclusive na parte do IPMF, porque concordo que é muito difícil o estado das finanças públicas no Brasil. Entendo que este adendo de receita — ainda que discutível no seu mérito social, questionado na sua regressividade em relação aos patamares de renda em que se divida a sociedade brasileira — é o remédio possível e provisório que não se deve negar como o primeiro pedido de um Governo, um Governo que foi viabilizado também pela vontade desta Casa.

Então, tendo essa boa vontade em relação ao que, em tese, se deveria repelir — que é a criação de mais um imposto —, indago sobre que cuidados V. Exª poderá desenvolver para que as renúncias de receitas — subsídios, créditos subsidiados, incentivos fiscais — sejam avaliados permanentemente pelo Governo. No Senado desenvolve-se o trabalho de uma comissão, cujo presidente é o Senador Elcio Alvares e cujo Relator é o Senador Beni Veras, que avalia as causas do desequilíbrio regional. Tenho constatado que, via de regra, das torneiras que o Governo abriu e instalou para reduzir desigualdades inter-regionais, a pretexto dessa intenção, se aproveitam setores muito definidos para agudizar as desigualdades intra-regionais.

Gostaria que V. Exª recebesse esta minha manifestação a título de indagação: que cuidados V. Exª poderia enunciar relacionados a renúncias de receita. Resumindo, quem aumenta ou cria impostos deve, sem dúvida, ter grande cuidado com as torneiras que já existem, através das quais se abre mão, às vezes, sem uma avaliação, de receitas devidas.

Essas são as duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Ministro Eliseu Resende, V. Exª dispõe de cinco minutos para responder.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — A primeira pergunta de V. Exª diz respeito aos requisitos necessários para preenchimento dos cargos, particularmente do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil.

Realmente, fiz referência ao projeto de lei do Senador Itamar Franco e quero assegurar a V. Exª que esses preenchimentos serão instruídos por um critério profissional: homens que tenham experiência no trato da moeda e do crédito; homens que, a par de terem o desempenho das suas funções lastreadas pela austeridade e pela seriedade, sejam também competentes no trato dessas questões.

O Banco Central e o Banco do Brasil, por exemplo, são duas instituições financeiras que possuem quadros talentosos da maior expressão, pessoas com vasta experiência nesses problemas.

É uma decisão de grave responsabilidade escolher homens competentes, nessa fase delicada e difícil da vida econômica do País, mas estamos mergulhados no processo de identificação desses nomes que serão encaminhados à consideração do Senado Federal.

Apenas gostaria de abordar o fato de existir essa ou aquela crítica de que viéssemos a ter uma ou outra indicação, junto a instituições, tais como o Banco do Brasil, particularmente, e a Caixa Econômica Federal, de homens que tenham exercido, no seu passado, alguma atividade política. Isso não desmerece. O importante é termos pessoas competentes e sérias que saibam desenvolver o seu trabalho e o seu programa de ação. Todos nós já exercemos alguma atividade política em alguma oportunidade de nossa vida.

Sou tido como engenheiro. Em uma parte de minha vida, envolvi-me com as ciências — estudei matemática —, fui técnico, mas também já tive a minha formação política, a oportunidade de dar as minhas contribuições ao processo político deste País.

Não se trata de desmerecimento. Penso até que a vivência política, o encontro, o trato com o povo e com a sociedade sejam um atributo adicional de valia e de mérito na carreira profissional.

De qualquer maneira, ao assumir a Pasta da Fazenda, recebi do Presidente da República a condição de identificar e escolher as melhores indicações possíveis para essas áreas, que serão levadas à aprovação do Presidente e, no caso do Banco Central, trazidas à aprovação do Senado. Procurarei identificar esses nomes e partir para esse processo de seleção com o maior cuidado e com a maior responsabilidade.

Com relação à renúncia de receitas, no caso de incentivos, subsídios, agradeço a V. Exª pela sugestão. Talvez esse item, ao invés de ficar implícito, deva ser explicitado.

No item 7 das diretrizes, definimos que a administração tributária será reestruturada e dotada dos recursos necessários ao combate à evasão fiscal, melhoria do atendimento ao contribuinte e simplificação da legislação tributária.

Agradeço a V. Exª pela contribuição porque isso está inserido na filosofia do programa. Está na hora de conhecermos os subsídios e os incentivos, sejam setoriais ou regionais, que ainda cabem na atual fase da evolução da vida econômica e social do País.

No passado, tivemos estímulos via subsídios. Hoje, entretanto, a avaliação moderna da economia, a observação mais empresarial e mais adequada, até mesmo em termos de justiça social, é evitar que haja perdas de arrecadação em termos de incentivos e subsídios, que, ao invés de trazer contribuições sociais, vão realmente trazer malefícios no trato das questões sociais do País, diminuindo a arrecadação e criando problemas que não temos.

No desenvolvimento do trabalho em vários setores da infra-estrutura do Brasil, tive oportunidade de constatar, particularmente na vivência muito recente do trato das empresas do setor elétrico brasileiro, que há condições relacionadas com subsídio de tarifas públicas, questões essas que têm de ser levantadas, examinadas e reformuladas.

Ao promover esses subsídios que, anteriormente, eram considerados e tidos como benefícios ao País, ainda perduram no confronto e na quantificação das alternativas como benefícios, ou haveria alternativas que viessem a produzir benefícios maiores? É a pergunta que surge.

É claro que, no trato disso, V. Exª há de compreender que queremos respeitar também as relações contratuais existentes. Esse é um dos outros princípios. Respeitadas as relações contratuais existentes, teremos condições de reformular e rever isso num contexto de aumento de arrecadação, de melhoria das contas públicas, para evitar que as soluções alternativas sejam essas que estão sendo discutidas agora no Congresso, isto é, através da criação de novos impostos, de novas taxas, onerando o contribuinte brasileiro, quando estamos, evidentemente, deixando de lado o ataque a problemas relacionados com a sonegação e a redução dos subsídios e dos incentivos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Senador, V. Exª dispõe de dois minutos para contraditar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Para contraditar. Sem revisão do orador.) — São quatro pontos muito rápidos.

Primeiro, quero louvar a colocação que V. Exª aqui fez de que a atividade política pode, como regra, engalanar um bom currículo profissional. Penso da mesma forma.

Segundo, a respeito das renúncias de receita, vou-lhe encaminhar, em breve, um projeto de lei de minha autoria, de nº 238/91, que, reconhecendo a necessidade de respeitarmos os contratos já existentes, reconhecendo que existe um objetivo permanente na nossa Constituição de contribuir para a redução dos desequilíbrios entre pessoas e entre regiões, procura estabelecer uma fórmula, próxima da matemática, para avaliar o custo-benefício de cada renúncia.

Num país virtualmente falido, emitir um cheque, até pela lei da inércia — porque isso funciona mais ou menos pela lei da inércia —, deve exigir uma avaliação de custo-benefício, e é claro que essa fórmula matemática pode ser aperfeiçoada tanto pelos órgãos técnicos do Governo quanto pelo matemático, que ainda deve existir no arcabouço de conhecimentos do Ministro da Fazenda.

Quanto às renúncias, também pretendo solicitar, oportunamente, um esclarecimento do Ministério da Fazenda a respeito do choque que estaria havendo, segundo a imprensa, entre manifestações da Procuradoria da Fazenda Nacional de não abrir mão de certos recursos de receita tributária, contrapondo-se, e sendo derrotado, os pareceres da Procuradoria da Fazenda Nacional, por manifestações da atual Advocacia-Geral da União, anteriormente Consultoria-Geral da República, em favor de empresas exportadoras e em favor de uma indústria de grande porte, podendo disto resultar uma renúncia de receita da ordem de US$ 2,5 bilhões, quantia significativa quando se considera o alvo, o objetivo desse ajuste fiscal.

Como último ponto, quero reiterar o que já disse aqui: na questão da condução do projeto de lei, que teve como objetivo sanear o setor elétrico do seu déficit crônico, tanto o desempenho de V. Exª quanto o desempenho do Ministro Paulino Cícero vieram ao encontro da necessidade do diálogo com o Congresso.

Espero que esse espírito de diálogo prossiga, particularmente numa questão que está umbilicalmente ligada àquela lei, que é o reescalonamento e a rolagem da dívida dos estados. Faço votos de que o mesmo espírito presida então. No mais, estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou identificar as divergências apontadas entre a Procuradoria da Fazenda Nacional e a Advocacia-Geral da União com relação a esse problema que foi aventado, que não são do meu conhecimento, para esclarecê-las a V. Exª, Senador Esperidião Amin, posteriormente.

Quanto a esse diálogo a que V. Exª se referiu, esse é meu compromisso. Os Senadores e os Deputados assistiram à minha presença nesta Casa, durante 30 ou 40 dias, em tempo integral, dialogando e debatendo o projeto de lei do setor elétrico, ao lado do Ministro Paulino Cícero. Penso que esse contato com o Congresso trouxe para mim uma vivência muito grande através dos ensinamentos aqui colhidos. Para o encontro da proposição final da lei, foi muito útil o debate das questões, quando, em tempo recorde, conseguimos colher nesta Casa um projeto de lei que tramitou no Senado por uma semana apenas, mas depois de uma exaustiva discussão, pois o Presidente da ELETROBRÁS estava aqui dez horas por dia. Encontramos o apoio do Congresso Nacional e isso foi muito importante para mim.

Já disse ao Líder do Governo na Câmara e afirmei ao Líder do Governo no Senado que quero ter a companhia dos dois para discutir com os Senadores e os Deputados todo nosso projeto de lei complementar que regulamentará o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, como quero estar ao lado do Congresso Nacional tantas horas quantas forem necessárias, sem prejuízo do exercício das minhas graves responsabilidades, para discutir também o Projeto de Lei da Rolagem da Dívida dos Estados.

Fica o meu compromisso, Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, se o Governo promete enviar ao Congresso Nacional um plano de estabilização econômica até 21 de abril, V. Exª acha certo criar-se mais um imposto antes disso?

O IPMF, na verdade, não acaba com o sigilo bancário? Quais os mecanismos que o Ministério da Fazenda julga possível utilizar na fiscalização da arrecadação e recolhimento desse imposto, pelos bancos, sem acessar o montante de operações de cada correntista?

V. Exª sempre foi considerado um homem de ideais liberais, não fora a sua origem a própria ARENA e o PDS, pelo qual, inclusive, disputou o Governo de Minas Gerais.

O Senhor Presidente da República tem dito ser Sua Excelência o verdadeiro Ministro da Fazenda. Essa afirmação, hoje, não sabemos se continua válida ou se valia apenas para o Ministro Paulo Haddad, ao qual acreditamos deve o Senado render sua homenagem pela tranqüilidade que conseguiu transmitir ao País nos últimos meses.

Caso venha o Senhor Presidente da República, amanhã, optar pela adoção do congelamento de preços, seguido de uma política de prefixação de índices de inflação, câmbio, salários, qual será a posição de V. Exª? Sendo um liberal, como executar esse tipo de política?

Última pergunta, Sr. Ministro: sabemos que V. Exª é contra qualquer tipo de choque na economia. O que acha, nesse caso, de uma proposta de emenda constitucional que determine a entrada em vigor de quaisquer atos normativos, leis e medidas provisórias somente após decorridos cinco dias de sua publicação, como forma de defesa da sociedade contra qualquer tipo de choque? Essa proposta resgata antigo dispositivo da Lei de Introdução ao Código Civil, onde se previa o prazo de 45 dias após a publicação oficial para a entrada em vigor de qualquer lei no País.

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de cinco minutos para responder.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Nobre Senador Alfredo Campos, em relação à primeira pergunta, lembro que essa mensagem sobre o imposto veio ao Congresso Nacional no final do ano passado junto com toda uma agenda da convocação extraordinária do mesmo, salvo melhor juízo.

Sobre a primeira parte, realmente, não tenho condições de informar, porque não conheço a intenção do Governo de enviar ao Congresso um plano de estabilidade econômica até 21 de abril. Não me foi dado este prazo pelo Presidente da República e não temos esse objetivo de marcar uma data para enviar ao Congresso Nacional um plano de estabilização e, muito menos, a data de 21 de abril. Eu desconhecia essa afirmação. Não sei se o Ministro da Fazenda anterior tinha essa intenção.

Quanto à segunda pergunta, Senador, o IPMF não acaba com o sigilo bancário.

Devo dizer a V. Exª que essas perguntas realmente têm muita propriedade, são importantes. Creio que o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira é uma experiência nova no Brasil, temos que reconhecer isso. É claro que essa medida foi introduzida em outros países como a Argentina, mas, no Brasil — é preciso ficar bem esclarecido — vamos partir para uma experiência. Não podemos dizer que já temos condições de saber quais são as dificuldades ou as facilidades na operacionalização deste imposto. Evidentemente, ele traz esta característica que foi examinada aqui: ele incorpora a economia informal na renda tributária. Mas até que ponto isso nos traz condições perfeitas, adequadas de acabar com o sigilo bancário e produzir outros benefícios ou outros efeitos relacionados com a sua operacionalização, é muito difícil fazermos tal afirmação, porque se trata, sem dúvida, de uma experiência nova, de um imposto novo.

Quanto à pergunta seguinte, na verdade, Senador Alfredo Campos, tenho impressão de que já esclareci de uma forma

bem conceitual. Eu disse, e isso foi exaltado aqui, que quem elabora a diretriz do Governo, sempre, é o Presidente da República, que pode ser assessorado nos campos de especialização técnica, nos campos de especialização econômica e social. Mas a última palavra é de Sua Excelência, e a diretriz também. No momento em que isso acontece — foi citado aqui pelo Senador Affonso Camargo —, se estabelece o "mistério da santíssima dualidade", que S. Exª quis estender para o mistério da Santíssima Trindade, isto é, em área econômica, em formulação de diretrizes, o Presidente da República, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda são três pessoas distintas numa só, em termos de elaboração de diretrizes e de mensagem para a sociedade.

De forma que essa colocação, entendo, responde a pergunta de V. Exª Os assuntos serão discutidos, analisados, avaliados dentro de critérios técnicos, submetidos à aprovação do Presidente da República e, muitas vezes, trazidos ao Congresso Nacional, para o compartilhamento da sua solução. E em todos esses pontos e momentos, a mensagem das soluções será uníssona. Acredito que entre o novo Ministro da Fazenda e o Presidente da República haverá sempre o debate e a discussão de idéias e princípios, mas a formulação e a transmissão da mensagem do Governo ao País e à sociedade será uma mensagem única, uma só informação.

Com relação à quarta e última pergunta, a proposição de V. Exª é interessante. Realmente, revela que há uma intenção de que o povo não seja surpreendido com determinadas medidas do Governo. É claro que as medidas mais relevantes, mais importantes, são nascidas aqui no debate do Congresso Nacional; são os representantes do povo; e o povo está atento, olhando o desempenho, os trabalhos, os problemas e as soluções que aqui se debatem e se elaboram e estará acompanhando as soluções mais relevantes. De qualquer forma, é bom que o povo possa, realmente, não apenas acompanhar, mas sentir ou se preparar para os efeitos de qualquer medida governamental que venha afetar a vida do cidadão brasileiro.

São essas as respostas, Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Sr. Ministro, agradeço a V. Exª pelas respostas. A minha última indagação deve-se ao fato de estar tramitando, há um ano e tanto aqui, no Senado da República — posteriormente tramitará na Câmara —, uma proposta de emenda constitucional dispondo que toda lei só possa entrar em vigor cinco dias após a data da sua publicação, para que fiquemos livres dos choques que já conhecemos muito bem. Seria mais um instrumento de liberdade, um instrumento democrático, para que o povo soubesse aquilo que o Governo — quando digo Governo, refiro-me a Governo nos três âmbitos: Legislativo, Executivo e Judiciário — está tramando para o seu bem ou para o seu mal.

Não formulei uma outra pergunta, a meu ver, muito importante e rápida.

Perguntaria ao Sr. Presidente e ao Sr. Ministro Eliseu Resende se poderei fazê-la?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª pode. O Sr. Ministro responderá se desejar.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Sr. Ministro, gostaria de ter esta pergunta respondida porque toda a Casa e toda a Nação estão a perguntar se isso seria ou não verdade. Entendo que V. Exª tem condições de respondê-la.

A Revista **Veja**, há uma semana, publicou que o seu antecessor estava programando um plano em que havia até mesmo a figura do congelamento de preços.

Pergunto a V. Exª: existe fundo de veracidade na assertiva dessa revista, apesar de o Ministro Paulo Haddad ter negado peremptoriamente?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Já tivemos oportunidade aqui, nos nossos debates, Senador Alfredo Campos, de tratar dessa questão.

Os estudos que encontrei no Ministério da Fazenda são formulações, são cenários. Na verdade, não encontrei do próprio Ministro Paulo Haddad uma palavra no sentido de que ele possuía um plano. O próprio Ministro Paulo Haddad — não ouvi, não li, mas parece que foi essa a sua manifestação — negou peremptoriamente essa idéia do congelamento ou a existência desse plano voltado para o congelamento.

Não acredito, entre os trabalhos, os estudos que me foram apresentados dentro do Ministério, que tenha havido algum estudo que focalizasse o aspecto do congelamento.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª ainda dispõe de dois minutos, caso queira fazer uso da palavra.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, sendo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira um tributo altamente controvertido e estando nós, Senadores, prestes a votá-lo, em segundo turno, entendo não ser mais oportuno nos determos nos aspectos quer positivos, quer negativos da mensagem presidencial ou do mérito desse imposto.

A deliberação tomada pelo Senado Federal foi, portanto, essencialmente política, levando em conta os argumentos transmitidos pelo Poder Executivo.

Essa votação, Sr. Ministro, fundamentou-se nos entendimentos e na condução desses entendimentos pelo ex-Ministro Paulo Haddad. Partindo desses pressupostos estabelecidos pelo Ministro é que decorreu a votação no primeiro turno.

Entre esses pressupostos estava, primeiro, a estimativa de receita mensal do IPMF em cerca de US$700 milhões. V. Exª falou em US$600 milhões mensais. Preliminarmente, eu queria saber se a divergência é dessa ordem? Não há uma diferença maior sobre isso? Essa afirmação de V. Exª não foi conservadora com relação ao montante expresso pelo Ministro anterior?

Nesse sentido, nós, ao examinarmos a questão antes de votar, entendíamos — como já foi dito aqui por outros Senadores, remontando às declarações do próprio Presidente da República e do Ministro Gustavo Krause — que cerca de 50% da arrecadação desse tributo seria destinado à amortização da dívida interna. O Ministro Paulo Haddad, aqui, estimou, se a arrecadação tivesse início em julho, esse montante em cerca de US$ 5,5bilhões. V. Exª adiantou ainda que o Senado Federal poderia, tranqüilamente, ficar descansado quanto à aplicação desse percentual, porque o Governo Federal já ti-

nha, no Orçamento da União do corrente exercício, devido à modificação recente do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, condições de destinar 4 bilhões de dólares para a amortização da dívida interna, citando até os dados que informavam que neste exercício venceriam 8 bilhões de dólares da dívida mobiliária, dos quais 4 bilhões seriam amortizados e 4 bilhões seriam destinados à rolagem da dívida.

Com esses pressupostos votamos a Mensagem do Executivo. E gostaria de saber de V. Exª, já que houve uma mudança ministerial e estamos às vésperas da votação em segundo turno, se permanecem os pressupostos anunciados pelo Ministro Paulo Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Bello Parga. Gostaria de esclarecer as perguntas de V. Exª com relação a esses pressupostos afirmando que eles conceitualmente se confirmam.

É claro, Senador, que temos aí problemas de aproximações numéricas e também de apuração do montante anual da receita, porque os números dependem não apenas das isenções que serão discutidas e debatidas a nível do Congresso, mas também da velocidade com que nós, ao longo do exercício, obteremos êxito na discussão e na aprovação da lei complementar de regulamentação para que esse imposto comece a ser praticado junto ao sistema financeiro e à área bancária. Falamos aqui em 600 milhões de dólares mensais, e V. Exª afirmou que a declaração do Ministro anterior falava em 700 milhões de dólares. Na verdade, a estimativa da Receita Federal é de 7,5 bilhões de dólares anuais. Esse total, dividido por 12, dá um valor entre 600 e 700 milhões de dólares.

Devido à falta de rigor, de precisão na quantificação desse imposto, que depende de uma série de fatores, creio que estamos fazendo uma avaliação com processos adequados de estimativa, ocasionando uma faixa de erro muito pequena. Realmente, se o imposto for executado de acordo com as previsões existentes, a arrecadação ficará entre 600 e 700 milhões de dólares mensais.

Quanto ao valor que se vai apurar ao longo do exercício, aqui, Senador, cabe a maior indagação, porque quando o Ministro Paulo Haddad se referiu a 5,5 bilhões de dólares ao ano, S. Exª deve ter admitido que esse imposto entraria em vigência no mês de abril ou no mês de maio. Agora, numa avaliação melhor do prazo que ainda temos de considerar antes que esse imposto entre em vigor e a arrecadação se inicie — fazemos uma estimativa de que se iniciará em junho ou julho — , pensamos que se for em junho, esses 5,5 bilhões de dólares já terão caído para 4,2 bilhões e se for em julho, para 3,6 bilhões de dólares.

Por essa razão, farei um apelo a esta Casa e à Câmara dos Deputados no sentido de que, se é intenção do Congresso Nacional aprovar esse imposto, que o faça e que possamos realmente debater a lei complementar de regulamentação com a maior velocidade possível, para que possamos auferir, no menor prazo de tempo, os efeitos da sua arrecadação e ter uma arrecadação ainda maior este ano.

Com relação à aplicação do imposto, tive oportunidade de falar sobre isso ao responder ao Senador Eduardo Suplicy. Pretendemos de fato, predominantemente, aplicar 50% — e essa resposta também foi dada ao Senador Albano Franco — no resgate da dívida interna, para que possamos, com isso, dar uma contribuição importante não apenas para a redução da taxa de juros, mas para o alívio da carga orçamentária e para a aplicação em investimentos outros, particularmente nos sociais.

V. Exª fez uma consideração a respeito do Imposto de Renda. Teremos, realmente, em decorrência da aprovação da nova Lei do Imposto de Renda, que é válida, é real, pelo Congresso, em dezembro do ano passado, recursos adicionais para a receita federal da ordem de três ou quatro bilhões de dólares; e teremos esses recursos adicionais, quer seja para a procura do equilíbrio das nossas contas, do nosso fluxo de caixa, mas também para o atendimento às disposições orçamentárias, aplicando-os, como disse o ex-Ministro Paulo Haddad — seja no resgate adicional da dívida interna, seja nos investimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senador Bello Parga, V. Exª dispõe de dois minutos para a contradita.

O SR. BELLO PARGA — Quero agradecer ao Ministro Eliseu Resende a gentileza da resposta e das informações. Dou-me por satisfeito.

Aproveito para dirigir uma palavra de congratulação a S. Exª pela sua exposição clara, concisa e segura, que inspira a nós confiança de que os destinos da Pasta da Fazenda serão bem conduzidos sob a gestão de uma pessoa com larga experiência na vida pública brasileira e com bastante tirocínio administrativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, em virtude de permuta com o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, tenho uma grande satisfação, Sr. Ministro, com a sua presença no Senado Federal, para onde V. Exª traz, com suas altas responsabilidades, conhecimento e vasta experiência, respostas esclarecedoras às várias indagações desta Casa, feitas há pouco por quase todos os Senadores que estiveram nesta tribuna.

Respostas esclarecedoras às várias indagações, como disse, sobre questões tão complexas como as que dizem respeito às finanças e à economia do nosso País.

V. Exª, indiscutivelmente, é uma grande expressão de talento e competência entre os executivos preparados e amadurecidos para o exercício de tão relevante missão, e tenho certeza que procurará cumpri-la com eficiência e dedicação.

Há muitos anos o conheço e sei da extensa folha de serviços que tem prestado ao País de longa data. Quando fui Governador de Sergipe, no período de 1967 a 1970 V. Exª era o Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, quando proporcionou inestimável apoio ao meu governo. Tive o privilégio de asfaltar uma grande extensão rodoviária do nosso Estado.

Sergipe, naquele período, foi o primeiro Estado do Nordeste a ter todo o trecho interestadual asfaltado, do Estado da Bahia à fronteira de Alagoas, com uma bifurcação para se chegar a Propriá e Neópolis.

Com a ajuda de V. Exª, como Diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, e do saudoso Ministro Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, foi construída, tam-

bém no meu governo, outra obra extraordinária: a ponte sobre o rio São Francisco, ligando Sergipe a Alagoas, tarefa que se constituíra num grande desafio naquele tempo.

Nesta oportunidade, gostaria de fazer um comentário a bem da verdade e da justiça, o mais valioso amparo para os homens de bem que honram o País e dignificam a função pública.

Ao contrário do que se dizia com maledicência, que o Ministro Mário Andreazza enriqueceu na sua vida política, a verdade é que morreu pobre, não tendo reunido fortuna. Apenas alguns sabem que suas contas médicas e hospitalares foram pagas por um pequeno grupo de amigos leais, um gesto de solidariedade humana para quitar esses gastos. Sou testemunha disso, participei desse triste episódio. Coisas da política e da vida dos homens públicos, sempre sujeitos aos boatos, calúnias e maledicências.

Sr. Ministro Eliseu Resende, receba essas palavras iniciais de saudação e de boas-vindas. V. Exª já foi saudado, sabatinado e argüído pelos ilustres Senadores que me antecederam, mas gostaria de fazer uma indagação relativa às implicações práticas desse novo imposto, recentemente aprovado no Congresso Nacional, o IPMF — Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — que, na realidade, é um tributo sobre cheques; tem a vantagem de taxar uma grande massa de recursos que, sem esse imposto, antes circulavam livres de grande parte de impostos.

Pergunto a V. Exª: não haveria uma dupla tributação em relação aos simples assalariados, que já pagam imposto de renda e outros tributos? Não estaria o assalariado pagando dois impostos: um na fonte quando recebe o contracheque, e o outro no banco quando retira o dinheiro?

Era essa a única pergunta, Sr. Ministro Eliseu Resende, que desejava fazer a V. Exª Congratulo-me, mais uma vez, com sua estada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, Sr. Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Extremamente sensibilizado me encontro, Senador Lourival Baptista, por receber essa sua manifestação. A nossa vida nos aproximou muito no passado, como citou V. Exª Pude acompanhar o trabalho de V. Exª como Governador do Estado de Sergipe, no período de 1967/1970; o esforço que desenvolveu para governar aquele Estado e a grande contribuição que deu ao Estado e ao Nordeste naquela ocasião.

É importante lembrar esses fatos, pois já se passaram muitos anos, Senador. É com muito orgulho que relembro esse momento da minha história e do meu passado. Naquela época, era um jovem engenheiro civil, construtor, quando pude me dedicar ao grande esforço nacional de construção da malha rodoviária do País.

Lembro-me bem, V. Exª é o melhor testemunho disso, na época, em 1967, o asfalto só chegava até Salvador. Tínhamos só a Rio—Bahia; no resto, não havia asfalto. Não se podia ir de Salvador a Aracaju; de Aracaju a Maceió; de Maceió a Recife; ao Rio Grande do Norte; Fortaleza; São Luís; Belém, nada disso. O Nordeste era intransitável nas chuvas, e poeirento nas secas. Esse era o quadro do Nordeste.

Iniciamos um grande programa na época. E para que pudéssemos estender o asfalto até o norte de Salvador, tivemos que pavimentar o primeiro trecho entre Esplanada e Rio Real. Estava lá V. Exª nos acompanhando em todas as nossas viagens de inspeção, fazendo ciúme ao Governador da Bahia, governador sergipano que era. V. Exª acompanhou, também, nosso esforço na construção da ponte Propriá-Porto Real do Colégio, na travessia do rio São Francisco, para podermos produzir a ligação do Nordeste com o Centro-Sul do País de uma forma bastante integrada.

Senador Lourival Baptista, eu gostaria de registrar aqui que houve um esforço enorme no passado para a construção de um grande patrimônio na infra-estrutura de energia e de transporte neste País. Foi sacrifício imenso que onerou inúmeras gerações. E é uma pena que hoje — eu gostaria de assinalar — muitas vezes, em muitos setores da opinião pública, estejamos mais dedicados a criticar obras do passado e menos preocupados, no presente, com a preservação desse patrimônio, dessas estradas, fincadas no chão com o sacrifício de tantas gerações.

Permito-me dizer a V. Exª, que acompanhou o meu passado, e aqui o registra, que serei um Ministro da Fazenda muito triste se tiver de assistir, como Ministro da Fazenda, à destruição das estradas que construí no passado.

Levo esse ponto à consideração do Congresso Nacional. Há um patrimônio de integração nacional plantado neste País no ramo de energia e de transporte, particularmente no ramo rodoviário, que nos cumpre preservar. Não podemos deixar esse patrimônio se degradar. Temos de encontrar, junto com o Congresso Nacional, as soluções adequadas para preservá-lo.

Agradeço a V. Exª a oportunidade da minha manifestação nesse sentido.

Quanto às implicações práticas desse novo imposto, Imposto sobre Movimentação Financeira, como já tivemos oportunidade de analisar aqui, trata-se de uma experiência nova, é um imposto que poderá trazer surpresas na sua operacionalização. Vamos vivenciar uma nova experiência e ela vai nos ensinar, inclusive com relação ao nosso comportamento na análise e na avaliação junto ao Congresso Nacional, da reforma tributária que estaremos discutindo em outubro de 1993.

E, aí, teremos condições de auferir a lição, não apenas da praticabilidade desse imposto, mas dos benefícios dele resultantes ou do quanto ele realmente está afetando as camadas sociais de mais baixa renda, que é a principal preocupação de V. Exª

Já estamos pensando nas isenções relacionadas com os aposentados, nas isenções relacionadas com a caderneta de poupança e estaremos meditando para ver se realmente teremos condições de instituir o imposto, operacionalizá-lo, colocá-lo em prática sem prejuízo das camadas da sociedade de mais baixa renda.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de mais dois minutos, Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Ministro Eliseu Resende, confio na palavra de V. Exª e quero, nesta oportunidade, dizer-lhe que, há 22 anos nesta Casa, nunca subi a esta tribuna; nunca inquiri outro que viesse aqui depor; é a primeira vez, e o fiz porque sou de uma geração que agradece. Achei, dentro de mim mesmo, que devia vir aqui agradecer ao Ministro Eliseu Resende o que fez pelo meu pequeno Sergipe, construindo aquela majestosa ponte sobre o rio São Francisco e asfaltando o nosso território, Bahia/Alagoas.

Sr. Ministro, voltei para agradecer.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, que disporá de cinco minutos.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro,tranqüilizo V. Exª, Sr. Presidente, Chagas Rodrigues, irei me cingir, realmente, aos cinco minutos, não apenas para cumprir com absoluta fidelidade a norma regimental, mas também para permitir aos oito colegas que ainda estão inscritos na tarde e noite de hoje que interpelem S. Exª, o Sr. Ministro Eliseu Resende.

Sr. Ministro, a primeira pergunta que vou fazer a V. Exª é daquelas que já foram abordadas sob alguns ângulos nesta inquirição a que V. Exª se submete no Senado Federal.

Ao iniciar, naqueles 30 minutos que o Regimento lhe confere para sua exposição, antecedendo, portanto, essa fase de interpelações, V. Exª veio ao encontro da expectativa do Senado Federal e, muito mais, da própria sociedade brasileira ao anunciar as linhas mestras do plano econômico do Governo Itamar Franco.

E houve da parte de V. Exª, ao anunciar essas diretrizes, uma ênfase especial, uma tronitruância que foi aquele item primeiro, a retomada seletiva do crescimento econômico. O nobre Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador e mestre Josaphat Marinho, sobretudo os dois, representantes do Rio Grande do Norte e da Bahia, enfatizaram essa primeira diretriz do plano econômico do Presidente Itamar Franco.

Indago a V. Exª, com sua exatidão matemática, cartesiana, para que traga ao conhecimento do Senado Federal, com absoluta precisão, esse conceito de seletividade na retomada do desenvolvimento econômico. Como é que V. Exª situará essa seletividade na retomada do crescimento econômico? É a primeira pergunta que faço.

V. Exª se reportou ao encontro que teve com o Relator-Geral da proposta orçamentária para este exercício, Senador Mansueto de Lavor. Antes disso, fez a constatação muito clara e explícita da sua preocupação com a ausência, no Orçamento deste ano, prestes a ser votado pelo Congresso Nacional, de algumas dotações que são fundamentais: umas, para a isonomia dos servidores dos Três Poderes da União, e outras, até mesmo, para o pagamento dos 147% aos aposentados.

V. Exª ressaltou com muita justeza aquilo que paira no espírito do Presidente Itamar Franco, com o qual convivemos tantos anos nesta Casa, podendo também testemunhar exatamente essa qualidade excepcional que V. Exª destacou, a sua sensibilidade para esse tipo de questão.

Vai a pergunta, então, ao Ministro da Fazenda: como é que V. Exª vai suprir essa ausência, ausência total de uma dotação orçamentária para cobrir esse tipo de despesa?

Esta outra pergunta, de certa forma, já foi encaminhada a V. Exª no curso da exposição do Senador Eduardo Suplicy, e, naturalmente, envolve uma sugestão anterior feita na imprensa por um dos antecessores mediatos de V. Exª no Ministério da Fazenda, o Deputado Delfim Netto. A pergunta é a seguinte, Sr. Ministro: o volume de reservas cambiais no Banco Central está estimado em aproximadamente US$ 18 bilhões. V. Exª, Sr. Ministro, cogita em usar parcela dessas reservas para algumas finalidades, digamos, para pagar a dívida interna, pagar a dívida externa e, acrescendo, para impulsionar a retomada seletiva do crescimento, que é o item primeiro do plano econômico anunciado por V. Exª na tarde de hoje no Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra para a resposta.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides.

A primeira pergunta de V. Exª foi sobre a retomada seletiva do crescimento, no que diz respeito às aplicações mais adequadas dos recursos financeiros de que dispusermos para aplicação nos investimentos.

Definiria esses setores seletivos como os mais necessários, os que mais contribuem para o crescimento da renda e para a geração de emprego; que mais contribuem para melhor distribuição da renda a curto e médio prazo — investimentos sociais. Seriam investimentos voltados para a solução dos graves problemas sociais do País nas áreas de ensino, saúde e atendimento à população de baixa renda; e naqueles investimentos voltados para a infra-estrutura, os aplicados em projetos que produzam o mais rápido retorno econômico do capital investido. Isso caracteriza a prioridade econômica do investimento.

É lamentável o quadro que temos pela frente, no País, no campo dos investimentos na infra-estrutura econômica. Tivemos a oportunidade de discorrer sobre isto aqui. Mas vemos um grande volume de obras iniciadas e paralisadas. Muitas vezes, o ônus ou a culpa da paralisação das obras incide sobre aqueles que as começaram e não sobre aqueles que não as terminaram.

Participei, durante os últimos anos da minha carreira na vida pública, de uma profunda avaliação das obras do setor elétrico. A par daquela análise que tivemos oportunidade de fazer rapidamente aqui do setor da infra-estrutura rodoviária, gostaria de enfatizar o que está acontecendo no que diz respeito ao setor elétrico. Uma grande parte das obras de geração de energia elétrica no País está paralisada; um enorme volume de obras. O pior é que isso corresponde a um grande desperdício, um fator de muita influência sobre a inflação. Inflação é a conseqüência da desorganização, da ineficiência, da falta de produtividade. É absurda a constatação de investimentos públicos paralisados no Brasil, o que se verifica com muita nitidez no campo dos investimentos do setor elétrico. Juros financeiros acrescentam-se a cada dia, a cada mês, a cada ano, para onerar esses investimentos, fazendo com que o quilowatt/hora, ou o megawatt/hora, gerado no Brasil seja excessivamente elevado. O que acontece é que nas contas de luz de cada cidadão são cobradas tarifas para cobrir esses custos.

Quando digo do trato seletivo dos investimentos na área da infra-estrutura econômica, refiro-me à necessidade de disciplinar a atuação das empresas estatais do Brasil para que elas meditem muito antes de começar uma obra. No momento em que for iniciada, essa obra tem que acabar. Não podemos jogar fora os investimentos, pois isso traz uma conseqüência danosa, desastrosa, para a economia.

Cabe aí uma observação: propugnamos pelos investimentos sociais, pelos investimentos aos projetos de maior retorno do capital investido e pelos investimentos para conclusão das obras que estão aí paralisadas, para que não se configure ou se caracterize o desperdício do dinheiro ali aplicado até então. De forma que essa é a orientação que procuraremos dar com relação à questão voltada para racionalização dos investimentos e aplicação dos recursos disponíveis nos investimentos sociais.

Falei que a nossa proposta orçamentária não levava em conta determinados itens importantes, como é o caso da isonomia e do pagamento das parcelas dos 147% aos aposentados, aos previdenciários. Qual seria a solução para isso, Senador? No momento em que o Orçamento for aprovado pelo Congresso Nacional, vamos fazer uma análise profunda dele, juntamente com a Ministra do Planejamento, no sentido de reorganizarmos a formulação que aí está, compatibilizá-la, conciliá-la com a disponibilidade dos recursos do Tesouro — e aí, mais uma vez, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira se faz necessário — para que possamos ter condições de contemplar, mediante reformulações orçamentárias que serão novamente remetidas ao Congresso Nacional para aprovação, com os recursos necessários, esses itens que não foram colocados inicialmente na proposta orçamentária.

Com relação à pergunta sobre as reservas de US$18 bilhões de dólares, tivemos oportunidade de tecer considerações a respeito. Trata-se de reservas úteis e que se destinam a dar segurança ao mercado internacional, ao comércio exterior e para servirem de lastro a qualquer intervenção no mercado especulativo e para sabermos ordenar e disciplinar o mercado de câmbio. É bom que tenhamos essas reservas. Evidentemente, a utilização das mesmas, conforme o sugerido pelo ex-Ministro Delfim Netto, é um fator que deve ser refletido e ponderado. Há inclusive um compromisso nosso de fazê-lo, com os cuidados devidos, porque a conversão das reservas cambiais em cruzeiros, para investimentos, caracterizando uma monetização da economia, pode, conforme o gradualismo com que isso for feito, gerar impactos inflacionários. Vamos observar e analisar essa questão com dedicação, a fim de que possamos tomar decisões acertadas a respeito.

O SR. MAURO BENEVIDES — Agradeço a V. Exª, Sr. Ministro, pelas suas respostas. Dentro do tempo regimental de que disponho, ou seja, de dois minutos para a réplica, chamo a atenção de V. Exª para a questão do Orçamento, a fim de que não se impute ao Congresso Nacional a responsabilidade por essas omissões. Acho que devemos ser partícipes dessas preocupações agora explicitadas por V. Exª Congresso Nacional e Poder Executivo devem se dar as mãos para que se encontre, sem qualquer tardança, nunca no final do exercício financeiro, uma solução para esse impasse, a fim de que os interessados diretos — os servidores favorecidos pela política isonômica posta em prática pelo Governo Federal e os aposentados — não possam sofrer exatamente pela falta de visão tanto do Congresso Nacional quanto do Poder Executivo. Ainda mais porque o Poder Executivo teve aqueles 40 dias do antecessor de V. Exª, Ministro Paulo Haddad, para reformular a Lei de Meios da União e possibilitar ao Congresso Nacional votar um instrumento que pudesse atender de fato à realidade nacional.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Estaremos atentos às observações de V. Exª, Senador.

Durante a interpelação do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão por 5 minutos.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Eliseu Resende, cumprimentando-o nesta oportunidade em que V. Exª vem ao Senado Federal para discorrer sobre o ajuste fiscal e a política econômica do Governo, desejo obter algum esclarecimento a fim de que possamos tranqüilizar a Nação, tranqüilizar especialmente os trabalhadores, os empresários, os contribuintes que estão perplexos e desesperançados.

Em função do curto espaço de tempo de que disponho, não abordarei em profundidade as causas das desgraças nacionais — depressão, inflação, desemprego, finanças públicas desordenadas —, cujas razões são estruturais e datam de longo tempo. Não obstante, quero assinalar que hoje há quase uma unanimidade nacional sobre os principais motivos de tamanha crise que assola o País há mais de uma década, que são o gigantismo e a ineficiência do Estado; a desorganização das finanças públicas e a sonegação fiscal; uma economia fechada e controlada pelos monopólios, oligopólios e cartéis; uma legislação que protege a ineficiência e impede investimentos de risco, tanto nacionais como estrangeiros.

Assinalo que a minha atuação no Senado Federal tem se pautado pela defesa do dinheiro do trabalhador, pela abertura da economia, contra os monopólios, oligopólios e cartéis, a favor da mudança na legislação para atrair investimentos estrangeiros, para criar empregos e rendas, notadamente no meu sofrido Estado de Pernambuco. Assim sendo, Sr. Ministro, indago primeiramente: qual a política que V. Exª adotará para cobrar o FGTS — dinheiro do trabalhador sonegado por Estados, Municípios e péssimos empresários? Quero informar a V. Exª que, por meu intermédio, o Senado Federal foi a primeira instituição que estabeleceu regra, segundo a qual nenhum ente público poderá recorrer ao crédito público, se não estiver em dia com o INSS e com o FGTS. Essa norma foi contida na Resolução nº 58/89, cujo projeto é de minha autoria.

A segunda pergunta, Sr. Ministro: qual a intenção de V. Exª com respeito à legislação para atrair capital estrangeiro? Coincidentemente, existe no Senado Federal um projeto de lei de minha autoria, com parecer favorável da Comissão de Economia. A sua justificativa está centrada nos investimentos que estão sendo feitos na China Popular, onde o lucro dos micro, médios e pequenos empresários poderá ser remetido para fora da China sem nenhum problema. Nós, aqui, estamos ainda tentando regulamentar.

Por último, Sr. Ministro: concordaria V. Exª em destinar uma parte da arrecadação do IPMF para a irrigação nordestina? Se positiva a resposta, temos a convicção de que acabaremos com a indústria da seca e resolveremos definitivamente a fome daquela sofrida população.

Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Com a palavra o Sr. Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Ney Maranhão.

Vamos refletir muito sobre a primeira pergunta de V. Exª, no exercício da nossa função à frente da Pasta da Fazenda: qual a política para cobrar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sonegado pelos Estados, Municípios e empresários?

É claro que temos que perseguir o assunto, a sua solução, debatendo o problema com os Estados e Municípios, no sentido de que possamos, realmente, empenhar-nos, a fim de obter essa contribuição de todos para a solução do problema do equilíbrio das nossas contas e da superação dos nossos problemas de déficit fiscal.

Com relação à indagação de V. Exª sobre qual seria a intenção quanto à legislação para atrair capital estrangeiro, gostaria de tecer considerações mais do lado da possibilidade da ação desses capitais.

Devemos estar abertos. Hoje o mundo se universaliza cada vez mais. As nações têm que se integrar em torno dos seus objetivos e dos seus propósitos em um intercâmbio que lhes possa ser útil. Atualmente, nenhum país pode ficar enquistado, isolado, sem o intercâmbio, sem a participação de capitais de outros países. A nossa legislação tem que prever condições para isso.

Contudo, acima de tudo, o que é importante destacar, Senador Ney Maranhão, é que para atrair capital estrangeiro o mais importante é alcançar a nossa estabilidade política e econômica. Precisamos trazer segurança para o investidor. No momento em que o Brasil superar os seus problemas básicos, tranqüilizar-se internamente, tranqüilizar o mercado de capitais, bem como os nossos empresários, os nossos trabalhadores, gerando condições de segurança, de confiança e de credibilidade, teremos condições muito mais favoráveis de atrair o capital estrangeiro. Todo nosso esforço e nosso trabalho é no sentido de geração desse processo, desse clima de confiança, segurança, credibilidade, solução dos nossos problemas internos, equilíbrio das nossas contas, acordo com as instituições financeiras internacionais. Após isso, o Brasil passará a ser considerado — deverá sê-lo — como um país onde há confiança, credibilidade, segurança, condição permanente de um país sério. Aí, sim, teremos condições de atrair o capital estrangeiro. É o caso de passar a pensar na produção da legislação adequada para a praticabilidade desses investimentos estrangeiros no Brasil.

Há um processo enorme de negociação da dívida externa, o que é importante. É preciso que possamos concluí-la; é preciso que isso se faça e tenhamos condições de cumprir esse compromisso, para que o Brasil se insira de uma forma definitiva no mercado internacional, no contexto mundial, no nosso comércio interior, criando condições para atrair, portanto, o capital estrangeiro.

Quanto à pergunta seguinte de V. Exª, destinar parte do IPMF à irrigação nordestina, a codificação que fazemos do IPMF neste exercício é relativamente pequena. Dependendo do período em que ele terá vigência no próximo exercício, também, poderemos vir a ter uma contribuição pequena. Portanto, não sei se teremos condições de aplicações relevantes de parcelas do IPMF na irrigação, particularmente na do Nordeste. Por certo, estaremos procurando encontrar fontes alternativas para esse importante setor da economia, setor da irrigação. Posso até dizer e afirmar a V. Exª que no debate no Congresso Nacional acerca da nova lei do setor elétrico foi criado um fundo de reversão com uma destinação de recursos estimados entre US$1,5 e 2 bilhões à ELETROBRÁS para serem aplicados no setor de distribuição de energia elétrica.

Houve, nesta Casa, um destaque de aplicação de uma parcela desse fundo de reserva global, fundo global de reversão do setor elétrico, destinada à eletrificação rural. Particularmente, para o uso da energia no ramo da irrigação. Penso que, por aí, estaremos construindo, parcela por parcela, um montante razoável para o incentivo à irrigação em todas as partes do País, principalmente no Nordeste. Estaremos procurando contribuições parceladas para a formação de um objetivo em torno dessa solução ou desse apoio no campo da irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Se o Senador Ney Maranhão deseja contraditar, V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, de acordo com a maneira como atuo, sou contra o IPMF. Todavia, vou votar a favor dele, em primeiro lugar porque se trata de um imposto em que o Governo não tem uma saída para equilibrar sua caixa.

Há algo mais importante. Vou relembrar uma história que há 39 anos se passou e está sendo repetida agora neste plenário. Eu era Deputado Federal no velho PTB de Vargas, aliado ao PSD, no Governo de Juscelino Kubitschek (1954) e, coincidentemente, ocupava a Pasta da Fazenda um mineiro que considero, até hoje, o melhor ministro que passou pelo Ministério da Fazenda e que não era economista: o Deputado José Maria Alkimin.

Coincidentemente, trinta e nove anos depois, ocupa a Pasta da Fazenda um mineiro que também não é economista. V. Exª deu aqui, nestas horas, neste debate, uma lição de humildade, porém, de conhecimento de causa que nós, homens públicos, temos que ter neste País.

Como dou diretamente o meu recado, Sr. Ministro, a meu ver, os economistas que passaram pela Pasta da Fazenda, cada um deles deixou um buraco maior no Orçamento da União. São bons para preparar o plano, mas não para executá-lo.

Congratulo-me com V. Exª Estou satisfeito com a inquirição que estou fazendo neste momento a V. Exª Muito obrigado.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Tenho que agradecer a V. Exª, Senador Ney Maranhão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Srs. Senadores e Sr. Ministro, como é do conhecimento de todos, o nosso Regimento dispõe em seu art. 398, letra "g", o seguinte:

> "Se o tempo normal da sessão não permitir que se conclua a exposição do Ministro de Estado, com a correspondente fase de interpelações, será ela prorrogada ou se designará outra sessão para esse fim."

O Sr. Ministro foi aparteado por doze Srs. Senadores e respondeu a todos eles.

Tem sido de praxe, em sessões como esta, após o Sr. Ministro ser interpelado, que a sessão seja encerrada, devendo S. Exª responder àqueles que se inscreveram e não tiveram oportunidade de formular suas perguntas. Todavia, em face do texto do Regimento Interno, consulto os Srs. Senadores inscritos, que ainda não interpelaram o Sr. Ministro — ainda estão inscritos nove Srs. Senadores — se concordariam com essa hipótese de encerrar-se a sessão, oferecendo-se o Sr. Ministro para responder às interpelações que, por escrito, lhe forem encaminhadas pelos Srs. Parlamentares.

V. Exªs estão inteiramente à vontade. Se concordarem, encerro a sessão; caso contrário, prorrogá-la-ei por 40 minutos

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Conselho a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, gostaria de interpelar o Sr. Ministro.

A sessão pública do Congresso acontece justamente para que a imprensa, para que os assistentes aqui presentes tenham conhecimento das perguntas e das respostas. Podemos usar, no futuro, o expediente de todos os Srs. Senadores fazerem as perguntas e terem suas respostas por escrito.

Tenho uma sugestão a fazer: como estamos submetendo o Ministro a uma maratona, talvez fosse o caso — se o Sr. Ministro concordar — de suspendermos a sessão por 5 minutos e, após esse intervalo, prosseguirmos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Consulto o Plenário sobre a proposta do Senador Ronan Tito. (Pausa.)

Diante do assentimento do Plenário, a Presidência vai prorrogar a sessão por 40 minutos e suspendê-la por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h41min, a sessão é reaberta às 18h48min.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, que dispõe de 5min.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro:

Nenhum de nós Senadores, muito menos o Senhor Presidente da República ou o Sr. Ministro, desconhece a situação em que este Brasil vem mergulhando de tempos para cá.

Gostaria de me reportar, Sr. Ministro, ao período da promulgação da Constituição de 88, quando nos preocupava muito a dívida externa deste País. O então Senador Fernando Henrique Cardoso e eu apresentamos uma moção, para a elaboração de uma auditagem da dívida externa, porque críamos, naquele momento, que o grande problema brasileiro era a dívida externa. O trabalho evoluiu; estivemos no Banco Central e fizemos verificações possíveis, pois àquela época havia aproximadamente 734 credores, cada um às vezes com 30, 40 créditos.

A partir daí, começamos uma peregrinação. Fomos a Washington, Nova York e Londres, para estudar a questão da dívida externa, para quê? Não era nem para nos situarmos com aquele jargão desgastado de que a dívida houvera sido paga, nem também com o propósito de resolver o problema de uma só vez, mas sim para estudar o processo.

Foi uma grande peregrinação. Debatemos com os banqueiros internacionais, com as autoridades brasileiras, com o nosso **board** e, depois de muito tempo, Sr. Ministro, e de diversos estudos, chegamos à conclusão de que deveríamos negociar. O trágico do óbvio é não ser praticado. Começamos a praticar o óbvio e, então, renasceu a esperança. Verificamos que o diabo não era tão feio como se pintava, e que havia possibilidade não de se dar o calote, mas pelo menos de se obter um alongamento do perfil da dívida.

Estudamos também a questão da dívida interna — e isso foi debatido inclusive na minha Bancada, pois coube a mim o ônus de relatar o primeiro débito externo, ou a inadimplência do Brasil quanto aos juros — , e alguém me questionou: acertando a dívida externa, estará tudo acertado? Eu respondi que, se não acertarmos as contas internas deste País, o buraco continuará sendo cavado.

O tempo foi passando, e veio o Presidente Collor. Devo confessar a V. Exª e aos Srs. Senadores que nunca tive esperança alguma naquele Governo. Não existe nada mais triste para um cidadão, para um político, do que não ter esperança num governo. Depois de tudo o que aconteceu, este Congresso se sentiu comprometido com o Presidente Itamar Franco, porque, na medida em que se concluiu o processo de **impeachment** do Presidente Collor, sabíamos que era inevitável que o Vice-Presidente da República, nosso colega, assumisse o cargo. Sua Excelência é um homem de muitos méritos, sério, honrado, bem intencionado. Sua honestidade nunca foi aqui posta em dúvida.

Mas, Sr. Presidente e Sr. Ministro, a maior obra de um governante, no meu entendimento, é dar estabilidade e rumo para os cidadãos, para o país; é nortear o país. Cheguei a afirmar que somos capitalistas com complexo, mas a Constituição de 1988 nos deu um rumo — a livre iniciativa — , a partir do que prosseguimos. Trocamos o Ministro Marcílio Marques Moreira. Depois de ouvir V. Exª expor os 15 itens, graças a Deus, não vi nenhuma modificação, porque eu estava inteiramente de acordo com o que fazia o Ministro Marcílio, sabendo das dificuldades que S. Exª enfrentava, principalmente a falta de confiabilidade da população no Governo. Isso é terrível!

Com o Ministro Gustavo Krause, houve a reafirmação dos mesmos princípios: não haverá choques; vamos coibir o déficit interno, vamos acertar as contas; a dívida externa já não nos preocupa mais, não porque já a pagamos, mas porque já a reestruturamos. Agora temos que acertar a economia. Para isso, todos nós sabemos, é preciso confiabilidade, estabilidade, rumo correto. Não estou querendo o rumo da topeira; não estou querendo a linha reta, mas uma direção, a direção de que o Brasil precisa.

Diante de Deus, Sr. Ministro, eu esperava isso do Governo Itamar Franco.

Veio aqui, indicado, depois de Gustavo Krause, o caipira Paulo Haddad, com uma dificuldade enorme. Não foi aceito; era um caipira, foi logo carimbado. E esse homem, com uma paciência de mouro, sem nenhuma referência à sua origem, começou a perambular por todo lado, discutindo conosco, apresentando seu plano.

Sr. Ministro, esse homem consumiu da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no mínimo, 10 horas de discussão e debate, suscitando a esperança. Ocupamos a casa do Senador Beni Veras à hora do almoço para conversar; debatemos em minha casa à noite; discutimos no ministério; fomos à Comissão de Assuntos Econômicos. Pela primeira vez senti um plano verdadeiramente democrático, debatido com o Congresso Nacional. Devo confessar que comecei a notar que já havia focos de esperança.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador, permita-me, V. Exª já excedeu seu prazo.

O SR. RONAN TITO — Perdão, Sr. Presidente. Vou concluir.

No exterior, S. Exª obteve também confiança. Não noto, no plano de V. Exª, no de Paulo Haddad e no de Marcílio Marques Moreira nenhuma discrepância fundamental. Contudo, permanece a dúvida: Quanto tempo V. Exª ficará no ministério?

Li, na **Gazeta Mercantil,** a declaração de um banqueiro londrino, que diz: "Nenhum país do mundo é capaz de sair dos problemas em que o Brasil se encontra, trocando, em cinco meses, quatro ministros."

Confio em V. Exª, não faço nenhum favor. Pelo seu passado de luta, pela sua inteligência, pelo seu patriotismo, V. Exª dará o melhor de si.

Sr. Presidente, faço um apelo ao nobre Ministro, sem necessidade de resposta, nem réplica, nem tréplica — atendendo ao desejo de V. Exª: Que seja dito ao Presidente Itamar Franco que, se as regras são essas, se com eles foram discutidas, vamos embarcar nelas. Chega de solavancos! O Brasil precisa de rumo! O Brasil precisa de uma direção firme! O Brasil precisa de esperança! Afinal, Dante Alighieri dizia: "O inferno é a ausência da esperança."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Obrigado, nobre Senador Ronan Tito. Ouvi, atentamente, a manifestação de V. Exª, colocações feitas com muita propriedade, preocupações válidas. De todas as considerações que V. Exª teceu, a mim me ficou um aspecto com que concordo inteiramente, por ser da maior importância: os problemas são imensos e as soluções são extremamente difíceis.

Tivemos oportunidade de dizer, da tribuna, do número de ocupantes da Pasta da Fazenda, homens todos eles dotados de grande talento. Podemos nos lembrar dos Ministros da Fazenda deste País, engenheiros, advogados, economistas, todos eles com suas características pessoais, peculiares, homens talentosos que dedicaram todo o esforço, todo o seu sacrifício à solução dos problemas do País.

Os problemas existem. Concordo inteiramente com V. Exª de que o encontro dessas soluções é extremamente difícil, mas há uma premissa básica, fundamental, essencial que, se não for satisfeita, não teremos soluções. Não quero dizer que essa premissa, de **per si,** seja suficiente, mas é fundamentalmente necessária, e V. Exª falou sobre isso. Trata-se da estabilidade, da confiança, da orientação segura para as diretrizes que se formularem.

Tivemos oportunidade de dizer isso aqui e ouvir estas considerações: "O Ministro da Fazenda é um executor da política e das diretrizes do Presidente da República, de forma associada com o Ministro do Planejamento e, mais do que isso, com toda a equipe ministerial".

É necessário que haja realmente um grande entrosamento, uma discussão interna dos problemas e que a mensagem seja uníssona — isso tive oportunidade de repetir —; caso contrário, não teremos a tranqüilidade, a credibilidade e, por conseguinte, não teremos nenhuma condição de executar as medidas e diretrizes traçadas, nenhuma condição do encontro das soluções.

Concordo inteiramente com V. Exª: precisamos de estabilidade, confiança, credibilidade e de um roteiro seguro que diga à Nação o caminho que o Governo está seguindo; sem pretensão, às vezes, de ficarmos imunes a erros — os erros, todos estamos sujeitos a cometê-los; ninguém é perfeito. Podemos até tomar medidas erradas, mas o importante é que saibamos que temos necessidade de acertar, que temos uma responsabilidade enorme.

Não se trata da queda de um ministro ou do problema da "rã mordida pelo escorpião em que os dois afundam", se o Presidente da República e o Ministro da Fazenda não estiverem entrosados, e, em decorrência disso, os dois se afundam, isso não é tão pior do que a Nação toda se afundar: é o povo, é a sociedade toda que mergulha.

Então, a solução dos problemas parte de uma premissa básica e fundamental: que o povo acredite, que o mercado acredite, que o empresário acredite, que o trabalhador acredite, para que nós possamos ter, através da discussão das soluções, o compartilhamento delas, um roteiro seguro a ser seguido por todos.

De forma que agradeço as ponderações de V. Exª, espero que tenhamos condições de continuar colaborando com o Presidente da República no encontro dos objetivos e das metas extremamente difíceis. A responsabilidade é esmagadora, acho que estamos aqui dentro de uma linha de dedicação de todo o nosso trabalho e esforço na persecução dos rumos que forem traçados pelo Presidente da República e prosseguiremos de uma forma muito consistente. Pelo menos nisso acho que posso trazer uma contribuição.

Já tive oportunidade de, durante anos, décadas, debater com o Presidente Itamar Franco os problemas do País. A minha presença ao lado do Presidente como assessor não é porque Sua Excelência agora seja o Presidente da República. Já ajudei Sua Excelência em estudos especiais quando exercia a Vice-Presidência; quando Senador, vez por outra chamava-me e refletíamos juntos, muitas vezes, havendo, inicialmente, desencontros de idéias e opiniões, mas procurando acertar e trabalhar juntos.

O Presidente escolheu a pessoa com quem sempre trabalhou e é isso que traz a segurança de que, daqui em diante, de agora para frente, a palavra do Ministro da Fazenda é a palavra do Presidente da República. Pelo menos esta premissa fica atendida: não haverá falta de sintonia, junto à opinião pública e à imprensa, entre o que o Ministro está falando ou fazendo e o que o Presidente está pensando ou querendo fazer.

Pelo menos essa segurança, essa tranqüilidade, queremos trazer ao Congresso Nacional, ao Senado e à Nação. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Pacheco. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. ÁLVARO PACHECO (PFL — PI. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, antes de formular as perguntas que pretendo fazer, gostaria de associar-me a todos os colegas que me antecederam na confiança e no elogio que fizeram a V. Exª, que, nesta tarde, faz uma exposição clara, simples e brilhante, sobretudo, pela justeza e pelo bom-senso dos quinze princípios que V. Exª enumerou e que irão nortear a política econômica do Governo daqui para frente.

Acredito também que V. Exª representa, nesses meses do Governo Itamar Franco, a primeira grande esperança de estabilidade da economia e do Ministro da Fazenda.

Gostaria de perguntar duas coisas a V. Exª: primeiro, qual a posição de V. Exª com relação à proposta existente

no Senado para que as empresas públicas passem ao mesmo regime das empresas privadas, no que se refere à falência e concordata, ou seja, à possibilidade de essas empresas, no mesmo regime previsto para o setor privado, virem a ter concordata e falência decretadas?

A segunda pergunta tem um cunho mais pessoal e creio que meus companheiros do Senado gostariam também de ter um esclarecimento sobre isto: o jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de domingo passado, publicou uma extensa reportagem sobre obras inacabadas, supostamente iniciadas em gestões administrativas de V. Exª, citando em destaque a Ferrovia do Aço e a Transamazônica. Há algum fundamento nessa reportagem? Gostaria de saber como e por que essas obras foram planejadas? Quais as circunstâncias que levaram o Governo Federal a planejá-las e a iniciar a execução? E, finalmente, por que elas não foram concluídas?

São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Álvaro Pacheco.

Inicialmente, V. Exª pergunta sobre a proposta formulada ao Congresso Nacional relacionada às empresas públicas para que a elas sejam atribuídas as mesmas condições de falência e concordata já preceituadas para as empresas privadas.

A minha reflexão, Senador, se me permite, é muito empresarial. A par do exercício de atividade pública — sobre a qual inclusive discorrerei a respeito na resposta à segunda pergunta formulada por V. Exª — tive, também, a condição de exercer atividades no setor privado e fiquei imbuído de um raciocínio muito empresarial — que pode até me ser muito útil agora no exercício das minhas funções e tarefas à frente da Pasta da Fazenda —, na análise do comportamento das empresas estatais, nos reais benefícios que elas trarão para a economia e para a Nação como um todo e dentro do contexto também do que elas representam perante o seu acionista — no caso, o Tesouro Nacional, a União.

Vejo que devíamos realmente, à exceção de determinados aspectos que tive oportunidade de ressaltar: de cunho filosófico, ideológico, estratégico e de segurança nacional — isso afetaria o nosso raciocínio em casos muito especiais —, dar às nossas empresas públicas e empresas de economia mista o mesmo tratamento das empresas privadas. Porque se é importante partir para o programa de privatização e se o programa de privatização tem problemas de operacionalização — executar uma privatização é difícil, porque requer cuidados relacionados com a alienação do patrimônio público —, por que, antes, não partimos para um procedimento muito mais simples: fazer com que as empresas públicas de economia mista atuem como se empresas privadas fossem, alcançando, portanto, os benefícios do comportamento empresarial?

Então, permita-me dizer, se V. Exª perguntar a mim, como um cidadão, como um gerente, como um administrador, que eu seria a favor.

A segunda pergunta que V. Exª me faz se refere a versões dos jornais a respeito de obras inacabadas, muitas vezes colocadas como "obras faraônicas", de que participei no meu passado de 50 anos de trabalho e dedicados ao serviço público há 29 anos. O primeiro cargo público que ocupei foi em 1964. V. Exª faz uma pergunta orientada, especificamente, para projetos como a Ferrovia do Aço, como a Transamazônica. Eu chegaria a acrescentar que sou muito criticado também pela construção da Ponte Rio/Niterói, considerada também como "obra faraônica".

Eu gostaria de tecer algumas considerações rápidas, de acordo com o tempo que disponho para responder as perguntas de V. Exª

Em primeiro lugar, quanto à Ferrovia do Aço, quero dizer que não fui o seu idealizador. Quando assumi o Ministério dos Transportes, encontrei diversas obras em situações desorganizadas e a Ferrovia do Aço foi uma delas. Encontrei na mesma situação o metrô do Rio de Janeiro e o de São Paulo; além de outros programas, como o programa de construção naval etc.

Eu tinha a responsabilidade de racionalizar aquele problema e de resolver a questão.

Exminei profundamente o projeto da Ferrovia do Aço. A Ferrovia do Aço era um traçado de Belo Horizonte a Itutinga; de Itutinga ao Rio de Janeiro, passando por Volta Redonda em direção ao Porto de Sepetiba; e, em outro ramal, de Itutinga a São Paulo. Os investimentos ali colocados eram muito altos e o que fiz, então, foi racionalizar a solução da obra. Então, dei prioridade aos investimentos num trecho apenas, que é o trecho de Jeceaba a Volta Redonda. E tive de abandonar os investimentos programados para os outros trechos. Particularmente, o trecho entre Belo Horizonte e Jeceaba — porque numa análise do trecho ferroviário existente, que é o ramal de Paraopeba, percebi que aquele trecho já tinha características adequadas para responder pelo tráfego rodoviário existente. Em Jeceaba há um entroncamento da Ferrovia da Vale do Rio Doce com a Ferrovia do Aço e dei prioridade, então, à conclusão do trecho entre Jeceaba e Volta Redonda. Esse trecho está pronto, está em tráfego. Realmente, abandonei os outros investimentos, porque não os considerava prioritários. Com isso, fiz uma redução enorme de investimentos programados não apenas nos trechos não prioritários, mas também com o abandono de uma programação de investimentos, que seria extremamente onerosa.

A estrada de ferro estava projetada para ser eletrificada. Entendi que os investimentos na eletrificação seriam muito pesados. Abandonei, portanto, a alternativa de eletrificação; suspendemos a contratação de locomotivas elétricas da Inglaterra e, com isso, pudemos fazer uma simplificação grande do projeto e uma racionalização.

O projeto está pronto entre Jeceaba e Volta Redonda, transportando minério de ferro. Falta concluir o trecho entre Jeceaba e Belo Horizonte. Entendo que esse foi o trecho mais focalizado pela reportagem a que V. Exª se refere. Mas foi um trecho construído em administrações anteriores, que achei por bem, em favor da racionalização do investimento, realmente, não prosseguir.

Com relação à Transamazônica, essa foi uma estrada construída dentro de um programa que envolvia um elenco muito maior de rodovias. Os nossos representantes no Congresso Nacional, no Senado Federal, oriundos da Região Norte do Brasil, conhecem bem a Amazônia e sabem o que ela representava no princípio da década de 60. Era um tabu desconhecido, uma incógnita, o grande mistério. Lembro-me quando eu estava na universidade, nos Estados Unidos, quando eu falava que era brasileiro, a primeira pergunta que recebia era sobre a jungle no Brasil, isto é, sobre a floresta que havia lá.

Então, houve um chamado Programa de Integração Nacional, baseado no Fundo de Integração Nacional — PIN;

recursos foram alocados legalmente, constitucionalmente, para isso, ou seja, para desenvolver um programa que envolvia a construção de várias estradas, estradas de conquista da Amazônia, de integração da Amazônia às demais Regiões do País, envolvendo a construção da estrada Cuiabá — Santarém; a construção da estrada Brasília — Cuiabá — Porto Velho — Rio Branco; a estrada começada por Juscelino Kubitschek, a chamada Brasília — Acre; a construção da estrada Manaus — Caracaraí — Boa Vista — Porto Velho — Manaus; também a Transamazônica e a pavimentação da Belém — Brasília, que, em 1961, o Presidente Jânio Quadros chamou de "estrada das onças", porque foi construída, antes, por Juscelino Kubitschek. Então, esse era todo um programa financiado pelo Programa de Integração Nacional.

A Transamazônica foi construída dentro dessa linha de conquistar a Amazônia — uma estrada de terra simples, de 9 metros de largura; rampas de 10 até 20%; raio de curvatura de menos de 200 metros; pontes de madeiras nativas da região; investimento de baixo custo; estrada de terra que penetrava no desconhecido e conquistava a Amazônia, programada para investimento muito baixo, para que depois viesse a ser conservada de forma atenta e permanente.

O mal da Transamazônica, Senador, é que ela deixou de ser conservada. Não há manutenção na estrada. Isso vem ao encontro da afirmação que fiz anteriormente. É um absurdo o que acontece com esse patrimônio construído no passado. Penso que devíamos nos preocupar mais com a sua conservação do que com a crítica às obras do passado. Se a Transamazônica ou uma estrada de terra fosse conservada ela estaria cumprindo o seu papel até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, o tema é fascinante, mas a Presidência pediria a V. Exª que, na medida do possível, ultimasse a resposta, pois V. Exª já excedeu o prazo.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Para ultimar a resposta, a última referência, Senador: o Brasil deve construir, por ano, umas três ou quatro Transamazônicas, se levarmos em conta as estradas rurais e vicinais, construídas por municípios e agricultores em todo o País. Todo prefeito, todo administrador de estradas, todo fazendeiro sabe que se uma estrada de terra não for bem conservada, não haverá tráfego. O Brasil constrói três a quatro Transamazônicas por ano, mas essas estradas precisam ser bem conservadas.

Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de dois minutos, nobre Senador.

O SR. ÁLVARO PACHECO — Estou satisfeito com a resposta e as explanações do Ministro.

Encerro minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Dispenso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, como Vice-Presidente da FACIARJ — Federação das Associações Comerciais e Industriais do Rio de Janeiro, ouvi dos empresários da minha região todos os protestos possíveis sobre o IPMF, como também da FIESP e de várias federações. A todos eles eu dizia das minhas preocupações, principalmente aquelas que se referem à quebra da anualidade; à concentração bancária que provavelmente ocorrerá, porque todos sairão de vários bancos e ficarão somente em um — possivelmente muitos bancos vão quebrar —; ao perigo dos cheques virarem moeda corrente, virarem o "cheque-leque" da Argentina; ao perigo do efeito cascata na tributação; à quebra do sigilo bancário; ao perigo de, nos pequenos negócios, os cheques não serem mais aceitos; enfim, toda uma gama de preocupações que só eram neutralizadas pela sensibilidade política do meu partido, que achava que não se pode tirar a governabilidade de um governo, de uma presidência — da qual somos co-partícipes —, de qualquer instituição ou mesmo de qualquer cidadão responsável deste País.

Veio aqui o ministro que V. Exª sucede e que nos deu todas as explicações. Por essa razão, no primeiro turno, votei favoravelmente ao ajuste fiscal.

Na semana retrasada, na **Folha de S. Paulo** de domingo, 28 de fevereiro, saiu um artigo que me deixou um pouco mais preocupado. O título do artigo era: "Quem mente sobre rombos e o IPMF?" E nele se dizia que a arrecadação havia aumentado 50% em janeiro, que sobrara dinheiro até para reduzir a dívida; então, por que criar mais impostos? E isso batia com os números do economista Dércio Munhoz, secundado também pelo Deputado Delfim Netto.

Ministro Eliseu Resende, as minhas perguntas são as seguintes: A arrecadação realmente aumentou, ou é um equívoco da **Folha de S. Paulo?** E se não aumentou, como podemos minorar os efeitos negativos do IPMF, principalmente a quebra da anualidade e a quebra do sigilo bancário, que são os mais gritantes, a meu ver?

São estas as questões que apresento a V. Exª: O que a **Folha de S. Paulo** divulgou é verdadeiro? E se for verdadeiro, por que mais impostos? E se não for, como minorar os aspectos negativos desse imposto?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra o nobre Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

As preocupações de V. Exª são válidas, e confesso-lhe que a minha primeira semana à frente do Ministério da Fazenda foi dedicada a reflexões profundas sobre a natureza e as características desse imposto.

Foram reflexões profundas, debatidas com muitas pessoas, com técnicos e, longamente, com o próprio Presidente da República. O que tenho a dizer a V. Exª é que suas preocupações são válidas. Precisamos, evidentemente, considerar esse imposto dentro das características que citei aqui: é um imposto provisório, tem os seus pontos positivos e negativos. V. Exª realmente citou alguns pontos negativos, mas, na análise do conjunto, chegamos à conclusão de que é um imposto necessário, exatamente em decorrência da segunda parte da sua manifestação, quando se referiu à reportagem da **Folha de S. Paulo.**

A receita vinha realmente apontando determinados superávits. E é importante que nós os tenhamos, para que possamos tentar resgatar uma parte da dívida interna com moeda e resolver o problema da inflação, da redução da taxa de

juros para reestimular os investimentos. O fato de registrarmos superávits não significa que poderíamos dispensar o IPMF.

Ocorre, Senador, que, infelizmente, as despesas, particularmente as do mês de janeiro, cresceram, e registramos um déficit de caixa muito expressivo no mês de fevereiro. E o esforço enorme, extraordinário, que temos de desenvolver é no sentido de procurar equilibrar o nosso fluxo de caixa. Foi sob esse argumento que pesamos toda a nossa consideração a respeito do imposto. Trata-se de um imposto destinado a suprir as nossas deficiências de caixa.

Não é verdade que estejamos projetando superávits. Precisamos de tê-los, mas, infelizmente, eles não estão ainda em nossos horizontes. Precisamos do IPMF para compor as nossas contas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de 2 minutos, nobre Senador.

O SR. NEY SUASSUNA — Sentindo-me esclarecido, quero desejar ao Ministro Eliseu Resende todo sucesso, porque o sucesso da sua Pasta com certeza terá um reflexo tremendo sobre o nosso País, que precisa de melhores horizontes.

Sucesso! Que Deus o ilumine!

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência propõe que a sessão será prorrogada por mais 20 minutos, para atender os oradores inscritos. (Pausa.)

Não havendo oposição do Plenário, fica a sessão prorrogada por mais 20 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, que dispõe de 5 minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, tive oportunidade de expor alguns pontos de vista quando de um encontro com V. Exª, Sr. Ministro, no Ministério da Fazenda. E aqui reafirmo, preliminarmente, uma posição que é de fé e esperança neste País e no trabalho de V. Exª, porque temos de realmente mergulhar no país concreto, no país real e nos afastar do país das falácias, da mistificação.

V. Exª revelou, naquela ocasião e nesta tarde, um profundo senso de concretude a respeito do Brasil. V. Exª conhece este País desde os páramos mais remotos da Amazônia, onde teve oportunidade de abrir os primeiros caminhos para o desenvolvimento — porque sociedade é relação, e as relações sociais só surgem a partir de um meio que as aproxima às partes da relação — e V. Exª participou da abertura de estradas, sobretudo no meu Estado de Rondônia, e da reabertura da BR-364, Manaus — Porto Velho. Enfim, V. Exª tem essa visão e os pés no chão e nas estradas deste País e nas suas populações ribeirinhas e, por que não dizer, isso lhe dá um manancial de credibilidade para traçar os rumos desse país real. Parece-me que esse é um ponto importante, qual seja, o conhecimento que tem da administração, porque administrar é tomar decisões oportunas, adequadas e fazer o acompanhamento. Não basta tomar decisões, é preciso acompanhar.

Esse país, Sr. Ministro, esse Brasil real quer retornar à legalidade, quer voltar a uma normalidade há muito perdida.

Atualmente vivemos um clima de desobediência civil. Hoje, a Constituição e as leis não são respeitadas, e o primeiro passo da administração, para acertar, é exatamente fazer esse ajuste do respeito à lei e essa visão do mundo, do Brasil concreto.

Neste particular, Sr. Ministro, acredito que o plano que V. Exª deverá, junto com os demais ministros da área, apresentar à Nação, é fundamental. E ele, tenho certeza, poderá oferecer perspectivas para a solução dos problemas. Este País é imenso, V. Exª o conhece. E quando venho de Porto Velho a São Paulo, voltando a Brasília, vejo que a nossa população, que se adensa nas grandes cidades, tem a oportunidade de ser distribuída pelo território nacional, que só será nosso na medida em que o ocuparmos definitivamente, como ocorreu com a tentativa de ocupação do solo brasileiro que, em certos pontos, como em Rondônia, deu certo.

A começar daí, entendo que poderemos edificar a redenção nacional. Vivemos um momento **sui generis** e o Governo não pode perder. Houve um movimento no ano passado, o reencontro da Nação consigo mesma, com o seu destino; houve um momento de purgação purificadora e é hora, então, Sr. Ministro, de assentarmos os pés no chão, para juntos construirmos um Brasil possível, um Brasil com futuro, um Brasil viável.

Nesse particular, a experiência de V. Exª, acredito, dará uma contribuição importante para a reedificação da nacionalidade e da cidadania.

Evidentemente, falo da necessidade de respeitar-se a Constituição Federal até nas emendas. Votei favoravelmente ao IPMF no primeiro turno; discordei de pontos que ofendem os meus conhecimentos jurídicos e a minha concepção de respeito à Constituição, sobretudo, quando a Emenda nº 2 traz o IPMF quase como Pilatos no Credo, porque as disposições maiores que, até certo ponto — e eu estou convicto — de forma clara, concretamente, ofendem a Constituição em cláusulas fundamentais, sobre elas a emenda não tem alcance, só o poder constitucional originário.

Mas, nesse particular, alguns problemas parecem fundamentais. Não adianta ficar nesse círculo vicioso da inflação e da recessão. É preciso rompê-lo com praticidade e com essa visão concreta da realidade. Sr. Ministro, para isso é preciso ter ousadia, ousadia que espero venha gravada no plano de V. Exª Não adianta reclamar das taxas de inflação, se é o déficit público que desemboca na elevação permanente das taxas.

É claro que esse equilíbrio de caixa é fundamental, mas nunca é demais também bater numa tecla dos chamados desequilíbrios regionais e pessoais de renda. Há um contingente enorme de pobres em regiões ricas, assim como há ricos em regiões pobres. Aos primeiros, a tendência tem sido a implementação de políticas compensatórias; aos últimos, o Estado tem ainda despendido vultosas somas na forma de subsídios.

O que nós, que pretendemos ser representantes dos pobres das regiões pobres, poderemos ouvir da administração pública federal? Voltando à origem da minha pergunta: o Governo percebe e avalia os desequilíbrios regionais a partir de uma visão de funcionalidade ou como uma questão estrutural? Em um ou outro caso, que tipos de ações o Governo pretende propor para essas regiões? Soluções compensatórias ou poderemos iniciar as nossas discussões a partir de nossos próprios potenciais de desenvolvimento regional?

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Ministro. Tenho esperança que V. Exª, por ser um homem de competência reconhecida, um homem que conhece a vida brasileira, um homem que conhece esse País, por certo poderá dar soluções concretas, não abstrações, não planos mirabolantes, mas solu-

ções práticas para um Brasil concreto que reclama soluções viáveis.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Amir Lando.

V. Exª traçou características da minha atuação na vida pública dentro da linha de conhecer o Brasil, de ter pisado no chão em todos os cantos do território nacional.

Entendo, realmente, que essa é uma característica importante. Quando vemos o Brasil com esse tamanho continental, com suas diferenças regionais de desenvolvimento, ficamos impressionados sobre como seria possível, em termos nacionais, resolver igualmente todos os problemas desta Nação com tantas diferenciações regionais.

Onde quer que se esteja, em qualquer ramo da infra-estrutura, analisando as políticas econômicas, sociais, pensa-se que, na verdade, temos muitos "brasis". O meu Estado de Minas Gerais é do tamanho da França; o Estado do Maranhão é do tamanho do Japão; o Estado de São Paulo é do tamanho da Alemanha.

Seria fácil se tivéssemos que resolver os problemas apenas do Estado de São Paulo, ou do Estado de Minas Gerais, ou do Estado do Maranhão, ou do Estado de Rondônia. Teríamos condições de traçar uma política uniforme de uma forma bem mais adequada à real solução daqueles problemas.

Mas, o que temos? Temos um país de um tamanho enorme com muitas diferenças regionais.

Então, é preciso que, realmente, no cuidar das soluções regionais, conheçamos a nossa geografia pelo menos; conheçamos os problemas que existem na Amazônia, no Nordeste, no Sul, no Sudeste, no Centro-Oeste.

Acho que é verdade o que V. Exª afirmou. Temos que saber discernir, quando do lançamento das diretrizes de governo, as prioridades nacionais. Acredito que isso é uma consideração, uma ponderação muito importante, Senador Amir Lando, quando tivermos que refletir sobre a reforma constitucional.

Quero dar meu testemunho pessoal, aqui, de um homem que viveu muito no trato da infra-estrutura brasileira destinada a dar suporte ao seu crescimento econômico e à integração nacional. Houve muitos programas voltados para o trato das regiões de acordo com as suas características, além de uma vontade enorme de promover a solução para os desequilíbrios regionais de desenvolvimento.

Acho que a Constituição de 1988 trouxe determinados aspectos que talvez tenham prejudicado esse esforço. No momento em que houve a concentração dos tributos na sua origem, fortalecemos realmente aqueles Estados e regiões onde a origem era mais desenvolvida e possuidora de uma concentração maior de atividades econômicas.

Posso dar um exemplo no campo das estradas novamente: havia uma Taxa Rodoviária Única, que hoje se transformou em IPVA. 40% desse tributo era destinado à conservação das estradas federais; 40%, à conservação das estradas estaduais; 20%, à conservação das estradas municipais. No momento em que aquele imposto se transformou no IPVA cobrado pelos Estados, este ficou naqueles Estados onde é maior a frota automobilística. E aqueles pobres Estados do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste ficaram com as suas estradas órfãs, sem nenhuma condição de financiamento para sua conservação, porque os Estados não tinham fontes de recursos próprios para a conservação das estradas, e o Governo Federal não tinha recursos para conservar as suas BR nessas regiões menos desenvolvidas.

Então, acho que no momento em que estivermos meditando sobre a reforma constitucional — essa reflexão que V. Exª coloca agora é inteiramente importante — teremos instrumentos novos e valiosos para compensar as nossas diferenças regionais de desenvolvimento.

Agradeço, Senador Amir Lando, sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de dois minutos, nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Para contraditar. Sem revisão do orador.) Sr. Ministro, é evidente que V. Exª coloca uma questão num sentido bem mais amplo, mas essa grande caminhada começa pelo primeiro passo.

Sei que o Governo Itamar Franco tem, ainda, dois anos em ordem de grandeza. O mais importante é que nesse plano se faça a tentativa de, realmente, se pensar no Brasil: na imensidão, nas diferenças regionais, na pobreza, 60% da nossa população vive em condições de miséria. E é claro que se não pensarmos agora, não no amanhã, mas nas gerações atuais, não estaremos dando uma contribuição para a solução dos graves problemas do País.

Por isso, faço esse apelo a V. Exª É chegado o momento. O Brasil está maduro. Há um apelo da sociedade para se retornar à legalidade, para se retornar ao convívio normal onde a lei talha a conduta. É o momento de traçarmos essas metas. Sei que o curto prazo é importante, porque temos hoje um déficit; temos um desequilíbrio de caixa, mas se nós não sairmos desse dilema de inflação e recessão possivelmente ficaremos como o cão correndo atrás do rabo. Isto é pouco ainda, para o Governo; eu sei que pode ser muito, como meta imediata do Governo Itamar Franco, mas este País clama por uma solução bem superior, do tamanho, ao menos, do nosso território.

Eram as minhas considerações, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador. Estarei atento às ponderações de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há ainda cinco Srs. Senadores inscritos para interpelações.

Concedo a palavra ao nobre Senador Levy Dias. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. LEVY DIAS (PTB — MS. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, acredito em V. Exª, acredito em sua competência, em seu patriotismo, em sua seriedade na condução do Ministério da Fazenda.

V. Exª falou em controle rígido das estatais, que nunca obedeceram a alguém. Como V. Exª pretende fazer esse controle?

V. Exª falou em tarifas públicas corretas. As tarifas públicas, hoje, estão defasadas ? O petróleo, a energia elétrica, as telecomunicações, estão defasadas? Em quanto? O governo pretende corrigi-las? Quando?

Quanto sobra do Orçamento federal para investimentos? Segundo informações que temos, uma grande parcela se des-

tina apenas à rolagem da dívida; outra, à manutenção da máquina. E desejo saber quanto sobra para os investimentos.

Votei contra, Sr. Ministro, o IPMF no primeiro turno e votarei contra no segundo turno por convicção. Tenho apoiado o Governo, pretendo continuar apoiando-o, mas informei à Liderança do Governo que não tenho condições de votar a favor do IPMF exatamente pelo descontrole das estatais. Acredito que recorrer mais uma vez ao bolso do contribuinte não vai resolver o problema, a menos que seja feito um programa rígido de privatização. Portanto, o IPMF será apenas mais um tributo, mas as estatais levarão todo esse dinheiro pelo ralo. No dia da votação em primeiro turno, disse por que votava contra e trouxe apenas o exemplo da EMBRAER, que, num único mês, teve um prejuízo de Cr$1,3 trilhão.

São essas as questões que levanto, Sr. Ministro e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Sr. Senador Levy Dias, muito obrigado por suas considerações e suas perguntas, que são elaboradas com muita propriedade.

Penso que a questão do controle rígido das estatais foi colocada aqui, nos nossos princípios, e já tive oportunidade de tecer considerações a respeito.

V. Exª faz uma indagação muito importante: como controlar as estatais, os seus investimentos, uma vez que já houve várias tentativas, no passado, sem sucesso?

Devemos ter, amanhã e depois de amanhã, uma reunião, dirigida pelo Presidente Itamar Franco, com todas as estatais, para traçar determinados programas e diretrizes de atuação dessas empresas.

Talvez, Senador, o fato de eu ter passado por elas nos dê condições de melhor controle das suas atividades, porque conhecemos o espírito corporativista e a maneira como muitas das estatais do Brasil funcionam e trabalham. Acredito que isso também decorre muito de uma experiência empresarial vivida, no momento em que queremos que as estatais se comportem como se empresas privadas fossem.

A idéia, Senador, é nos aprofundarmos nos custos do escopo de trabalho da missão a ser desenvolvida pelas estatais individualmente. Quando digo custos, quero dizer custeios, despesas operacionais, acrescentando-se também os custos financeiros dos investimentos, a orientação real dos investimentos que devem ser feitos, das obras que devem ser concretizadas, para definir exatamente até onde vai o programa do investimento e do reinvestimento.

Entendo que — aqui, novamente, faço uma referência — o Tesouro, a União é um acionista que investiu numa estatal, numa empresa. É preciso que haja os dividendos; é preciso que haja o retorno. É preciso que se crie a mentalidade de que a geração de caixa numa estatal não é para reinvestimento. Poderá ser se houver uma conscientização do acionista de que aquele reinvestimento é necessário, dentro da filosofia e da programação do próprio acionista. O que estamos vivendo? A que estamos assistindo? Que estatal, que empresa de economia mista transfere dividendos para o Tesouro, na medida exata do retorno do investimento e do capital ali aplicados? Então, é necessário que o acionista tenha condições de entrar lá, programar e acompanhar a geração de caixa, a eficiência, a produtividade, a redução das despesas operacionais, das despesas correntes, para que haja a margem bruta de geração de caixa que poderá ser reinvestida, mas dentro de um programa de reinvestimentos ordenado e organizado pelo próprio acionista ou que implique em retorno para o acionista, sob forma de dividendos.

E mais — aí volto à segunda questão formulada por V. Exª —: quando fixamos os níveis das tarifas públicas, esses níveis são fixados para cobrir esses custos operacionais e de investimentos. Então é necessário que esses custos sejam racionalizados, minimizados para que possamos ter tarifas cobradas aos usuários, aos consumidores a níveis suportáveis. Se deixarmos as estatais no descontrole, em primeiro lugar não haverá para a União o retorno do capital investido e, em segundo, o povo vai ser sacrificado cada vez mais com tarifas públicas elevadas.

Quanto à segunda pergunta de V. Exª, a política tarifária parte deste princípio: primeiro queremos ver quais são realmente os custos das estatais para a prestação adequada de seus serviços; determinados esses custos, fixamos os níveis das tarifas. É importante que tenhamos uma política tarifária que possa premiar a produtividade das estatais, e que também possa fazer com que o valor real dessas tarifas seja preservado, dentro de uma forma paramétrica de planilha de custos adequada, para que esse reajustamento tarifário preserve, de um lado, o valor real da tarifa, o seu valor inicial e, de outro, que seja efetivamente neutro com relação à inflação. Em outras palavras, a política tarifária não pode ser realimentadora da inflação.

Finalmente, V. Exª faz a pergunta quanto à parte do Orçamento destinada a investimentos. Tenho aqui, no caso do exercício de 1992, dentro da decomposição da aplicação do recolhimento bruto da Receita Federal, o que vai para custeio e o que vai para investimento. Os recursos destinados ao custeio e investimento são insuficientes, ou seja, US$6,5 bilhões, cerca de 16%. O custeio aí é muito elevado. O investimento no Orçamento Fiscal representa uma parcela relativamente pequena, inexpressiva. Acho que os grandes investimentos que terão de ser disciplinados estão no âmbito das estatais. V. Exª citou a área do petróleo, da energia elétrica, das telecomunicações. Acredito que aí pode haver uma diretriz do Governo, no sentido de fazer com que esses investimentos atendam às prioridades econômicas, principalmente no que diz respeito à geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de dois minutos para responder, Sr. Senador.

O SR. LEVY DIAS (PTB — MS. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, acredito em V. Exª porque conhece o Brasil. Vivo lamentando o fato de os governos, em Brasília, não terem sensibilidade para perceberem o verdadeiro Brasil: o Brasil dos que produzem, dos que trabalham, dos que constroem. Eu sabia que a sua resposta seria no sentido de que os recursos de que dispomos para investimentos são mínimos. Assim, falar em retomar o crescimento no âmbito do Governo Federal é extremamente complicado. Estamos em fase de votação do Relatório Geral do Orçamento da União, em que todos estão brigando por emendas e destaques. Mas sabemos que lá na frente, depois que for aprovado e publicado no Diário Oficial da União, não vão existir recursos suficientes para o cumprimento desses compromissos, como ocorreu no ano passado.

Por que o Governo não estimula a iniciativa privada na área da produção? O meu Estado é produtor de alimentos e de grãos, mas está com a sua economia paralisada. Não há confiança, não há segurança, não há certeza; o clima é

de intranqüilidade total. Se o Governo acenasse — como disse aqui o Senador Ronan Tito — com uma esperança, uma tranqüilidade, uma segurança, parando de falar à imprensa em pacote 1, pacote 2, pacote 3, daria condições de o Brasil produzir. O Brasil que produz, o Brasil que trabalha, o homem do interior, que não consegue compreender o que ocorre em Brasília, tem condições de tirar o País dessa morosidade em que se encontra atualmente.

Eu disse que confio em V. Exª porque o conheço de longa data. O meu Estado lhe deve muito, porque V. Exª o abriu de norte a sul, do extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul até o norte, na Capital, Cuiabá, passando pela nossa Capital, Campo Grande. Foi V. Exª quem abriu aquele Estado. Tenho enorme esperança de que V. Exª tenha sensibilidade para convencer o Presidente da República a abrir o Brasil com seriedade à iniciativa privada. O mundo inteiro faz isso; a China, a Albânia, vários países. Há uma necessidade imensa de que o povo brasileiro, os homens que trabalham e que produzem — quando falo em trabalhador falo em todos que trabalham: o empresário e o empregado —, possam arrancar o Brasil dessa inércia. Todos os dias sinto isso no meu Estado. As pessoas perderam a fé na aplicação. Por onde ando — e acredito que isso ocorra com todos os Srs. Senadores — perguntam-me onde e no que investir. Hoje ouvi essa pergunta. Antes, investiam na atividade produtiva. Mas a época da ciranda financeira já passou, e acredito que há condições de se abrir essa perspectiva.

Desejo toda sorte a V. Exª para conseguir superar os humores do Sr. Presidente da República, a fim de que tenhamos condições, lá no interior, de confiar no Governo e que possamos desenvolver um trabalho sério, gerar empregos, riquezas e recursos para a Previdência Social.

Fez V. Exª uma observação sobre a derrubada, na Constituinte, do Fundo Rodoviário Nacional. Falei sobre esse assunto, porque entendia que era o caminho para mantermos o nosso Brasil em condições de, pelo menos, transportar a produção. Atualmente, a situação do meu Estado é precária em se tratando de transporte de alimentos lá produzidos. Nós produzimos soja, milho, arroz, carne em abundância, sadia e vigorosa. Estarei torcendo para que V. Exª me perdoe por ter que votar amanhã contra o IPMF. Já votei no primeiro turno e disse por quê.

Acredito que V. Exª não teve condições de, em uma semana, montar um programa, já que V. Exª não é milagroso. Quero deixar registrado esse apelo como homem do campo e do interior. O Brasil tem todas as condições de sair da situação em que se encontra; basta que o Governo dê aos produtores, aos homens que trabalham, condições de confiança, de fé e de segurança.

Quando o jornal divulga uma notícia — como ocorreu nesta semana — do pacote que estaria sendo formulado pelo Ministro Paulo Haddad, há um gelo geral da Nação, porque era exatamente uma conversa ao inverso daquela divulgada pela televisão e pelo jornal. Não digo que o Ministro fez ou deixou de fazer. Mas a notícia de que havia, no plano, um projeto de congelamento e de confisco põe o recurso do Brasil a correr daqui. Confio em V. Exª e peço que leve esse apelo ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Ministro da Fazenda, Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Levy Dias, por suas palavras, pela formulação de seus votos. Gostaria apenas de tecer considerações, endossando o pronunciamento de V. Exª, no sentido de que não é o Governo, na verdade, que vai promover o desenvolvimento da economia. Temos que dar condições efetivas ao setor privado porque este, sim, será o responsável pelo crescimento econômico.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues. Fazendo soar a campainha.) — Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por trinta minutos. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão.

Concedo a palavra, para interpelação, ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tentarei uma objetividade que não sei se a minha limitada inteligência vai conseguir.

O ajuste fiscal — podemos ser francos, o Brasil não ignora isso e alguns simulam não saber —, como quase todos os choques econômicos e financeiros já realizados no Brasil, é um choque constitucional. V. Exª mesmo, hoje, afirmou que o IPMF incide igualmente sobre os contribuintes, independentemente da capacidade econômica de cada um. Isso já é uma irregularidade. A inserção, na Constituição, de um dispositivo transitório é outra inconstitucionalidade, e, historicamente, vamos pagar um preço muito alto por isso, porque esse pecado, esse equívoco jamais será esquecido.

Mas o Brasil tem tolerância, assimila essas coisas. Todos estamos sentindo que alguma coisa de exceção precisa ser feita. Então, vamos fazer o ajuste, inconstitucional — mas ele é necessário.

Nobre Ministro Eliseu Resende, o Presidente encaminhou ao Congresso Nacional um ajuste fiscal, e a Câmara dos Deputados nele inseriu uma reforma judiciária, criando duas ações: uma ação declaratória de constitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal, e uma ação de interpretação do Direito Federal, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

No fim da década de 60, quando se discutia aqui, no Plenário, a avocatória — que é uma ternura, um amor de medida perto da violência das duas ações que estão embutidas nesse ajuste fiscal, tal como estão — o então Senador Itamar Franco disse que a avocatória era uma castração dos direitos de cidadania e um perigo para a realização da justiça jurídica. Não creio que ele tenha mudado de opinião.

Para não perturbarmos o ajuste fiscal, não fizemos a emenda que pudesse colocar nessas duas ações, pelo menos, uma possibilidade de revisão das sentenças que delas emergirem, coisa que até a **common law**, que é a única fonte dessas duas ações, nunca ocorreu no Brasil, nem a **common law**, que tem aquela vinculação precedente ao julgamento anterior, deixa de ter um mecanismo de revisão.

Por isso, temos duas ações brutais, castradoras da cidadania e emperradora da Justiça, porque a tendência dessas decisões é transformarem-se em leis imodificáveis, mais fortes que as leis que este Congresso Nacional pode fazer. Estamos no choque do absurdo, no choque da agressão ao bom senso. É verdade que o Governo não trouxe essas duas ações embutidas dentro do ajuste, mas abraçou a sua inserção.

Será que precisamos para a excepcionalidade inconstitucional deste ajuste fiscal de semelhantes violências jurídicas?

Será que o Governo não tem sensibilidade para o absurdo dessas ações, ambas com eficácia **erga omnes**, o que é completamente contrário à nossa tradição judicial, à tradição do nosso direito, ambas com efeito vinculativo, ou seja, ligando os outros juízes de tal forma que ninguém poderá decidir de maneira diferente daí para diante; nenhum cidadão que se sentir afetado por um ato normativo do Governo, ou por alguma lei de iniciativa de seu interesse, poderá ir ao juiz buscar justiça se se sentir afetado por essas decisões. Estamos no limite do absurdo, nobre Ministro Eliseu Resende. Tenho a certeza de que, não sendo essa a sua especialidade, V. Exª ponderará comigo que o Governo ainda tem tempo, para que, amanhã, possamos excluir do texto a reforma judiciária.

Quero acrescentar um detalhe: o imposto é provisório, mas as ações são permanentes, são para ficar. Por isso, o imposto é uma solução conjuntural que, com a tolerância e a compreensão de quase todos, está sendo tocado para frente; vai ser assimilado; vai ser aprovado. Mas será que temos que aprovar, Sr. Ministro, o absurdo dessas duas ações dentro desse contexto? Só vou lembrar um aspecto prático, porque o meu tempo já está passando.

Há cerca de seis meses, recebi do Supremo Tribunal Federal o levantamento de seus julgamentos, desde a promulgação da Constituição Federal de 88, até esse período, seis meses atrás. O Supremo Tribunal Federal não havia julgado mais de 30 ações de inconstitucionalidade. Em resumo, quero dizer que, nem do ponto de vista prático se justificam essas duas ações, porque o Supremo Tribunal Federal não tem condições materiais para atender à demanda. Atende apenas a um quinto da demanda. Vamos triplicá-la, multiplicá-la com essas duas ações. Estamos no nível do absurdo. Tenho certeza, nobre Ministro Eliseu Resende de que, assim como existe um tácito acordo, que agora estou tornando explícito, isto é, assim como todos sabemos que esse ajuste é inconstitucional, que estamos colocando, conjunturalmente, a estrutura constitucional de lado para, em regime de exceção, dar uma oportunidade ao Governo Itamar Franco para resolver questões fundamentais, já que estamos fazendo isso, é preciso sobrepor a esse sacrifício da constitucionalidade brasileira, a violência dessas duas ações? Essa é a minha pergunta. Qual é a opinião de V. Exª a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra o Sr. Ministro da Fazenda, Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador José Paulo Bisol...

V. Exª se referiu corretamente ao fato de não ser uma área da minha especialidade de análise e de julgamento. Contudo, as colocações de V. Exª estão bem ponderadas. Esse assunto realmente trata de uma matéria introduzida na discussão da emenda no âmbito do Congresso Nacional, quer seja no que diz respeito à ação declaratória da constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, quer seja a ação direta de interpretação do Direito Federal junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Por certo, esse assunto será analisado pelo Governo através das suas áreas, no âmbito da sua Consultoria Jurídica, no âmbito da sua Procuradoria e da sua Assessoria, para que o assunto possa ser melhor debatido pelas nossas Lideranças junto ao Senado Federal.

Gostaria, apenas, de esclarecer mais sobre um aspecto prático, Senador José Paulo Bisol.

As informações que se têm — e isso teria que ser olhado muito sob o aspecto da nossa atuação no Ministério da Fazenda e da necessidade que temos de aumentar as nossas arrecadações, a nossa receita, para vencermos os problemas que já descrevemos na sessão de hoje — a avaliação que temos é a de que, se somarmos os vários contenciosos jurídicos existentes no País, eles atingiriam cerca de 320 mil ações, envolvendo US$21 bilhões.

Há, portanto, o entendimento de que, na medida em que haja essa consulta prévia, poderíamos normalizar um comportamento em relação à situação constitucional e jurídica de determinadas decisões tributárias do Poder Federal, e, assim, podermos auferir, rapidamente, as soluções desse questionamento em função ou em benefício da Receita Federal.

Portanto, são essas as colocações que faço a V. Exª mais no sentido de ordem prática, de ordem do homem do Tesouro que quer ter a sua arrecadação de forma expedita, mas menos no sentido da análise jurídica que V. Exª formula. Levaremos o assunto à consideração dos setores próprios do Governo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Estou satisfeito, Sr. Ministro, com a resposta.

Gostaria de acrescentar apenas que não ignoro as dificuldades que o Governo tem, relativamente ao ajuizamento de ações, sempre que seus atos normativos, ou suas leis, interfiram nos direitos do cidadão brasileiro. Se que, se adotássemos uma solução discricionária, como é o caso dessas duas ações, tal como elas estão formuladas, poderíamos discutir, colocar-lhes junto um mecanismo de revisibilidade. Com isso, diminuiríamos a discricionariedade pelo menos.

Estou afirmando que as ações estão colocadas de uma forma brutal, crua, sem nenhum mecanismo de revisibilidade. A meu ver, esta é uma boa oportunidade para amadurecermos a consideração dessa reforma judiciária, embutida no ajuste fiscal. Quem sabe, separarmos essa parte do texto para uma apreciação mais amadurecida, mais profunda, com emendas que adicionem a essas ações, pelo menos, um mecanismo de revisão.

Quero aproveitar o ensejo, ao encerrar a minha intervenção, para desejar a V. Exª, que é um homem brilhante, de inteligência indiscutível, todo o êxito na tarefa na qual está investido. Tenho a convicção de que o governo Itamar Franco, com a colaboração de V. Exª, poderá pelo menos desencadear o início de um processo de equilíbrio na economia e de justiça social.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica que cancelou a sessão conjunta que se realizaria hoje, às 20 horas, e convocou outra, solene, a realizar-se amanhã, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Benedito Valadares Ribeiro, pelo transcurso do centenário do seu nascimento.

Continuando a lista de interpelantes inscritos, concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB — AM. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Eliseu Resende, em primeiro lugar, eu

gostaria de parabenizar V. Exª pelos 15 tópicos apresentados nesta Casa. Acredito que este Senado se sente feliz em tê-lo recebido, assim como ficará toda a população ao saber da exposição de V. Exª

Todos os Senadores desta Casa sabemos que, caso consiga implementar parte dos 15 tópicos aqui expostos, V. Exª não só ficará até o final do Governo Itamar Franco mas também será sondado e cobiçado pelo próximo Presidente da República.

Parece-me muito difícil, Sr. Ministro, que V. Exª consiga domar as estatais, porque, segundo os jornais, neste momento está havendo um leilão, por parte do Governo Federal, de 4.500 cargos. Não acredito que ministro algum tenha força suficiente para exonerar presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil ou de qualquer estatal que tenham sido nomeados por um Senador, um Deputado, um amigo do Presidente ou um amigo de amigos do Presidente. Já vimos este filme, o qual a sociedade brasileira está cansada de ver: o dinheiro da população destinado a tampar buracos, como disse o Senador Levy Dias. Essa cena dificilmente mudará, mas todos desta Casa e toda população brasileira esperamos que V. Exª consiga, efetivamente, dominar essas estatais, para que haja um aproveitamento melhor do dinheiro público.

Tenho três perguntas para V. Exª

V. Exª fala na retomada seletiva do crescimento e do emprego e no combate à sonegação.

Observamos que, há tempo, cada vez que muda o Ministro da Fazenda, substitui-se o Secretário da Receita Federal, o que é contraprodutivo. O Secretário tem de fazer seu trabalho com uma equipe formada, com as superintendências, que por sua vez atuarão com suas regionais.

V. Exª disse que há 50% de sonegação. Se continuar a haver substituição do Secretário da Receita Federal a cada mudança de Ministro, dificilmente obteremos eficiência da máquina arrecadadora. Terá sempre o Governo Federal de submeter medidas inconstitucionais iguais a esta, para que esta Casa, em mais um momento de confiança, aprove para resolver o problema de caixa do Tesouro.

Não tenho amizade pelo Secretário da Receita, sequer o conheço, tampouco é do meu Estado o Secretário da Receita. Mas esta Casa já o conhece, pois estamos vendo o trabalho que vem preparando para que seja implementado tão logo seja confirmada — como sempre acontece — a linha de trabalho do Ministro novo.

O Secretário atual já passou por dois Ministros. Esperamos que ele possa continuar fazendo o seu trabalho e que possamos ajudá-lo a aumentar a arrecadação do Tesouro Nacional, para que, conseqüentemente, tenhamos mais dinheiro para investimento.

Com relação à política de exportação, tenho uma pergunta em dois tópicos.

V. Exª vem do setor energético. Gostaria que V. Exª explicasse qual a política de incentivo à exportação a ser empreendida em gestão, centrando suas respostas nestes dois tópicos: a) A exportação terá como objetivo a maximização de uso de mão-de-obra nacional nos bens a serem financiados? Ou seja, a política de criação de empregos estará na base da política de financiamento? b) O Brasil continuará a ser praticamente o único país que ainda concede créditos para execução de obras civis sem vincular o fornecimento de equipamentos associados? Foi o que ocorreu nos casos de Pichis e Picún Leufú, na Argentina, em que o Brasil liberou US$209 milhões e tem mais um pedido de US$90 milhões, para se seja financiada mão-de-obra em território argentino, para construção de hidrelétrica, sem contrapartida absolutamente de emprego em território nacional.

Já tive oportunidade de fazer esta segunda pergunta ao ex-Ministro Paulo Haddad, na Comissão de Justiça, cuja resposta adiantarei a V. Exª A pergunta é: qual o custo com que o Tesouro terá que arcar para remunerar os bancos que farão a cobrança do IPMF? Quantos dias os recursos ficarão retidos na rede bancária? Os referidos recursos serão recolhidos com correção devida?

O ex-Ministro Haddad nos respondeu, a todos os Senadores que estavam na Comissão, que se pretendia que os recursos ficassem na rede bancária durante o período de sete dias.

Tomando uma inflação de praticamente 30% ao mês e dividindo esses recursos de sete dias, teríamos os recursos nos bancos durante quinze dias. Sobre uma receita de US$7,2 bilhões da arrecadação do IPMF, a um risco zero, literalmente zero, sem apresentar nenhum risco em empréstimo e ainda usando o caixa desse recurso para comprar títulos do Governo diariamente, os bancos teriam aproximadamente US$1 bilhão de lucro.

Qual a política que V. Exª pretende adotar com relação a isso na tramitação complementar, se aprovado amanhã o IPMF?

Quero dizer a V. Exª que votei contra no primeiro turno, votarei contra no segundo turno e já voltei a esta tribuna pedindo ao Presidente que retire a medida. E esta Casa deverá pensar até amanhã, pois espero que o IPMF não seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, Ministro Eliseu Resende.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado pela sua manifestação, Senador Gilberto Miranda.

V. Exª se referiu, inicialmente na sua exposição, aos 15 itens que aqui apresentamos, nos formulando votos para que alcancemos a consecução de pelo menos uma parte deles.

Gostaria de ressaltar que, na verdade, esses itens, Senador, orientarão o nosso programa de Governo, orientarão as metas que viremos a traçar. Será ao longo desses caminhos que prosseguiremos. Evidentemente, o tempo que gastaremos para atingir essas metas varia segundo as características de cada item. Mas se trata de uma exposição de princípios e de crenças que vão orientar-nos no debate do programa de ação do Governo.

V. Exª também registrou o seu ceticismo em termos da capacidade de quem quer que seja de conseguir dominar as estatais, ressaltando particularmente os aspectos relacionados com as indicações políticas para preenchimento deste ou daquele cargo.

De certa forma, V. Exª tem razão, mas é importante registrar que, quando se tem uma orientação segura, a personificação das pessoas, as características pessoais daqueles que têm de cuidar da gerência deste ou daquele programa não têm tanta relevância quando o programa é definido e orientado de forma segura e precisa. Costumo dizer que liderança não se impõe, inspira-se. O importante é que tenhamos uma orientação, uma formulação segura a respeito do que deve ser feito. Isso facilita a execução e o cumprimento das tarefas pelas pessoas encarregadas da consecução das metas.

Concordo com V. Exª a respeito das suas considerações sobre a questão dos provimentos técnicos de determinadas áreas, que devem ser precedidos de uma segurança, de uma continuidade. V. Exª cita especificamente o caso da Secretaria da Receita Federal. Eu citaria outros. O ideal seria que tivéssemos realmente determinados pontos básicos do funcionamento da máquina governamental, elementos que possam não apenas ter competência, mas que também inspirem confiança e segurança e haja continuidade naquela programação.

Evidentemente, essa continuidade não se assegura, predominantemente, para manutenção do homem-chefe, do homem-cabeça, mas predominantemente pela manutenção de uma equipe coesa, de uma norma e de uma diretriz permanente, sólida e segura.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer a V. Exª Claro que, no caso do incentivo à exportação, é importante o tratamento, a formulação da política cambial, assim como que se estimulem seletivamente também os fatores determinantes para exportação dentro daquelas atividades que possam produzir maior geração de emprego. Creio que isso ficaria muito bem inserido na política social do Governo.

Finalmente, quanto à última pergunta de V. Exª, nobre Senador, com relação ao custo da operacionalização bancária do IPMF, tive informações de que, no caso do recolhimento pela rede bancária, se se verificar num prazo de 7, 10 ou 15 dias, os números relacionados com esses custos se aproximam daqueles estimados por V. Exª Na verdade, teríamos uma estimativa de US$700 milhões; V. Exª, de US$1 bilhão.

Portanto, a minha equipe e eu estaremos trabalhando para encontrar soluções expeditas de tramitação desses recursos na rede bancária para que o recolhimento ao Tesouro Nacional se faça em prazo muito mais curto e possamos vir a ter uma remuneração em montante menor, razoável para cobrir os custos dos serviços bancários, mas que não seja um montante exagerado quanto à quantificação real do que será arrecadado e também com relação ao custo dos serviços prestado pelos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador, V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB — AM) — Sr. Ministro, eu gostaria de desejar a V. Exª votos de felicidade e que realmente se cumpra o que está sendo dito por V. Exª, ou seja, que, sob uma liderança e sob princípios, se consegue ter uma produtividade e afastar a corrupção. Tenho minhas dúvidas. Sabemos que nas estatais, indiferentemente, há uma corrupção terrível. Não estou aqui para dar nomes nem valores, mas espero que, sob a orientação de V. Exª de colocar pessoas mais técnicas — mesmo com indicações políticas —, se consiga uma eficiência maior que permita ao Tesouro aumentar o volume de recursos para mais investimentos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Sou eu quem agradece, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que disporá de 5 minutos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, nem adianta expor o questionamento técnico da matéria que será, amanhã, examinada nesta Casa.

Mas vale dizer, por certo, a V. Exª que há, em segmentos como a Ordem dos Advogados do Brasil, uma esperança de que a luta contra a sonegação possa resolver os problemas básicos do Tesouro Nacional e, por que não dizer, os problemas da Receita Federal.

Hoje, Sr. Ministro, já temos funcionando a Advocacia-Geral da União, que, por certo, por seu trabalho, pela sua atividade, dará força à União nos seus questionamentos judiciais, capazes de lograr sentenças pelas quais sejam compelidos os devedores a devolverem ao Estado aquilo que deveriam ter pago em hora oportuna e não o fizeram.

Pergunto, primeiramente, a V. Exª: como será a luta contra a sonegação? Que pretende fazer V. Exª contra a sonegação a curto prazo? O que fazer com a sonegação amanhã, imediatamente? Isso é básico.

Toda a expectativa — com alguns votos contrários — é a de que o IPMF seja aprovado amanhã, muito embora dúvidas profundas existam quanto às alterações inerentes ao Poder Judiciário. Como V. Exª se comportará, no seu pleno, à frente dessa importante pasta, na hipótese da total rejeição da emenda amanhã, em segundo turno? Qual será o comportamento do Governo diante de uma rejeição, que não é provável, mas que poderia, ou poderá, acontecer?

Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta, Sr. Ministro, é sobre a Receita Federal. O ex-Ministro Delfim Netto, que V. Exª conhece tão bem, pela sua competência, pela sua cultura nessa área em que V. Exª se insere neste momento, disse que a Receita Federal não existe; foi desmantelada, desmontada.

Ninguém sabe para quais diabólicos destinos, para quais diabólicas determinações, mas a verdade é que, na gestão do ex-Secretário da Administração Federal, João Santana, tudo se fez contra a Receita Federal. Com certeza, V. Exª não dispõe desse órgão — com todas as possibilidades que ele teria — dentro da estrutura do Ministério restituído para ser, basicamente, o Ministério da Fazenda. O que vai fazer V. Exª com relação à Receita Federal: reconstituí-la de imediato ou adaptá-la à realidade da luta contra a sonegação?

São essas as perguntas que faço a V. Exª

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador.

No que diz respeito à questão da Receita Federal e do combate à sonegação, V. Exª realmente abordou o ponto principal do sucesso e do êxito do nosso trabalho à frente da Pasta da Fazenda. Dizem que o bom ou o melhor Ministro da Fazenda é aquele que aumenta a receita, respeitadas as leis e os direitos.

Esse trabalho deve ser feito. Tivemos oportunidade de discutir a respeito do que representa um resultado melhor da arrecadação em relação a tudo isso que estamos conversando e, particularmente, sobre o montante que se quantifica do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras.

O que fazer? Claro que temos que partir para reestruturar a Receita Federal e, particularmente, reorganizar, ampliar e atualizar cadastros de atuais e possíveis contribuintes — o mais é cadastramento e fiscalização, os dois pontos básicos — o sentido de que possamos ter realmente um êxito na melhoria dos montantes a serem arrecadados.

Não é um trabalho fácil — é muito simples de dizer isso — mas a reestruturação de um órgão depende de muitos esforços e empenhos; e estaremos empenhados nessa direção.

A outra pergunta de V. Exª é quanto à hipótese de rejeição do IPMF. O que fazer? Na hipótese de rejeição, resta-nos sofrer as conseqüências de um déficit maior no nosso fluxo de caixa. Tivemos oportunidade de dizer que este imposto é provisório e vai socorrer, a curtíssimo prazo, a crise fiscal, o problema do déficit público, a necessidade que temos desses recursos para o equilíbrio do fluxo de caixa e para o resgate parcial da nossa dívida interna, que tanto onera, não apenas as taxas de juros, mas os índices inflacionários.

De forma que, diante dessa hipótese, é claro que teremos de procurar soluções alternativas ou partir para esforços elevados no sentido do aumento da receita e da contenção de despesas.

É a resposta que ofereço à sua pergunta, dentro da hipótese sugerida.

Neste caso, faço um apelo ao Senado no sentido de que essa nossa proposição, de que essa mensagem do Governo venha a ser aprovada e, assim, possamos contar com o imposto, que ainda deverá ser trabalhado e discutido detalhadamente junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para sua regulamentação no menor prazo possível.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe ainda de dois minutos, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — Sr. Presidente, o Ministro Eliseu Resende foi muito claro e objetivo, de tal sorte que não há, de minha parte, necessidade de complementação. Apenas desejo que, seja qual for o resultado de amanhã, S. Exª tenha muita felicidade e muita sorte para trilhar esses caminhos tão difíceis e os caminhos que foram fechados pelo Governo anterior.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Senador Pedro Simon. V. Exª disporá de cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, creio que vivemos, nesta tarde de hoje, uma sessão muito importante com o pronunciamento de V. Exª Todos sabemos que, desde a saída do ilustre e extraordinário Ministro Paulo Haddad até o momento de hoje, havia uma incerteza, uma interrogação pairando na imprensa, na opinião pública e, por que não dizer, pairando nesta Casa com relação à exposição de V. Exª

É compreensível. Afinal, o Ministro da Fazenda é, por todas as causas, o grande responsável pela condução da economia do País. E o Ministro da Fazenda que estava conduzindo a chamada reforma fiscal saiu entre o primeiro e o segundo turno de votação no Senado; conseqüentemente, havia uma interrogação maior com relação ao que aconteceria com os rumos da economia e do Governo neste País.

Convém ressaltar como é importante e significativa a presença, aqui, de tantos ilustres Senadores, que, depondo, debatendo, criticando, sugerindo e analisando, com suas manifestações, trouxeram o sentido da busca do equilíbrio que estamos encontrando. Sabemos que não há aqui uma uniformidade de pensamento. Sabemos que, como esse tributo, esse Governo que aí está, composto de forças ecléticas, heterogêneas, é, de certa forma, algo difícil de ser levado adiante, difícil de caminhar. Afinal, um dia, é a Ministra Luíza Erundina do PT que é convidada; outro dia, é V. Exª, que vem de um outro setor representativo da sociedade, que é convidado.

Qual será o rumo desse Governo? Para onde ele caminhará? O que ele buscará a nível de futuro? Esse é o nosso desafio.

Não estamos vivendo uma época de normalidade: afastamos um cidadão que havia sido eleito com trinta e cinco milhões de votos e colocamos na Presidência da República um homem que sequer tem filiação partidária. O rumo deste Governo será o rumo em que nós haveremos de conduzi-lo; o rumo deste Governo será o rumo em que o conjunto da sociedade e, de modo especial, o conjunto do Congresso e, de um modo muito especial, o conjunto desta Casa haverá de conduzi-lo.

Recebi, com muito respeito, o debate e as informações tranqüilas e serenas de V. Exª que diz, de saída, que não é o gênio da economia e nem trouxe a fórmula milagrosa que alguns imaginavam. Até o último minuto, esperava-se que V. Exª tivesse o grande plano de solução. Alguns diziam até que V. Exª teria trazido o "ABC do óbvio". Mas a verdade é que V. Exª trouxe, com competência e seriedade, a argumentação necessária para que o sentimento de agora, ao contrário do que se sentia pela manhã, seja de tranqüilidade.

Dizia, quando me perguntavam no final da semana passada, que a resposta e a tranqüilidade estariam muito no pronunciamento de V. Exª, que, de acordo com o que dissesse, afirmasse e apresentasse aqui, seria o grande argumento para a votação de amanhã. E não apenas para a votação de amanhã, mas para que se restabelecesse a tranqüilidade necessária para a continuação da caminhada. Dizíamos que era séria e importante a saída de um Ministro, mas que a repercussão tinha sido além daquilo que se poderia imaginar.

V. Exª aqui comparece, e felicito-o pelo seu pronunciamento.

Mas como havia combinado com V. Exª que se, até este momento, não fosse feita nenhuma pergunta envolvendo as suas contas no Tribunal de Contas da União, eu a faria, e agora a faço, certo de que ela não lhe pega de surpresa porque, assim que essa notícia saiu nos jornais, conversamos, V. Exª, o Presidente da República e eu, sobre o assunto e V. Exª disse que fazia questão de trazer ao Senado a devida explicação.

Creio que, por elegância, essa pergunta não foi feita.

Quando disse que assomaria à tribuna, o ilustre Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy, entregou-me uma pergunta por escrito nesse sentido, e a imprensa já estava a perguntar se teria havido algum entendimento para que ninguém tocasse nesse assunto. Respondi que não. Não foi feita a pergunta porque acharam que não se deveria fazer.

Creio até que, pelo seu passado, pela sua maneira de ser, pela clareza da sua exposição, provavelmente, os Senadores pudessem achar que, fazendo essa pergunta, melindrariam V. Exª e alterariam o sentido desta sessão. Creio que não. V. Exª é um homem público, que teve suas opiniões, suas teses, e sabe que, muitas vezes, passando pela vida pública, acertamos e erramos, divergimos e convergimos. Acredito que esta é uma grande hora de entendimento, mas creio também que esta pergunta é necessária.

Gostaria que V. Exª expusesse à Casa e à Nação o seu ponto de vista, a sua análise, a sua interpretação, a sua palavra,

com relação ao célebre caso que a imprensa publicou, envolvendo as contas e o passado de V. Exª com relação a isso.

Essa é a pergunta que faço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, na forma regimental, e como já foi dito anteriormente pelo Presidente titular, V. Exª poderá responder a pergunta se desejar, já que ela não está incluída no texto de convocação.

Porém, V. Exª, querendo, poderá responder.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — *Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Senador Pedro Simon.*

Respondo esta pergunta com muita tranqüilidade, porque foi sempre com muita tranqüilidade que, na ocasião, tive a oportunidade de assistir a esse episódio. Sempre que sou indagado a respeito dessa questão — e quantas vezes elas me foram levantadas! — eu as analisei e dei as explicações com muita tranqüilidade e segurança.

Quando o Presidente da República me convidou para assumir a Pasta da Fazenda, confesso a todos os Srs. Senadores aqui presentes, aceitei com a maior relutância. Tive a oportunidade, inclusive, depois de aceitar a convocação do Presidente da República, de voltar ao contato com o Presidente e solicitar de Sua Excelência a reconsideração. O nobre Senador Pedro Simon é testemunha disso e endossa esta minha expressão, nesta Casa.

Mas eu gostaria de deixar claro que essa minha relutância em aceitar este cargo em nada tem a ver com a intranqüilidade do meu comportamento pessoal e com a minha história. Comportamento pessoal este e história esta que foram aventados, vasculhados e apresentados pela imprensa nacional em todos esses dias, desde a minha posse até o dia de hoje.

A intranqüilidade não existia. O que existia, com relação à relutância de aceitar a função, era a responsabilidade do cargo, exatamente o desafio que tínhamos pela frente e que foi aqui debatido exaustivamente.

Os Srs. Senadores me fizeram inúmeras perguntas, todas formuladas com a maior propriedade, e cada um de nós muito cético com relação à consecução desses objetivos.

Descrevemos aqui a passagem pela Pasta da Fazenda de inúmeros Ministros, todos talentosos, todos competentes, todos patriotas, na procura das soluções, que, se fossem fáceis, se existissem, se pudessem ser percebidas, captadas, encontradas com relativa facilidade, por que já não teriam sido implantadas? Quantos homens competentes passaram pelo comando da economia nacional? Quantas missões técnicas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do BIRD, de consultorias internacionais e de bancos foram realizadas? Quantas sugestões, manifestações e contribuições surgiram e surgem das associações de classe, dos empresários, dos sindicatos? Ora, se essas soluções existissem com tanta facilidade, será que não teriam sido implantadas? Então, isso se configura diante de nós num quadro extremamente difícil, um desafio da mais alta responsabilidade.

Então, ser Ministro da Fazenda no Brasil, neste delicado momento da vida econômica do País, não é cargo a que se aspire, não é posição que se ambicione, não é **status** que se pretenda e que se deseje.

Então, foi o peso dessa responsabilidade que me fez relutar, muitas vezes, junto ao Presidente da República, para não aceitar o cargo. A convocação foi peremptória e tive de aceitar a função.

Após isso, vieram, evidentemente, manifestações a respeito do meu passado, da minha história, da minha vida de cinqüenta anos de trabalho e de sacrifícios devotados ao País. Evidentemente, surgem episódios na vida administrativa do País.

Fui Diretor-Geral do DNER no período de 1967 a 1974, durante sete anos. Nessa época, muitos dos Senadores aqui presentes, Governadores de Estado e Deputados acompanharam o nosso trabalho. Foi um trabalho gigantesco, do qual me orgulho com toda a minha sinceridade, porque pisei no chão deste País em muitos pontos e em quase todos os pontos. Conheço a geografia do Brasil não de estar voando, fazendo pouso ou escala nessa ou naquela cidade; pisei no chão, andei na terra brasileira, construindo e asfaltando estradas. Foi um trabalho exaustivo, feito com todo patriotismo, com todo denodo, com todo entusiasmo. Naquela época, construímos quarenta ou cinqüenta mil quilômetros de estradas. Foi realmente uma obra gigantesca. Eram as estradas que o Brasil precisava.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União atrasou na análise das contas do órgão num período de 1964 a 1973. Nesse atraso na verificação das contas para aprovação das mesmas, o Tribunal de Contas da União mandou uma inspeção extraordinária no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para examinar, em conjunto, coletivamente, todas as contas em pacote, num bloco, de 1964 a 1973. Essa análise não foi apenas desse ou daquele ato administrativo, mas uma análise coletiva e geral do comportamento e da sistemática do órgão em vários procedimentos, em várias atividades, em vários tipos de atuação.

Naquela época, tínhamos uma sistemática e uma legislação incipientes com relação à contratação, a aditivos contratuais, à prestação de contas, à transferência de funcionários, a suprimentos e com relação à publicação dos contratos. O entendimento da legislação era ainda muito embrionário e incipiente, porque isso foi há mais de 20 anos.

Decidiu o Tribunal de Contas da União, na análise desse bloco de contas, de 1964 a 1973, multar o órgão, o DNER, os ordenadores de despesa, em dois salários mínimos por exercício, durante todo o período, coletivamente, de 1964 a 1972. Então, todos os diretores-gerais do DNER que ocuparam o cargo nesse período de 1964 a 1973 foram multados em dois salários mínimos, não porque eles eram os diretores-gerais, mas porque eram os chamados ordenadores de despesas, por conta de irregularidades formais, assim apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Mas isso não tirou do Tribunal de Contas da União a decisão de aprovar as minhas contas e de me dar a baixa de responsabilidade. Esse documento pode ser obtido, por quem quer que seja, no Tribunal de Contas da União, atestando que as minhas contas foram aprovadas integralmente, o que atesta a lisura e o comportamento moral do meu desempenho na Direção-Geral do órgão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — As contas foram aprovadas?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — As contas foram aprovadas, com baixa de responsabilidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — A imprensa tem publicado que as contas não foram aprovadas.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — É interessante: quando fui entrevistado pela revista **Veja** e pela revista **ISTOÉ**, fiz questão de entregar em mãos ao repórter que me entrevistou, já que o assunto já estava sondado,

na imprensa, o atestado do Tribunal de Contas da União dando baixa de responsabilidade e aprovando as minhas contas em todos os exercícios em que dirigi o DNER. Infelizmente, nada disso veio pela imprensa, não foi dito que as minhas contas foram aprovadas. Todas as referências foram feitas às multas de dois salários mínimos por exercício, mas sem falar que outros diretores do órgão, em outros exercícios, tiveram também de pagar a mesma multa.

Então, na verdade, a consideração que eu gostaria de fazer é que foi uma multa aplicada ao órgão, à sistemática de trabalho do órgão, e que todos os diretores-gerais, durante dez anos, tiveram de pagar essa multa, mas não se referia a nenhum episódio, a nenhum ato administrativo específico, a uma decisão administrativa específica com relação à nossa passagem pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

É importante registrar que tenho aqui, à disposição de qualquer setor da imprensa, de qualquer cidadão, os atestados oficiais da aprovação da minha conta, concedidos pelo Tribunal de Contas da União e a baixa da minha responsabilidade no exercício daquelas funções.

Muito obrigado, Senador Pedro Simon, por essa pergunta. É a oportunidade que tenho de fazer essas declarações perante o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª dispõe de dois minutos, nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Agradeço a V. Exª pela informação.

Creio, Sr. Ministro Eliseu Resende, que seria importante que V. Exª levasse ao Presidente da República — sinto que este é o sentimento deste Senado Federal — que vamos torcer para que V. Exª seja feliz na sua gestão no Ministério, mas que o Governo Itamar Franco também tenha a felicidade de acertar e levar adiante a sua administração.

Creio que nesta hora em que estamos aqui ouvindo o pronunciamento do Sr. Ministro da Fazenda, nesta hora em que estamos aqui, com as divergências que são naturais, neste momento em que estamos aqui tomando conhecimento dos números que S. Exª apresentou ao iniciar a sua fala, a exposição, dura, difícil, amarga, de números que representam um déficit de 14 trilhões de cruzeiros, no mês de fevereiro, creio que esta — e sinto que este é o espírito reinante nesta Casa do Senado Federal — é a hora de nos entendermos, de buscarmos fórmulas, de darmos a colaboração para sairmos desse impasse.

Tenho um respeito muito grande pela imprensa do meu País, por essa imprensa que nos deu uma demonstração fantástica nisto que foi o povo nas ruas, nisto que foi o processo de afastamento de um presidente, pela primeira vez na história não apenas deste País, não apenas da América Latina, mas pelo mundo afora. A imprensa foi o grande pulmão que determinou que atrás dela viéssemos todos nós, e os acontecimentos se sucederam.

Se nós conseguimos afastar um Presidente da República, é normal que tenhamos a obrigação de buscar esclarecer as responsabilidades do Presidente que saiu; do que aconteceu lá e do que aconteceu aqui. Considero normal que a imprensa, que a sociedade e o Congresso estejam preocupados que as linhas que determinaram o processo de **impeachment** sejam as mesmas que nos conduzam, que nos levem, e que por aí caminhemos. O que não pode acontecer é que, acima disso, juntamente com isso, não exista a preocupação com o País, a preocupação de buscarmos fórmulas para equacionarmos este País.

O Presidente Itamar Franco tem as suas virtudes, os seus equívocos, pode ter os seus erros, tem a sua maneira de ser. Mas creio que, a essa altura, o importante é o nosso País, é a nossa responsabilidade como tal. Repito: o Governo que está aí é composto de forças heterogêneas. Lá estão membros do PPS, do PSDB, do PMDB, do PT, do PDT, do PFL, do PDS, que representam a média do pensamento desta Casa, da Câmara dos Deputados, das forças que determinaram o **impeachment.** Mas, se não houver condições de a representação do Congresso Nacional ecoar no conjunto da sociedade, vai ser muito difícil, vai ser uma torre de Babel. Querer que um Governo, que é heterogêneo, não tenha a homogeneidade nessa heterogeneidade, isso me parece difícil.

Não estamos aqui para decidir a reforma agrária, nem para desapropriar a terra neste fim de governo do Governo Itamar Franco. Não estamos aqui para tomar decisões em relação às quais sabemos que o povo brasileiro, o Congresso Nacional, a sociedade brasileira estão divididos. Mas, pelo amor de Deus, existe uma infinidade de questões em torno das quais — seja qual for nossa ideologia, seja qual for nosso partido, seja qual for nosso destino — poderemos estar juntos, podemos nos dar as mãos. E sinto, Sr. Ministro, que este é o sentimento que há no Congresso Nacional, que há aqui no Senado. E V. Exª pode ter percebido nas perguntas feitas a V. Exª Há o ânimo de colaborar, de somar, de ajudar. Sinto, por onde caminho, a torcida no sentido de que dê certo. Não existe o que se chama de apostar no "quanto pior, melhor"; não existe aquilo de jogar no sentido de desestabilizar o Governo do Senhor Itamar Franco. Pelo contrário, sentimos que um pouquinho de cada um de nós está sendo jogado neste Governo que aí está. Ano que vem pode haver eleição, que poderá ser direta. Provavelmente, se no plebiscito vencer o presidencialismo, no dia seguinte as candidaturas estarão na rua — creio que sim. Mas, mesmo os candidatos, mesmo os partidos políticos sabem que para chegar lá é importante que esse caminho percorrido pelo Presidente Itamar Franco, por V. Exª, por essa equipe que está aí dê certo, porque, dando errado, não se chegando lá, não se respirando, não havendo a perspectiva da caminhada, não haverá a perspectiva da chegada. Quer se queira ou não, nessa caminhada em que estamos nós está todo o povo brasileiro.

Se tivemos a competência para decretar o **impeachment,** se fizemos o milagre, que ninguém imaginava que fizéssemos, por não ter sido feito em outro país, se tomamos essa decisão tão difícil e quase impossível, por que não vamos fazer o que é mais viável, que é o entendimento da lógica, da racionalidade? Não é buscar milagres. O povo não está querendo construir, como V. Exª construiu no passado, milhares de quilômetros de estradas; o povo não está querendo que sejam construídas obras faraônicas numa hora como esta. Esta não é a hora de construir, mas de semear paz, tranqüilidade, respeito, confiabilidade.

Creio que estamos começando a sentir isso, aqui, neste momento, com a presença de V. Exª, com os pronunciamentos das nobres lideranças. Creio que estamos começando a buscar isso.

Não vamos pinçar os defeitos que possa ter o Senhor Itamar Franco — e deve tê-los; não vamos pinçar os equívocos que deve haver entre os vários Ministros — e tem que haver; porque foram buscados de uma maneira heterogênea, é natural

que tenham que conviver, às vezes, com dificuldade. Creio que devemos buscar o que soma e não o que divide, porque é hora de somar. A Bíblia diz isso: há momento para somar e há momento para dividir; há momento de nos darmos as mãos e há momento de nos afastarmos. Este é o momento de somar.

Felicito V. Exª, porque deu uma boa e importante contribuição. Mas sinto-me feliz por, pertencendo a esta Casa e tendo ouvido os vários pronunciamentos das pessoas que falaram aqui, e sabendo, inclusive, o sentimento e o que pensam, ter esta Casa, neste dia, dado uma grande demonstração. O Senado deu uma grande demonstração de seriedade, de credibilidade. O mesmo Senado que teve a competência de votar o **impeachment**, que vem assumindo algumas posições, inclusive, vanguardeiras em relação à outra Casa, neste momento deu a prova de uma imensa maturidade.

Entendo que esta sessão foi histórica e pode ter surpreendido até membros da imprensa, porque não houve o que se imaginava, as grandes manifestações, os radicalismos, as grandes cobranças.

Esta Casa, no fundo, torceu para que V. Exª se saísse bem, porque entendeu a importância do seu pronunciamento. E receba no carinho, no respeito e na forma até afetuosa com que V. Exª foi tratado aqui, e não apenas o respeito, mas o desejo, a ânsia que a Casa, no seu conjunto, tem de que V. Exª vá bem, que o Governo Itamar Franco vá bem e que o País saia dessa dificuldade e siga o seu verdadeiro rumo.

Meus cumprimentos a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro Eliseu Resende, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Eliseu Resende) — Muito obrigado, nobre Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, Senador Chagas Rodrigues, e Srs. Senadores, a única manifestação que tenho, no momento!, é de agradecimento ao Senado, pela maneira cortês, amiga, contributiva e construtiva com que fui recebido, e espero que Deus nos ajude no enfrentamento de tarefa tão difícil.

Muito obrigado a V. Exªs (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Srs. Senadores, Sr. Ministro Eliseu Resende, quer me parecer tenha sido esta a mais longa sessão que o Senado já realizou para que um Ministro de Estado prestasse informações.

O nobre Presidente Humberto Lucena gostaria de estar aqui para cumprimentá-lo. Entretanto, compromissos anteriores o impediram de estar presente.

Quero apresentar a V. Exª congratulações, e aos Srs. Senadores que o interpelaram os meus cumprimentos. Acredito que esta sessão — como já foi dito, uma sessão histórica — produzirá bons frutos em favor do desenvolvimento econômico do nosso País.

Peço que os Srs. Líderes, tal como procederam inicialmente, tenham a gentileza de acompanhar o Sr. Ministro Eliseu Resende até ao Gabinete da Presidência da Casa.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello
César Dias
Darcy Ribeiro
Divaldo Suruagy
Gilberto Miranda
Henrique Almeida
Hydekel Freitas
Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
José Richa
Juvêncio Dias
Lucídio Portella
Mansueto de Lavor
Márcio Lacerda
Marluce Pinto
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Ney Suassuna
Pedro Simon
Rachid Saldanha Derzi
Ronan Tito
Ruy Barcelar

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se, às 21 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único do Regimento nº 194, de 1993, do Senador Mauro Benevides, solicitando nos termos Regimentais, a transcrição nos Anais do Senado, do artigo "O brilho do Senado", de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 24 de fevereiro de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 58 minutos.)

Ata da 22ª Sessão, em 9 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 21 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluízio Bezerra – Álvaro Pacheco – Amir Lando – Aureo Mello – Bello Parga – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy

– Elcio Alvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Eva Blay – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Juvêncio Dias – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Maurício Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 218, DE 1993

Requeiro nos termos regimentais com base no artigo 172, do Regimento Interno do Senado Federal inciso I, que seja enviada para deliberação em Plenário, cujo o prazo se acha esgotado na Comissão de Assuntos Econômicos, a seguinte proposição: nº PLS 00115/92 — que dispõe sobre a comercialização e a distribuição de combustíveis automotivos e seus derivados e dá outras providências.

Brasília, 9 de março de 1993. — Senador **Cesar Dias**

REQUERIMENTO Nº 219, DE 1992

Requeiro nos termos regimentais, com base no artigo 172, do Regimento Interno do Senado Federal, inciso I, que seja enviada para deliberação em Plenário cujo o prazo se acha esgotado na Comissão de Assuntos Sociais, a seguinte proposição: nº PLS 00134/92 — altera a lei 5991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e dá outras providências.

Brasília, 9 de março de 1993. — Senador **Cesar Dias**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os requerimentos lidos serão publicados, e incluídos oportunamente em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 220, DE 1993

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, nos dia 10, 11 e 12 de março de 1993, a fim de participar, em Aracaju, de solenidade de posse dos Conselheiros Heraclito Guimarães Rollemberg, Juarez Alves Costa e Jose Carlos de Souza, respectivamente nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e em Recife, de Audiência Pública da Comissão Especial Mista Destinada a Estudar o Problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e Propor Soluções.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1993. — Senador **Francisco Rollemberg**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Aprovado o requerimento fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimentos de urgência que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 221, DE 1993

Requeremos urgência nos termos do art. 336, alínea "C", do Regimento Interno, para a o Ofício S/17, de 1993.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1993. — **Nelson Carneiro — Jutahy Magalhães — Mauro Benevides — Élcio Álvares — Epitácio Cafeteira.**

REQUERIMENTO Nº 222, DE 1993

Requeremos urgência, nos termos do art. 336 alínea "C", do Regimento Interno, para o Ofício S/20, de 1993.

Sala das Sessões, 9 de março de 1993. — **Nelson Carneiro — Mauro Benevides Jutahy Magalhães — Élcio Álvares — Epitácio Cafeteira.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, II, do Regimento Interno.

Em sessão ordinária de ontem, foi lido o Requerimento nº 214, de 1993, do Senador Raimundo Lira, solicitando, nos termos regimentais, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 12 do corrente, a fim de cumprir compromissos políticos no Estado da Paraíba.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de **quorum.**

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em sessão ordinária de ontem foi lido o Requerimento nº 215, de 1993, do Senador Pedro Teixeira, solicitando, nos termos regimentais, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, nos dias 9 e 10 do corrente, a fim de empreender viagem à Argentina, a convite do Governo do Distrito Federal.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 8 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Em obediência ao disposto no art. 39, alínea **a**, do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que estarei afastado dos trabalhos da Casa

nos dias 9 e 10 do corrente mês, período em que me ausentarei do País em viagem a Argentina, a convite do Governador do Distrito Federal.

Ao ensejo, manifesto a Vossa Excelência a expressão do meu profundo respeito e distinta consideração. — Senador **Pedro Teixeira**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A comunicação lida vai à publicação.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 313, de 4 de março de 1993, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário para os fins que especifica".

De acordo com a indicação das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
PMDB	PMDB
1. Garibaldi Alves Filho	1. Ney Suassuna
2. Ruy Bacelar	2. Divaldo Suruagy
PFL	PFL
3. Raimundo Lira	3. Hidekel Freitas
PSDB	PSDB
4. Dirceu Carneiro	4. Teotônio Vilela Filho
PTB	PTB
5. Jonas Pinheiro	5. Valmir Campelo
PRN	PRN
6. Ney Maranhão	6. Albano Franco
PT	
7. Eduardo Suplicy	

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
BLOCO	BLOCO
1. José Carlos Aleluia	1. Wilson Cunha
2. José Santana de Vasconcellos	2. Wagner Nascimento
3. Aécio de Borba	3. Getulio Neiva
PMDB	PMDB
4. Evandro Cunha Lima	4. Pinheiro Landim
PDT	PDT
5. Clóvis Assis	5.Giovani Queiroz
PSDB	PSDB
6. Ubaldo Dantas	6. Paulo Silva
PP	PP
7. Osvaldo Reis	7. Ernani Viana

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

dia 9 de março — designação da Comissão Mista;

dia 10 de março — instalação da Comissão Mista;

até 10 de março — prazo para recebimento de emendas.

prazo para a comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

até 22 de março — prazo final da Comissão Mista;

até 4 de abril — prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em virtude de alterações ocorridas na representação numérica dos Partidos nas Comissões Permanentes, e de acordo com as indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores para comporem as referidas comissões:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
1 - Ronan Tito	Mauro Benevides
2 - Garibaldi Alves Filho	José Fogaça
3 - Ruy Bacelar	Flaviano Melo
4 - Ronaldo Aragão	Cid Sabóia de Carvalho
5 - César Dias	Juvêncio Dias
6 - Mansueto de Lavor	Pedro Simon
7 - Aluízio Bezerra	Divaldo Suruagy
8 - Gilberto Miranda	João Calmon
9 - Onofre Quinan	Wilson Martins

PFL

1 - Guilherme Palmeira	Odacir Soares
2 - Raimundo Lira	Bello Parga
3 - Henrique Almeida	Álvaro Pacheco
4 - Dario Pereira	Élcio Álvares
5 - João Rocha	Josaphat Marinho

PSDB

1 - Beni Veras	Almir Gabriel
2 - José Richa	Dirceu Carneiro
3 - Mário Covas	(vago)

PTB

1 - Affonso Camargo	Louremberg Nunes Rocha
2 - Valmir Campelo	Jonas Pinheiro
3 - (vago)	Marluce Pinto

PRN

1 - Albano Franco	Saldanha Derzi
2 - Ney Maranhão	Áureo Mello

PDT

1 - Magno Bacelar	Lavoisier Maia

PP

1 - Meira Filho	Irapuan Costa Júnior

PDC

1 - Moisés Abrão	Gerson Camata

PDS

1 - Esperidião Amin	Jarbas Passarinho

PSB + PT

1 - Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Titulares	Suplentes
PMDB	
1 - Amir Lando	Aluízio Bezerra
2 - Ney Suassuna	João Calmon
3 - César Dias	Onofre Quinan
4 - Cid Sabóia de Carvalho	Pedro Simon
5 - Divaldo Suruagy	José Fogaça
6 - Juvêncio Dias	Ronan Tito
7 - Ronaldo Aragão	Nelson Carneiro
8 - Garibaldi Alves Filho	Iram Saraiva
9 - Márcio Lacerda	(vago)
10 - (vago)	(vago)
PFL	
1 - Lourival Baptista	Dario Pereira
2 - João Rocha	Álvaro Pacheco
3 - Odacir Soares	Bello Parga
4 - Hydekel Freitas	Marco Maciel
5 - Carlos Patrocínio	Élcio Álvares
6 - Francisco Rollemberg	Guilherme Palmeira
PSDB	
1 - Almir Gabriel	Dirceu Carneiro
2 - Beni Veras	Eva Blay
3 - Jutahy Magalhães	Teotônio Vilela Filho
PTB	
1 - Marluce Pinto	Valmir Campelo
2 - Affonso Camargo	Luiz Alberto
3 - Jonas Pinheiro	Carlos De'Carli
PRN	
1 - Saldanha Derzi	Ney Maranhão
2 - Áureo Mello	Albano Franco

PDT

1 - Lavoisier Maia	Nelson Wedekin

PP

1 - Pedro Teixeira	Meira Filho

PDC

1 - Epitácio Cafeteira	Moisés Abrão

PDS

1 - Lucídio Portella	Jarbas Passarinho

PSB + PT

1 - José Paulo Bisol	Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Titulares	Suplentes
PMDB	
1 - Amir Lando	César Dias
2 - Cid Sabóia de Carvalho	Mansueto de Lavor
3 - José Fogaça	Garibaldi Alves Filho
4 - Iram Saraiva	Gilberto Miranda
5 - Nelson Carneiro	Márcio Lacerda
6 - Ney Suassuna	Aluízio Bezerra
7 - Pedro Simon	Divaldo Suruagy
8 - Wilson Martins	Alfredo Campos
PFL	
1 - Josaphat Marinho	Hydekel Freitas
2 - Francisco Rollemberg	Marco Maciel
3 - Carlos Patrocínio	Henrique Almeida
4 - Odacir Soares	Lourival Baptista
5 - Élcio Álvares	João Rocha

PSDB

1 - Eva Blay	Almir Gabriel
2 - Jutahy Magalhães	Teotônio Vilela Filho
3 - Mário Covas	(vago)

PTB

1 - Luiz Alberto	Affonso Camargo
2 - Carlos De'Carli	Louremberg Nunes Rocha

PRN

1 - Áureo Mello	Ney Maranhão

PDT

1 - Magno Bacelar	Lavoisier Maia

PP

1 - Pedro Teixeira	João França

PDC

1 - Epitácio Cafeteira	Gerson Camata

PDS

1 - Esperidião Amin	Jarbas Passarinho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titulares	Suplentes

PMDB

1 - João Calmon	Cid Sabóia de Carvalho
2 - Flaviano Melo	Ney Suassuna
3 - Mauro Benevides	Onofre Quinan

4 - Wilson Martins	Márcio Lacerda
5 - Juvêncio Dias	Ronaldo Aragão
6 - Mansueto de Lavor	Amir Lando
7 - José Fogaça	Ruy Bacelar
8 - Pedro Simon	Alfredo Campos
9 - Iram Saraiva	Nelson Carneiro

PFL

1 - Josaphat Marinho	Dario Pereira
2 - Marco Maciel	Odacir Soares
3 - Álvaro Pacheco	Francisco Rollemberg
4 - Raimundo Lira	Carlos Patrocínio
5 - Bello Parga	Henrique Almeida

PSDB

1 - Almir Gabriel	Beni Veras
2 - Eva Blay	Mário Covas
3 - Teotônio Vilela Filho	José Richa

PTB

1 - Valmir Campelo	Luiz Alberto
2 - Jonas Pinheiro	Marluce Pinto
3 - Louremberg Nunes Rocha	Carlos De'Carli

PRN

1 - Áureo Mello	Albano Franco
2 - Ney Maranhão	Saldanha Derzi

PDT

1 - Darcy Ribeiro	Magno Bacelar

PP

1 - Meira Filho	João França

PDC

1 - Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira

PDS

1 - Jarbas Passarinho	Esperidião Amin

PSB + PT

1 - José Paulo Bisol	Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Titulares	Suplentes
PMDB	
1 - Ronan Tito	Mauro Benevides
2 - Alfredo Campos	Flaviano Melo
3 - Nelson Carneiro	Garibaldi Alves Filho
4 - Divaldo Suruagy	Mansueto de Lavor
5 - João Calmon	Gilberto Miranda
6 - Ruy Bacelar	César Dias
PFL	
1 - Guilherme Palmeira	Francisco Rollemberg
2 - Marco Maciel	Josaphat Marinho
3 - Lourival Baptista	Raimundo Lira
4 - Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas
PSDB	
1 - Dirceu Carneiro	Jutahy Magalhães
2 - José Richa	Eva Blay
PTB	
1 - Jonas Pinheiro	Valmir Campelo
2 - Marluce Pinto	Luiz Alberto
PRN	
1 - Albano Franco	Saldanha Derzi

PDT

1 - Darcy Ribeiro	Magno Bacelar

PP

1 - Irapuan Costa Júnior	Pedro Teixeira

PDC

1 - Gerson Camata	Epitácio Cafeteira

PDS

1 - Jarbas Passarinho	Lucídio Portella

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Titulares	Suplentes
PMDB	
1 - Flaviano Melo	Amir Lando
2 - Mauro Benevides	Ruy Bacelar
3 - Aluízio Bezerra	Ronaldo Aragão
4 - Onofre Quinan	Ronan Tito
5 - Gilberto Miranda	Juvêncio Dias
6 - Alfredo Campos	Ney Suassuna
7 - Márcio Lacerda	Wilson Martins
8 - (vago)	(vago)
PFL	
1 - Dario Pereira	Raimundo Lira
2 - Henrique Almeida	João Rocha
3 - Élcio Álvares	Carlos Patrocínio
4 - Bello Parga	Guilherme Palmeira
5 - Hydekel Freitas	Lourival Baptista

PSDB

1 - Dirceu Carneiro	Beni Veras
2 - Teotônio Vilela Filho	Jutahy Magalhães
3 - (vago)	José Richa

PTB

1 - Louremberg Nunes Rocha	Affonso Camargo
2 - Marluce Pinto	(vago)

PRN

1 - Saldanha Derzi	Albano Franco

PDT

1 - Lavoisier Maia	Magno Bacelar

PP

1 - João França	Irapuan Costa Júnior

PDC

1 - Gerson Camata	Moisés Abrão

PDS

1 - Lucídio Portella	Esperidião Amin

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 194/93, do Senador Mauro Benevides, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado do artigo "O Brilho no Senado", de autoria do jornalista João Emílio Falcão, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 24 de fevereiro de 1993.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada.

O BRILHO DO SENADO

Correio Braziliense

João Emílio Falcão

Passado o Carnaval, recomeçam as atividades do Congresso, cuja imagem está em ascensão. O Senado, que se reuniu na véspera do Natal, do Ano Novo e do Carnaval, parece mais disposto ao trabalho. Além disso, a Câmara tem

cometido equívocos lamentáveis, como o fará, provavelmente, em relação ao projeto de licitações, considerado muito rigoroso pelos deputados, sete dos quais são acusados de crimes graves, mas não há como aprovar a licença para processá-los porque a Comissão de Justiça não tem **quorum.**

A dedicação, porém, não será tudo. Os senadores estão com mais visão e, por isso, destacam-se mais. Em março de 1992, por exemplo, o Senador Amir Lando (PMDB — RO) apresentou requerimento constituindo uma CPI para investigar as privatizações, que ocupará as primeiras páginas neste semestre. O objetivo, como esclareceu, é a transparência do processo e investigar o real ingresso de recursos nos cofres públicos, exatamente o que a sociedade deseja saber.

A CPI reforçará a ação do governo Itamar Franco para garantir a lisura das privatizações, pois algumas empresas foram alienadas por preços irrisórios, considerando-se o seu patrimônio, um grave prejuízo para o Estado que precisa ser investigado. A medida que for apurando o processo de aceitação das moedas podres, do sistema de avaliação irrealística, dos empréstimos e dispensas especiais etc. a CPI de Amir Lando, que se notabilizou como relator do **impeachment,** conquistará a opinião pública.

Adiantou-se também o Senado à Câmara na criação de uma CPI para investigar as denúncias de irregularidades do chamado esquema PP, que manipulou mais recursos do que o empresário Paulo César Farias, transformado em inimigo público número um. Após vários meses de atividade, que passou despercebida, ofuscada pelo **impeachment** do presidente Collor, a CPI está chegando ao fim e o relatório do Senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB — CE), muito respeitado pela sua integridade e conhecimentos, será votado nos primeiros dias de março.

A parecer será, também, uma análise profunda dos fundos de pensão, cerca de 400, que manipulam em torno de 20 bilhões de dólares. Há indícios claros de que autoridades do governo Collor, inclusive ministros, deles se utilizaram para beneficiar empresas de amigos em detrimento do erário, caracterizando-se a corrupção, maior ou igual à do empresário PC.

Quase todos esses fundos são resultantes da generosidade pública. Em tese não há o que contestar, reuniram-se os funcionários de uma estatal para garantirem melhor aposentadoria ou outras vantagens. Quando, porém, esses benefícios sustentam-se em contribuições públicas existe uma discriminação que precisa ser revista. Em alguns a contribuição da empresa, do Estado, correspondia a dez vezes a do servidor, sendo, portanto, um financiamento especial.

Fossem de natureza privada, como se enunciam, não poderia o Estado intervir em sua fiscalização. Seria esse um dever dos associados, que estariam defendendo suas contribuições. Como, porém, há recursos públicos, até em proporção muito maior, não pode o Estado omitir-se e, por isso, o Senador Cid Sabóia quer uma auditoria em suas aplicações, pois muitos recursos teriam sido aplicados em operações extremamente suspeitas, para dizer o mínimo.

O ano legislativo está apenas começando, contudo esses dois fatos, a CPI das privatizações e o debate sobre os fundos de pensão, demonstram que o Senado está com mais disposição do que a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à votação do Requerimento nº 221/93 de urgência lido no Expediente, para o Ofício S-17/93.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subseqüente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à votação do Requerimento nº 222, de urgência lido no Expediente, para o Ofício S-20/93, de interesse da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subseqüente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, celebra-se nesta data, 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

Honra-me sobremaneira a oportunidade deste evento, porque me propicia seleta ocasião para registrar meu apreço pela efeméride e expressar meu apoio à grande causa da caminhada da mulher para a conquista do reconhecimento de sua dignidade, da sua emancipação e da sua luta pelos direitos de cidadania.

Não resta a menor dúvida de que esta data é motivo para reflexão, porque nos proporciona a ocasião de saudar a mulher brasileira, incansável, sempre, na sua fé nos destinos do País; reflexão sobre uma longa história de dor, de silêncio e humilhação, de frustração e de esperanças.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, mercê da longa história de silêncio, sofrimento, luta e coragem, o panorama mundial oferece novas perspectivas. Embora ainda existam situações retrógradas, os horizontes para a mulher são outros.

A luta pela emancipação e liberdade — iniciada na Europa, no início deste século, por um pequeno grupo de mulheres que reivindicavam o direito de voto — ampliou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que provaram sua eficiência, pois substituíram com competência os trabalhadores convocados para a batalha, em todas as atividades produtivas.

No Brasil da última década, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, realizada em 1989, existem 73,5 milhões de mulheres, das quais 20 milhões representam a força economicamente ativa, que vem crescendo, ano após ano, embora, e a despeito da Constituição de 1988, ainda enfrentem injusta discriminação no que diz respeito ao salário, e inaceitáveis desvantagens nas condições de trabalho.

Emancipação e liberdade foram objetivos de uma luta social exaustiva e vitoriosa, que revelou qualidades e possibilidades imensas, que se não vinham desenvolvendo enquanto a mulher permaneceu fechada no estreito âmbito da família. Hoje, sabe-se que a mulher tem uma potencialidade extraor-

dinária, abrangendo ampla gama de atividades, na medicina, advocacia, engenharia, na política, trabalha nas salas de aula, nas fábricas, enfim, demonstrando ter condições de ocupar postos e desenvolver tarefas e serviços em todos os setores da atividade humana.

E, apesar desses avanços no mercado de trabalho e do desenvolvimento de sua participação na sociedade, seu papel peculiar no âmbito da família não perdeu o sentido. Incansável, no cotidiano da vida ela vem desvendando e construindo uma visão mais democrática na organização e gerência da família. Desta moderna realidade deverá brotar uma nova sociedade, modelando as gerações e vivendo a democracia no meio dos novos contingentes de crianças e jovens, porque é a mulher, como mãe e trabalhadora, que transmite, desde os primeiros albores da vida, uma visão nova, seja da mulher, seja do homem, seja da sociedade.

Talvez a mulher brasileira não seja hoje mais feliz do que outrora, mas, sem dúvida, a dura batalha travada pela conquista dos seus direitos fez com que adquirisse consciência dos seus deveres na construção de uma sociedade mais justa. A emancipação não cessou sua consciência de luta, ampliou-lhe o leque; a libertação não se deu da conquista de seus direitos para os horizontes abertos e iluminados que permitem construir com mais justiça, e dimensionar o relacionamento humano a partir de valores de participação, respeito e dignidade.

É claro que extenso caminho ainda resta a percorrer, para vencer a discriminação, a desigualdade e a violência no mundo e no Brasil.

No Brasil, ainda acontecem coisas estarrecedoras contra a mulher como revelou a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Câmara dos Deputados em 1992. De acordo com o relatório dessa CPI, em nosso País ocorrem, diariamente, uma média de 337 casos de violência contra a mulher. Esse mesmo relatório lastima que, já às portas do terceiro milênio, ainda se encontrem padrões de violência contra a mulher semelhantes aos que os homens praticavam séculos passados.

Estudo recente, patrocinado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que serão ainda necessários quatro séculos e meio para que as mulheres alcancem a igualdade com os homens nas esferas superiores de decisão política e econômica, caso se mantenha o ritmo atual de incorporação da mão-de-obra feminina nos cargos de direção.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, conta-se que certo cientista, ao ser alertado por um aluno no sentido de que a experiência que o mestre estava por iniciar exigiria anos para dar resultados, respondeu: — "Pois sendo assim, não posso perder um segundo".

É assim que encaro a questão da conquista dos direitos da mulher: não há um segundo a perder.

Existe um vasto elenco de valores que a mulher brasileira precisa conquistar, no campo da educação, da assistência à saúde, do trabalho, da ética e do Direito Constitucional.

Neste Dia Internacional da Mulher, uno-me a todas as mulheres deste nosso Brasil, às mulheres do meu Estado de Minas Gerais, a todas as forças e inteligências modernas que abrem e criam espaços para o progresso, somando determinação e entusiasmo, para a construção de um Brasil mais justo e de mais autêntica democracia para todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 264, DE 1991
(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93, naquela Casa), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências, tendo

— *Parecer favorável, proferido em Plenário*, Relator: Senador Bello Parga.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências, tendo

— Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga

— 3 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos
do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1992, *de autoria do Senador Humberto Lucena*, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, tendo

— Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário.

— Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 1º pronunciamento: sobre o projeto; 2º pronunciamento, sobre a emenda de Plenário.

— Relator: Senador Nabor Júnior, em substituição à Comissão Diretora, 1º pronunciamento: sobre o Projeto; 2º pronunciamento, sobre a Emenda de Plenário.

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos
do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1992, *de autoria do Senador Humberto Lucena*, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, tendo

— Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário,

— Relator: Senador Élcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

— Relator: Senador Nabor Júnior, em substituição à Comissão Diretora.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nºs 49, e 88, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Moisés Abrão, que altera a redação do parágrafo 2º do art. 2º e do parágrafo 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, tendo

Parecer favorável, sob nº 370, de 1992, da Comissão — de Assuntos Econômicos.

— 7 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 1993, do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Jornalista Carlos Chagas, intitulado "O preconceito do Sul contra Paes de Andrade", publicado no Jornal **Tribuna da Imprensa,** edição de 24 de fevereiro de 1993.

— 8 —

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo

Pareceres, sob nºs 25 e 34, de 1993, da Comissão — de Constituição Federal, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), favorável; 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 1 a 40), contrário.

— 9 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição, 3, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 10 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 12, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre recurso interposto pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho contra a decisão tomada pela Presidência desta Casa por ocasião da votação do destaque para a rejeição do inciso IV e parágrafo 2º do art. 37 do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991.

— 11 —

Discussão e votação da retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 84, de 1993, do Presidente daquela Casa, solicitando seja incluído no texto do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, após o inciso do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando-se os demais:

"VI — Ministro de Estado da Previdência Social".

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 22 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

Nº 164, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 003.571/93-9, resolve nomear Vânia Mundim Sant'Anna para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

Senado Federal, 9 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena,** Presidente

Nº 165, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 002.243/93-8, resolve nomear David Ricardo Hardaman de Araújo para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

Senado Federal, 9 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena,** Presidente.

Nº 166, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 002.454/93-9, resolve nomear Sebastião Soares de Farias para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

Senado Federal, 9 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena,** Presidente.

Nº 167, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato

da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0382/92-2, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 353, de 1992, publicado no DCN, Seção II, de 16-9-92, para considerar o servidor Wilson Rodrigues da Silva, matrícula 1810, aposentado no cargo de Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Primeira Classe, Padrão II/M17, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de março de 1993. — **Humberto Lucena,** Presidente.

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PTB
Presidente	**Líder**	**Líder**
Humberto Lucena – PMDB – PB	Pedro Simon	*Louremberg Nunes Rocha*
1º Vice-Presidente	LIDERANÇA DP PMDB	**Vice-Líderes**
Chagas Rodrigues – PSDB PI	**Líder**	Valmir Campelo
2º Vice-Presidente	Mauro Benevides	Jonas Pinheiro
Levy Dias – PTB – MS	**Vice-Líderes**	LIDERANÇA DO PDT
1º Secretário	Cid Sabóia de Carvalho	**Líder**
Júlio Campos – PFL – MT	Garibaldi Alves Filho	Magno Bacelar
2º Secretário	José Fogaça	*LIDERANÇA DO PRN*
Nabor Júnior – PMDB – AC	Ronaldo Aragão	**Líder**
3º Secretário	*Mansueto de Lavor*	Ney Maranhão
Júnia Marise – PRN – MG	LIDERANÇA DO PSDB	**Vice-Líder**
4º Secretário	**Líder**	Aureo Mello
Nelson Wedekin – PDT – SC	Mário Covas	*LIDERANÇA DO PP*
Suplentes de Secretário	**Vice-Líder**	**Líder**
Lavoisier Maia – PDT – RN	Jutahy Magalhães	Irapuan Costa Júnior
Lucídio Portella – PDS – PI	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PDS
Beni Veras – PSDB – CE	**Líder**	**Líder**
Carlos Patrocínio – PFL – TO	Marco Maciel	Esperidião Amin
	Vice-Líderes	LIDERANÇA DO PDC
	Elcio Álvares	**Líder**
	Odacir Soares	Epitácio Cafeteira
	LIDERANÇA DO PSDB	LIDERANÇA DO PT
	Líder	***Líder***
	José Paulo Bisol	Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	Wilson Martins
Antonio Mariz	Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho	César Dias
José Fogaça	Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor	Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro	Nabor Júnior
Pedro Simon	Ronaldo Aragão
Alfredo Campos	João Calmon
PFL	
Josaphat Marinho	Henrique Almeida
Francisco Rollemberg	Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio	Júlio Campos
Odacir Soares	Lourival Baptista
Elcio Álvares	Meira Filho
PSDB	
Eva Blay	Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães	Teotônio Vilela Filho
Beni Veras	Almir Gabriel
PTB	
Luiz Alberto	Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo	Louremberg Nunes Rocha
PDT	
Magno Bacelar	Pedro Teixeira
PRN	
Júnia Marise	Áureo Mello
PDC	
Amazonino Mendes	Moisés Abrão
PDS	
Esperidião Amin	Jarbas Passarinho
PSB + PT	
José Paulo Bisol	Eduardo Suplicy
PST	
	Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	Alfredo Campos
Antonio Mariz	Flaviano Melo
César Dias	Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho	José Fogaça
Divaldo Suruagy	Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho	Nabor Júnior
Wilson Martins	Nelson Carneiro
João Calmon	Ronan Tito
Ronaldo Aragão	Pedro Simon
Onofre Quinan	Coutinho Jorge (*)
PFL	
João Rocha	Dario Pereira
Guilherme Palmeira	Álvaro Pacheco
Odacir Soares	Bello Parga
Hydekel Freitas	Meira Filho
Carlos Patrocínio	Lourival Baptista
Francisco Rollemberg	Elcio Álvares
PSDB	
Almir Gabriel	Mário Covas
Beni Veras	Teotônio Vilela Filho
Jutahy Magalhães	Eva Blay
PTB	
Marluce Pinto	Valmir Campelo
Vaga cedida p/ o PST(*)	Luiz Alberto
Jonas Pinheiro	Levy Dias
PDT	
Lavoisier Maia	Nelson Wedekin
Pedro Teixeira	Magno Bacelar
PRN	
Ney Maranhão	Vago
Áureo Mello	Albano Franco
PDC	
Epitácio Cafeteira	Amazonino Mendes
PDS	
Lucídio Portella	João França
PSB + PT	
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
PST	
Enéas Faria (*)	

Secretário: Luiz Cláudio de Brito – Ramais 3515/16
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões – Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Raimundo Lira
Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares	Suplentes
PMDB	
(Vaga cedida para o PT)	Amir Lando
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
César Dias	Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor	Divaldo Suruagy
Nabor Júnior	Wilson Martins
José Fogaça	João Calmon
Ronan Tito	Onofre Quinan
Ruy Bacelar	Pedro Simon
Ronaldo Aragão	Humberto Lucena
PFL	
Guilherme Palmeira	Odacir Soares
Meira Filho	Bello Parga
Raimundo Lira	Júlio Campos
Henrique Almeida	Álvaro Pacheco
Darío Pereira	Élcio Álvares
João Rocha	Josaphat Marinho

PSDB	
Mário Covas	Fernando H. Cardoso (°)
José Richa	Almir Gabriel
Beni Veras	Chagas Rodrigues
PTB	
Affonso Camargo	Louremberg Nunes Rocha
Valmir Campelo	Jonas Pinheiro
Levy Dias	Marluce Pinto
PDT	
Nelson Wedekin	*Darcy Ribeiro*
Lavoisier Maia	Pedro Teixeira
PRN	
Júnia Marise	Vago
Albano Franco	Ney Maranhão
PDC	
Moisés Abrão	Gerson Camata
PDS	
Esperidião Amin	Jarbas Passarinho
PT	
Eduardo Suplicy	

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 3515/3516/4354/3341.
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: *Sala das Comissões*, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344

(°) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo
Nelson Carneiro	João Calmon
Pedro Simon	José Fogaça
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior
Ronan Tito	Ruy Bacelar
Humberto Lucena (°)	
PFL	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho
Lourival Baptista	Raimundo Lira
Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas
PSDB	
José Richa	Jutahy Magalhães
Chagas Rodrigues	Eva Blay
PTB	
Jonas Pinheiro	Levy Dias
Marluce Pinto	Valmir Campelo
PDT	
Pedro Teixeira	*Darcy Ribeiro*
PRN	
Albano Franco	Júnia Marise
PDC	
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira
PDS	
Jarbas Passarinho	Lucídio Portella
PSB + PT	
Vaga cedida para o PMDB (°)	Vago

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546

(°) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
PMDB	
Flaviano Melo	Amir Lando
Wilson Martins	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Nabor Júnior	*Manoueto de Lavor*
Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Divaldo Suruagy	*Ronan Tito*
Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Garibaldi Alves Filho	*Humberto Lucena*
PFL	
Dario Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Álvares
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Hydekel Freitas	Meira Filho
PSDB	
Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso (°)	José Richa
PTB	
Marluce Pinto	Levy Dias
Louremberg N. Rocha	*Vaga cedida p/ o PST* (°)
PDT	
Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
PRN	
Ney Maranhão	Áureo Mello
PDC	
Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
PDS	
João França	Lucídio Portela
PSB + PT	
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
PST	
	Enéas Faria (°)

Secretário: Celso Antony Parente – Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286
(°) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares	Suplentes
PMDB	
Alfredo Campos	Aluizio Bezerra
Juvêncio Dias	Cid Sabóia de Carvalho
Flaviano Melo	Irapuan Costa Júnior
Garibaldi Alves Filho	Nelson Carneiro
João Calmon	Wilson Martins
José Fogaça	Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor	Ronan Tito
Humberto Lucena	Ruy Bacelar
Amir Lando	Vago
PFL	
Josaphat Marinho	Dario Pereira
João Rocha	Odacir Soares
Meira Filho	Francisco Rollemberg
Álvaro Pacheco	Guilherme Palmeira
Júlio Campos	Carlos Patrocínio
Bello Parga	Henrique Almeida
PSDB	
Almir Gabriel	Mário Covas
Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Eva Blay	José Richa
PTB	
Louremberg Nunes Rocha	Luiz Alberto
Jonas Pinheiro	Marluce Pinto
Levy Dias	Vaga cedida p/ o PST (*)
PDT	
Darcy Ribeiro	Pedro Teixeira
Lavoisier Maia	Nelson Wedekin
PRN	
Áureo Mello	Ney Maranhão
Júnia Marise	Albano Franco
PDC	
Amazonino Mendes	Gerson Camata
PDS	
Jarbas Passarinho	Esperidião Amin
PST	
	Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente –
Ramais 3496/3497/3321/3539
Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas
Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais – 311-3728

Seção de Cobrança – 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Obs.: O CEGRAF não receberá Cheque via carta para efetivar assinaturas.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília; DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinqüenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppi da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*

Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – Eduardo José Wense Dias

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio Mª Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes. CEP 70160-900 Brasília. DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinqüenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.